



**APROVEITE  
A VIDA  
AGORA  
E NO  
FUTURO!**

## **PATROCINADORES**

Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)  
Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed)  
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef)

## **CONSELHO DELIBERATIVO**

José Andrade Costa - Presidente até 31/10/2021  
Sérgio Brito Clark – Vice-presidente até 31/10/2021  
Gustavo Dórea Carneiro – Membro até 31/10/2021

Luiz Abel Amorim de Andrade – Presidente desde 11/2021  
Thiago Alves Nogueira – Vice-presidente desde 11/2021  
Hailton José Fortes - Membro desde 11/2021

João Francisco Freitas Peixoto  
Lourival Nery dos Santos – Membro licenciado em 27/10  
Gabriel Fernando Rocha – 27/10/2021 assumiu como titular após afastamento do Conselheiro Lourival Nery  
Gildete Mesquita Ribeiro

## **CONSELHO FISCAL**

Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros – Até 31/10/2021  
Helton Chagas Mendes – Até 31/10/2021  
Wamberg Glaucon Chaves de Oliveira - Membro desde 11/2021  
Alison Ramon Santos e Silva - Membro desde 11/2021  
Genival Vila Nova – Presidente  
Leonardo da Hora Barreto - Vice-Presidente

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

José Jurandir Bastos Mesquita – Diretor-Presidente  
Alex Araújo – Diretor de Administração e Investimentos  
Francisco José Araújo Bezerra – Diretor de Previdência

## **OUVIDORIA**

José Zelízio de Alencar Libório – Ouvidor

## **CANAIS DE RELACIONAMENTO**

**RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES**  
0800 9705775 (tel. fixo) / 4020-1615 (celular) / 9.9761 0077 (Whatsapp)  
relacionamento@capef.com.br  
**www.capef.com.br**  
Av. Santos Dumont, 771, Centro, Fortaleza – CE

**OUVIDORIA**  
ouvidoria@capef.com.br

## **EXPEDIENTE**

**CONTEÚDO E APROVAÇÃO**  
Gerência de Desenvolvimento Institucional da Capef – GEDIN

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**  
GO! Branding + Design

# SUMÁRIO

## INTERATIVO

### RAIO X DA CAPEF

#### Sobre Nós

Quem Somos  
O que Fazemos  
Nosso Propósito  
Nossos Números  
Organograma  
Nosso Time

### TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO

#### Governança Corporativa

Órgãos Estatutários  
Novo Diretor de Administração e Investimentos  
Renovação dos Conselheiros Indicados  
Atuação dos Conselhos  
Código de Autorregulação em Governança  
Conclusão do Processo de Aderência à LGPD

### RUMO AO FUTURO

#### Gestão Estratégica

Seu Futuro na Trilha  
Inovação como Diferencial Competitivo  
Lançamento do Novo App  
Plano Família e Melhorias no Plano CV I  
Planejamento Estratégico

### PROXIMIDADE COM OS PARTICIPANTES

#### Comunicação e Relacionamento.

Ações de Marketing  
Transparência na Gestão  
Programas de Relacionamento  
Canais de Relacionamento  
Resultado do NPS: Zona de Qualidade

## RAIO X DOS PARTICIPANTES E DOS PLANOS

### Gestão Previdenciária e Atuarial

Quantidade de Participantes  
Tipos de Benefícios  
Receitas de Contribuições  
Benefícios Pagos  
Resultado Atuarial  
Destaques de 2021

## INVESTIMENTOS

### Nossos Resultados

Cenário Econômico de 2021  
Metas Atuariais dos Planos  
Investimentos Responsáveis: ESG  
Diversificação e Desempenho dos Investimentos

## CONTROLE E SUSTENTABILIDADE

### Gestão Administrativa

Limite para Cobertura das Despesas Administrativas  
Orçamento e Despesas Administrativas  
Serviços de Terceiros  
Fundo Administrativo  
Indicadores de Gestão  
Custo por Participante  
Taxas de Administração e Carregamento

## DOCUMENTAÇÃO

Demonstrações Contábeis  
Notas Explicativas  
Pareceres  
Política de Investimentos

# MENSAGEM DA DIRETORIA



**Fran Bezerra**  
Diretor de Previdência

**Jurandir Mesquita**  
Diretor-Presidente

**Alex Araújo**  
Diretor de Adm. e Investimentos

Incertezas e dificuldades foram os termos que melhor caracterizaram o ano de 2021. Ao contrário de expectativas otimistas projetadas para o mercado econômico brasileiro, sobretudo com o avanço da vacinação, o último ano foi marcado pela alta da inflação (maior desde 2015), elevação da taxa de juros, problemas fiscais, queda da bolsa de valores e recuperação da atividade econômica abaixo do esperado.

Diante desse contexto, os investidores de todo o país observaram suas aplicações serem impactadas negativamente. Na Capef não foi diferente. Embora tenha obtido resultados acima da média do setor, os investimentos dos Planos administrados pela Entidade sofreram com tais adversidades. O desempenho dos ativos de maior risco, como renda variável e fundos imobiliários, foram os mais impactados e, pela primeira vez desde 2015, os Planos BD e CV I não alcançaram suas respectivas metas de rentabilidades definidas para o ano.

Destacamos, contudo, que tal resultado não deve ser motivo de preocupação, uma vez que aproveitamos o momento de alta da taxa de juros para realizar novas alocações que possibilitarão bons retornos e a consequente recuperação dos investimentos.

Além disso, toda a história da Capef, construída ao longo desses 54 anos, comprova que o trabalho realizado vem rendendo bons frutos. Não é à toa que assume a posição de 2ª maior Entidade do N/NE, 30ª maior do país, além de administrar um patrimônio de 12.500 participantes, que já totaliza mais de R\$ 5 bilhões.

A missão de perpetuidade da instituição permanece forte, com foco no fomento da cultura previdenciária entre os funcionários do BNB, evidenciada pelos resultados obtidos. No último ano, arrecadamos quase R\$ 4 milhões em contribuições extras e 147 novos empregados aderiram ao Plano CV I, assegurando um futuro mais promissor.

Destacamos, ainda, a eficácia na gestão dos recursos administrativos, elementos que nos levaram ao patamar de 2º menor custo por participante entre as entidades do país, de acordo com o último ranking publicado pela PREVIC. Como consequência, conseguimos em 2021 reduzir novamente a taxa incidente sobre as contribuições do BD, de 7% para 5,80%, e do CV I, de 4,5% para 4,25%.

Focamos também no reforço do modelo de governança transparente e próximo do Participante, por meio da realização dos eventos.

Em 2021, obtivemos mais de 1.700 participações em nossos encontros online. Essa foi a forma que encontramos de estarmos juntos, mesmo neste momento em que o contato físico esteja sendo evitado.

E não para por aí! Estamos na iminência de obter a aprovação, por parte dos órgãos reguladores, da alteração do estatuto da Entidade, que permitirá a administração do plano família e de outros Planos Instituídos, além da alteração do regulamento do Plano CV I, que deixará o Plano mais flexível e aderente às necessidades dos participantes.

Por fim, queremos expressar nossa gratidão por saber que somos reconhecidos pelos nossos participantes, que nos enquadraram na Zona de Qualidade na última pesquisa NPS (pesquisa de satisfação). Esse resultado serve como combustível para que toda a equipe continue trabalhando para garantir a segurança de todos que depositam confiança na entidade.

**Vida longa  
à Capef e  
a todos os  
participantes!**

# LINHA DO TEMPO CAPEF 2021



# DESTAQUES 2021

Aprovação da **ALTERAÇÃO DO ESTATUTO** pelo Banco do Nordeste, o que permitirá a **ADMINISTRAÇÃO DO PLANO FAMÍLIA** e de outros Planos Instituídos

Aprovação das **ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO do Plano CV** pela Diretoria e Conselho de Administração do BNB, o que deixará o Plano bem mais flexível.

**CUSTO POR PARTICIPANTE** da Capef é o 2º MENOR\* em ranking da Previc

## **REDUÇÃO DAS TAXAS ADMINISTRATIVAS DOS PLANOS BD E CV**

Plano BD de 7% para 5,80% e  
Plano CV de 4,5% para 4,25%

## **REDUÇÃO DA TAXA DE JUROS DO PLANO BD**

Redução da taxa de juros (meta de rentabilidade) do Plano BD, passando de 5,25% a.a. para 5% a.a

**SUCESSO DAS CAMPANHAS** de incentivo à aportes e adesões no Plano CV I. Arrecadação de R\$ 1.974.329,76 em Aportes e de R\$ 1.935.196,69 em compra de TSP. 147 novas adesões ao Plano CV I, totalizando 6.169 Participantes.

Resultado da Pesquisa **NPS 2021: 65,69%**, enquadrando a Capef na Zona de Qualidade\*\*.

\*A amostra de 20 EFPC, selecionadas a partir do 10º Estudo de Despesas Administrativas realizado pela Previc seguindo os critérios: (1) grupo 1 (EFPC com Ativo > 2 bi) e (2) patrocínio público

\*\*Zona de qualidade = Essa zona reúne empresas que registram NPS entre 50% e 74%, tendo uma quantidade superior de clientes promotores da marca, em relação aos detratores, resultando em uma imagem positiva.



# RAIO X DA CAPEF

## QUEM SOMOS?

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – Capef é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, que ajuda as pessoas a planejar a aposentadoria desde 1967. Ela ocupa o 30º lugar entre as Entidades associadas da ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, classificando-se como a segunda maior do Norte e Nordeste.

## O QUE FAZEMOS?

A Capef atualmente administra dois Planos Previdenciários. O Plano do tipo Benefícios Definidos (BD), que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes e um Plano de Contribuição Variável (CV), aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em 2010, destinado aos funcionários do BNB e da própria Capef.







## NOSSO PROPÓSITO

Embora fundada há mais de meio século, o propósito da Capecf permanece o mesmo: **Proporcionar uma vida financeira melhor para as pessoas hoje e no futuro.** Ao longo de todos esses anos, a Capecf vem realizando sonhos, cumprindo seus compromissos e administrando os recursos de seus participantes com responsabilidade e transparência.



## MISSÃO

Proporcionar bem-estar aos participantes e beneficiários, por meio da gestão de planos de Previdência Privada.



## VALORES

### **Confiança**

Inspiramos credibilidade, agindo com prudência, ética e eficiência.

### **Excelência**

Perseguimos a eficiência da operação, combinando colaboração, modernidade tecnológica e melhores práticas de gestão.

### **Sucesso do cliente**

Somos comprometidos em superar as expectativas dos nossos participantes.

### **Sustentabilidade**

Conduzimos nosso negócio baseados na empatia, simplicidade e inovação.

### **Mentalidade de dono**

Assumimos pessoalmente a responsabilidade pelo sucesso da empresa, entregando nosso melhor diariamente.

### **Ser exemplo**

Fazemos o que falamos e somos guiados pela integridade, valorização dos nossos colaboradores, engajamento e responsabilidade.

## NOSSOS NÚMEROS



**54 anos**

de experiência



**2ª Entidade Fechada**

do N/NE e 30º maior do Brasil



**5,76 Bilhões**

de Patrimônio de Investimentos



**R\$ 326.055.284,16**

Contribuições recebidas em 2021



**12.517**

Participantes

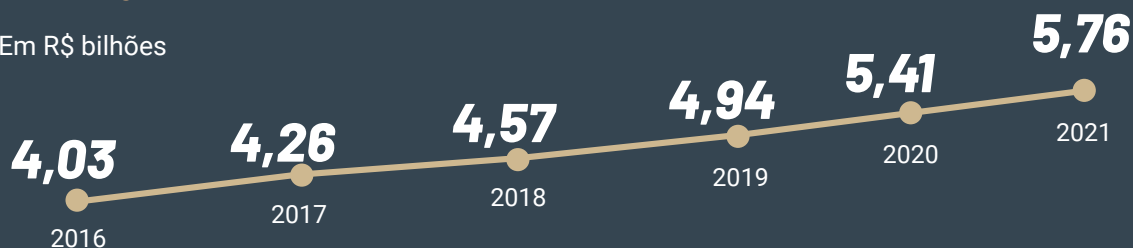


**R\$ 498.439.892,43**

Benefícios pagos em 2021

### EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Em R\$ bilhões



Posição: dez/2021

## PLANO CV



Patrocinadores

**BNB e Capecf**



**6.169**

Participantes



**R\$ 1,69 Bilhão**

Patrimônio de Investimentos



**R\$ 145.565.826,55**

Contribuições recebidas em 2021



**R\$ 11.887.526,57**

Benefícios pagos em 2021

## PLANO BD



Patrocinadores

**BNB, Camed e Capecf**



**6.348**

Participantes



**R\$ 4,07 Bilhões**

Patrimônio de Investimentos



**R\$ 180.489.457,61**

Contribuições recebidas em 2021



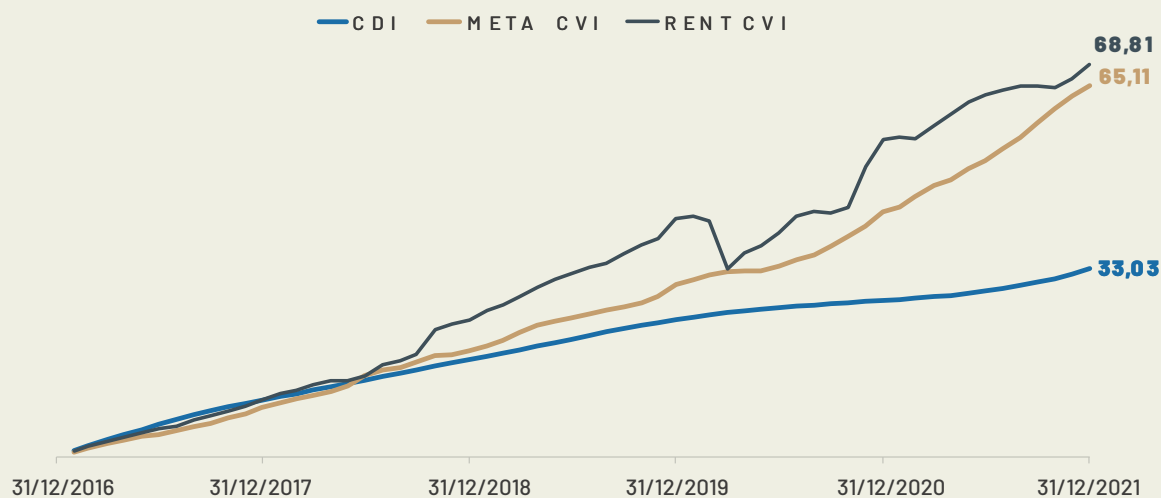
**R\$ 486.552.365,86**

Benefícios pagos em 2021

## PLANO CV

### Rentabilidade acumulada CV x Meta x CDI

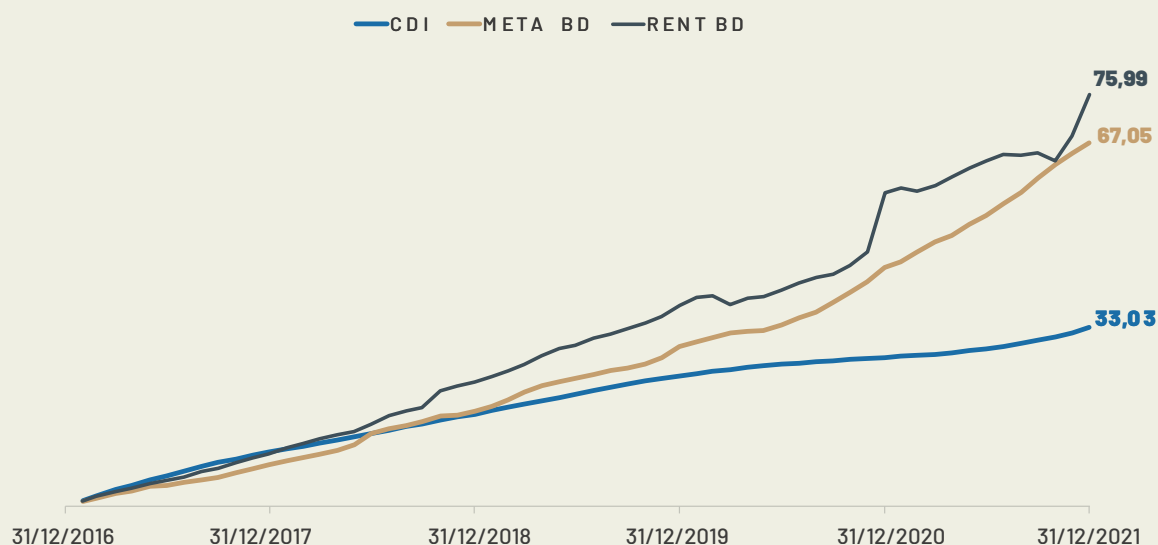
Acumulado nos últimos 5 anos (Dezembro/2021)



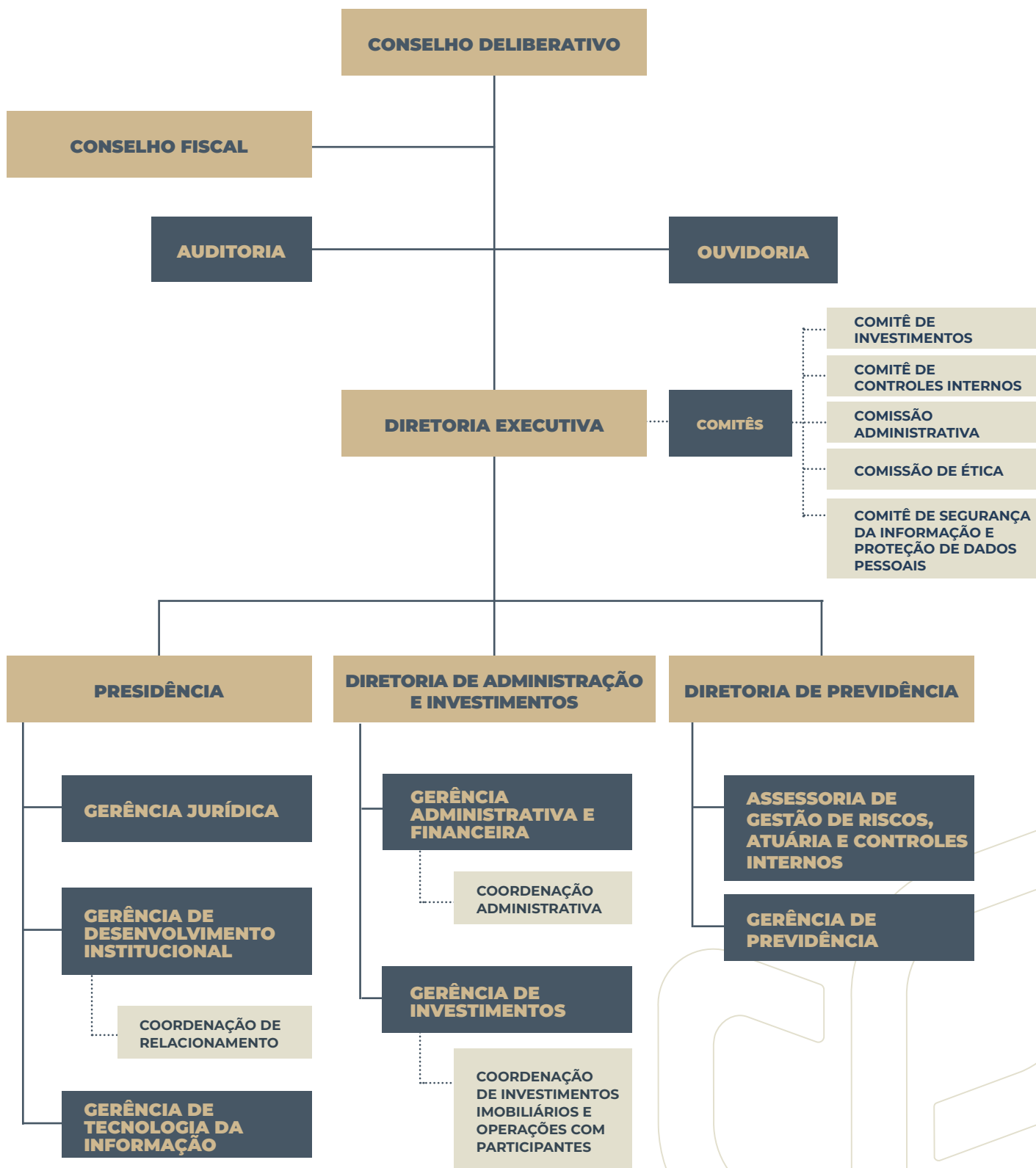
## PLANO BD

### Rentabilidade acumulada BD x Meta x CDI

Acumulado nos últimos 5 anos (Dezembro/2021)



# NOSSO ORGANOGRAMA





## **NOSSO TIME**

Sempre com muita dedicação, nosso time trabalhou para que, mesmo em um ano atípico e desafiador, a Capef seguisse cumprindo a missão de proporcionar uma vida financeira tranquila para os participantes e seus familiares, gerindo os recursos de forma transparente e responsável.





**Conheça mais sobre o perfil dos colaboradores que vestem a camisa da Entidade.**



## 59 colaboradores

### Escolaridade

			
 ESPEC. / MBA	11	12	23
MESTRADO	2	2	4
SUPERIOR COMPLETO	15	10	25
SUPERIOR INCOMPLETO	3	4	7
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>28</b>	<b>59</b>

### Gênero



FEMININO 31



MASCULINO 28



**TOTAL 59**

### Lideranças

6

6

**12**

## CAPACITAÇÃO

Para executar um trabalho de excelência, a Capef capacita o seu time de colaboradores. Em 2021, a Entidade investiu consideravelmente na educação com a adoção das Trilhas de Aprendizagem, divididas em trilhas gerais, gerenciais e técnicas.

### Investimento Carga horária

2021

R\$ 74.131,97

**6.163 HORAS**

2020

R\$ 62.680,37

**2.462 HORAS**

# TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

As boas práticas de governança corporativa são implementadas visando o aprimoramento dos processos de gestão como forma de agregar valor ao negócio no longo prazo e garantir o cumprimento de seus objetivos institucionais. Cada um dos órgãos e colegiados apresentados no diagrama a seguir exercem um papel fundamental na instrumentalização da governança corporativa da Capef.



# EMPOSSADO NOVO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E INVESTIMENTOS

Alex Araújo assumiu a Diretoria de Administração e Investimentos da Capecf, em substituição a Marcos Miranda, em cerimônia virtual realizada no dia 19 de abril.

Com a mudança, a Diretoria Executiva da Capecf ficou composta da seguinte maneira:

- Jurandir Mesquita, Diretor Presidente
- Fran Bezerra, Diretor de Previdência
- Alex Araújo, Diretor de Administração e Investimentos

## RENOVAÇÃO DOS CONSELHEIROS INDICADOS

O mandato dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Capecf, indicados pela administração do Banco do Nordeste, encerrou-se em 31/10/2021.

Com isso, a partir de 1º de novembro, os Conselhos da Entidade passaram a ter a seguinte formação:

### CONSELHO DELIBERATIVO

#### INDICADOS

##### TITULARES

Luiz Abel Amorim de Andrade - Presidente  
Thiago Alves Nogueira – Vice-Presidente  
Hailton José Fortes

#### ELEITOS

##### TITULARES

João Francisco Freitas Peixoto  
Lourival Nery dos Santos\*  
Gildete Mesquita Ribeiro

\*Em 27/10, Lourival Nery solicitou afastamento e Gabriel Rocha assumiu como titular.

##### SUPLENTES

Emiliano Estevão da Paz Portela  
Lívio Tonyatt Barreto da Silva  
Luíz Eduardo Magalhães de Freitas

##### SUPLENTES

Miguel Nóbrega Neto  
Gabriel Fernando Rocha\*  
André Lima Torres

## CONSELHO FISCAL

### INDICADOS

#### TITULARES

Wamberg Glaucon Chaves de Oliveira  
Alison Ramon Santos e Silva

#### SUPLENTES

João Robério Pereira de Messias  
Irenaldo Rubens Nunes

### ELEITOS

#### TITULARES

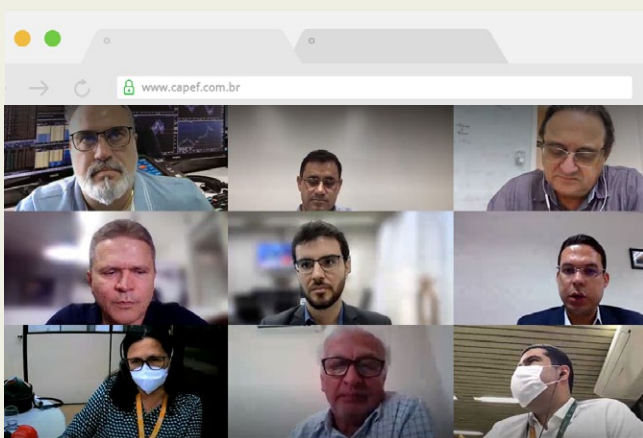
Genival Vila Nova - Presidente  
Leonardo da Hora Barreto – Vice-Presidente

#### SUPLENTES

Luiz Alberto da Silva Junior  
Luiza Maria Gouvea do Rego

# ATUAÇÕES DOS CONSELHOS

Em 2021, além das reuniões programadas na agenda dos Conselhos, foram realizadas várias reuniões extraordinárias, no intuito de acompanhar o plano de contingência da Capecf, adotar medidas emergenciais para amenizar os impactos da crise/pandemia e beneficiar os participantes, além de monitorar os riscos dos investimentos.



## 0 Conselho Deliberativo

Se reuniu **20 vezes**  
em 2021. Sendo:

**12** reuniões  
ordinárias

**08** reuniões  
extraordinárias

## 0 Conselho Fiscal

Se reuniu **16 vezes**  
em 2021. Sendo:

**12** reuniões  
ordinárias

**04** reuniões  
extraordinárias

## **Ao longo do exercício, confira alguns temas, apreciados e deliberados pelo Conselho Deliberativo.**

- ✓ *Relatório das Demonstrações Contábeis, Financeiras e Atuariais dos Planos da Capef;*
- ✓ *Aprovação do Plano de Custeio dos Planos;*
- ✓ *Planejamento Estratégico da Capef;*
- ✓ *Atualização do Manual de Contingenciamento de Processos Judiciais e Administrativos;*
- ✓ *Acréscimo de dois meses na suspensão aos contratos de EAP com suspensão Programada;*
- ✓ *Proposta de alteração da Política de Alçada de Dispendios Administrativos e da Proposta de Normatização;*
- ✓ *Alteração da Política de Alçada de Investimentos e Estatuto da Capef;*
- ✓ *Aprovação da Proposta de instituição da Política de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais;*
- ✓ *Aprovação da instituição da Política de Gestão de Riscos e Manual de Compliance;*
- ✓ *Hipóteses e Premissas a serem utilizadas na avaliação atuarial dos Planos BD e CV;*
- ✓ *Definição da estratégia de alongamento no segmento de renda fixa do Plano BD;*
- ✓ *Aprovação da instituição da Política de Comunicação;*
- ✓ *Aprovação da revisão da Política de Seleção e Capacitação de Colaboradores;*
- ✓ *Aprovação da instituição da Política de Integridade;*
- ✓ *Apresentação do Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal;*
- ✓ *Aprovação da proposta de atualização do Regimento Interno da Comissão de Ética;*
- ✓ *Redução das Taxas Administrativas dos Planos BD e CV I;*
- ✓ *Aprovação da Política de Investimentos dos Planos BD, CV e PGA;*
- ✓ *Aprovação do Plano Anual de Auditoria e do Orçamento geral da Capef para 2022.*

## CAPEF ADERE AO CÓDIGO DE AUTORREGULAÇÃO EM GOVERNANÇA CORPORATIVA

Evidenciando o compromisso público da Entidade com as melhores práticas, a Capef aderiu ao Código de Autorregulação em Governança Corporativa da Abrapp e está em processo de obtenção do Selo.

O Código tem como objetivo estabelecer parâmetros relativos ao sistema de previdência e proporcionar sólido referencial de boas práticas e o aperfeiçoamento da governança corporativa das fundações.

Na prática, isso significa que todos os profissionais da Capef – incluindo parceiros, fornecedores e prestadores de serviço – devem manter e promover conduta permanentemente pautada por elevados padrões éticos e de integridade, orientando-se pela defesa dos interesses dos Patrocinadores e Participantes Ativos e Assistidos.

A Capef é signatária também do Código de Autorregulação em Governança de Investimentos, e obteve o Selo referente ao mesmo código em 2020, o que confirma que a Entidade está alinhada com as melhores práticas na governança de investimentos, de forma a consolidar ações voltadas para geração de segurança, transparência, economicidade e racionalidade na execução dos procedimentos da Entidade.





# **AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS COLEGIADOS**



Visando aprimorar a sua Governança Corporativa, promovendo a eficiência e a eficácia da atuação da gestão, a Capef implementou a avaliação de desempenho anual dos membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Ouvidoria.

A avaliação de desempenho deverá ser realizada anualmente, preferencialmente no mês de março, pelo Conselho Deliberativo e junho, pelo Conselho Fiscal.

## **CONCLUSÃO DO PROCESSO DE ADERÊNCIA À LGPD**



A Capef iniciou o segundo semestre de 2021 com uma grande conquista, tendo concluído em agosto o processo de aderência à Lei Geral de Proteção de Dados, que estabelece diretrizes importantes e obrigatórias para a coleta, processamento e armazenamento de dados pessoais.

Destaca-se que a Entidade foi uma das primeiras instituições do Sistema de Previdência Complementar a se adequar às novas regras, prezando pela segurança dos nossos participantes, empregados, fornecedores e patrocinadores.

De acordo com o Diretor Presidente, Jurandir Mesquita, o caminho para se adaptar à LGPD foi desafiador e exigiu um planejamento apurado, que começou com um estudo interno.



***Tendo em vista ser uma legislação nova, a Capef passou inicialmente por uma análise de todas as áreas e processos por onde transitam dados pessoais e sensíveis de seus participantes e empregados, buscando identificar seu uso, forma de tratamento e guarda, seguido de um diagnóstico dos níveis de segurança aplicados no tratamento dos dados, com base na ISO 27701 e na LGPD”***

**Jurandir Mesquita**  
Presidente



“Estes desafios foram superados com a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar, aliado ao engajamento de todas as equipes da Capef, e com o apoio de consultoria especializada na disciplina de segurança da informação e proteção de dados pessoais”, destacou.

# SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

Uma das principais ações que fez parte do Processo de Aderência à LGPD, citado acima, foi a elaboração da [Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais](#). Este documento passou a orientar a Entidade no tratamento dos dados dos usuários dos seus diversos canais de comunicação.



***Precisamos sempre lembrar que os dados dos cidadãos são os insumos mais valiosos que uma organização detém. Portanto, devemos garantir a sua total segurança.”***



**Gardênio Farias,**  
Gerente de Tecnologia da Capef, com mais de 20 anos de carreira na Entidade, foi eleito DPO pela Diretoria.

**Para entrar em contato com o encarregado pelo tratamento de Dados Pessoais da Capef, os interessados podem enviar e-mail para:**  
**[privacidade@capef.com.br](mailto:privacidade@capef.com.br)**

# RUMO AO FUTURO

## GESTÃO ESTRATÉGICA



Ao longo do ano de 2021, foram trabalhadas três ações estratégicas: adesão, arrecadação (aportes) e educação (solução de dívidas), por meio da Campanha "Seu Futuro na Trilha".



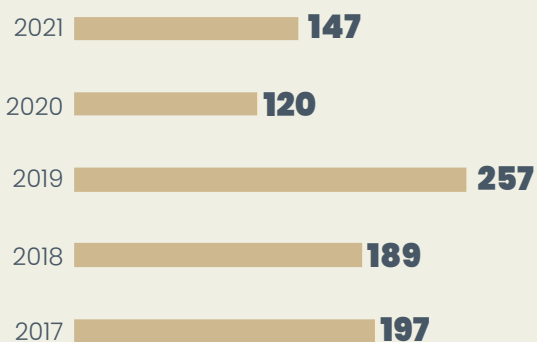


## Campanha Embaixadores da Previdência

No que se refere à estratégia de captação de adesões, a Campanha Embaixadores da Previdência trabalhou o incentivo às adesões e a indicação do Plano CV I aos colegas não aderentes; também foram realizadas ações de conscientização sobre a importância da previdência complementar nos informativos e redes sociais; buscou-se estabelecer uma relação de proximidade com o Patrocinador e com o nosso público, desde o momento da convocação, com uma abordagem de venda personalizada e voltada para o entendimento e atendimento das necessidades previdenciárias de cada potencial participante; além de ações de *retargeting*\* e contato ativo com os não aderentes. Como resultado dessas ações, obtivemos um total de 147 adesões.

### Resultado de adesões dos últimos anos.

Acumulado (2017 - 2021): **910**

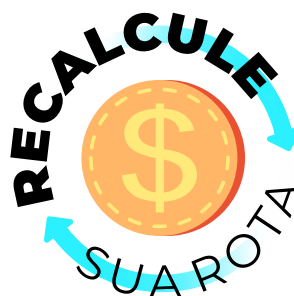


\**Retargeting* = De forma simplificada, *retargeting* significa "trazer de volta" um usuário que visitou seu site/rede social sem realizar uma compra ou finalizar uma ação, por meio de publicidade personalizada nas mídias visitadas.



## Educação Financeira a Distância

A Campanha 'Seu Futuro na Trilha' seguiu como carro chefe nas ações educativas, a qual foi alavancada por meio da parceria com a DSOP, empresa especializada em educação financeira, conduzida pelo Professor Reinaldo Domingos, que ampliou o portfólio de nossos cursos EAD. No ano, 141 Participantes concluíram os cursos ofertados pela Capecf.



## Recalcule sua Rota

Reforçamos a promoção "Recalcule sua Rota", cujo objetivo foi estimular a realização de aportes facultativos, antecipação de Tempo de Serviço Passado - TSP e portabilidade como forma de conquistar um benefício de aposentadoria que atenda às necessidades previdenciárias, destacando dentre as vantagens, o ganho fiscal auferido.

Como incentivo, foram oferecidos prêmios àqueles que mais efetuassem aportes ao longo do ano, maximizassem o ganho fiscal ou efetuassem a portabilidade para o Plano CV I. Além das ações contínuas de marketing com publicação de posts, matérias e depoimentos sobre a importância dos aportes adicionais para a manutenção do bem-estar futuro, também mantivemos outras ações de sucesso, como a realização de *retargeting*\*.

Como resultado dessas ações, o Plano CV I arrecadou R\$ 3,9 milhões, consolidando 2021 como o 2º ano com maior arrecadação em valor de aportes e TSP realizados, desde que o Plano foi lançado.

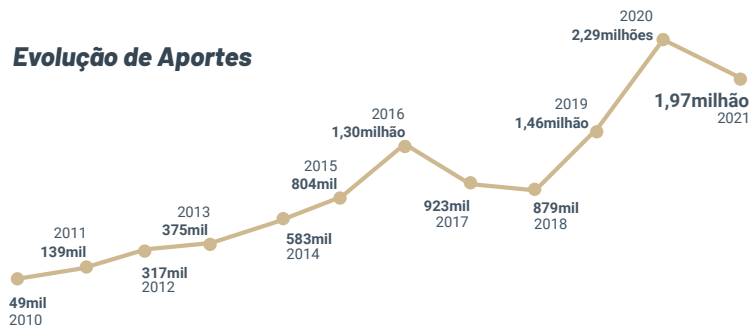
## Ações 2021: R\$ 3,9 milhões



Aportes

**1,97 milhão**

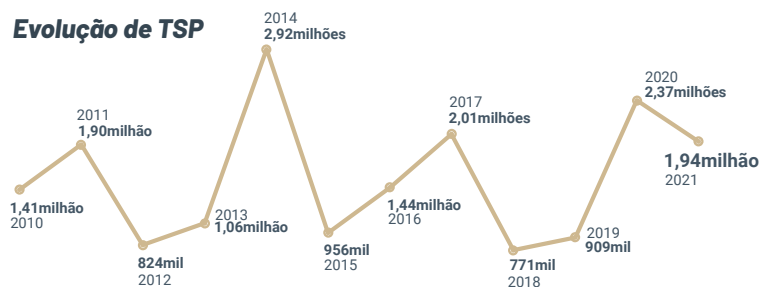
### Evolução de Aportes



Compra de TSP

**1,94 milhão**

### Evolução de TSP



**Ampliar as adesões e aportes extraordinários ao Plano CV I não é o objetivo mais relevante dessas Campanhas. A preocupação principal desse esforço é recordar a necessidade de planejamento das finanças pessoais, buscando atingir metas bem estabelecidas, seja a realização de um sonho, a contribuição com uma educação de qualidade para um ente querido, uma aposentadoria tranquila, ou todas e muitas outras opções juntas.”**

**Fran Bezerra**  
Diretor de  
Previdência  
da Capef







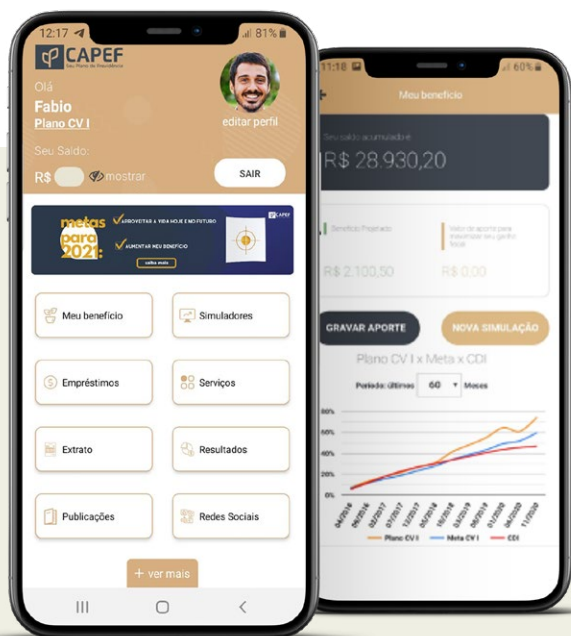
## **INOVAÇÃO COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO**

A inovação tecnológica é cada vez mais relevante para que as organizações obtenham sucesso e diferencial competitivo. Baseada nesse princípio, desde 2019, a Cpef vem apostando em sua transformação digital, quando criou o “Time de Inovação”, para capacitar e desenvolver essa cultura “de pensar fora da caixa” entre os seus colaboradores.

O desafio constante é fazer com que essa mentalidade esteja nas mentes e nos corações de toda a Entidade. Assim, a Cpef está engajada no objetivo de criar soluções ágeis e mais cômodas para o participante, por meio de inovações tecnológicas.

Dentre as soluções inovadoras implementadas nos últimos anos, podemos destacar:

- 💡 **A prova de vida por biometria;**
- 💡 **Os processos de cadastramento e concessão de aposentadoria totalmente digitais;**
- 💡 **O Contrato de Abertura de Crédito, necessário para contratação de empréstimos, também disponibilizado por biometria.**



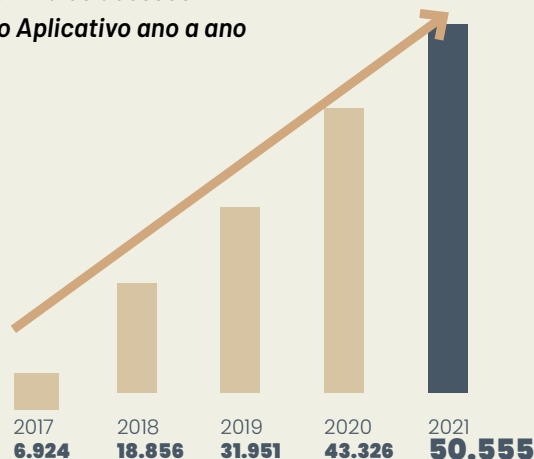
## EXPECTATIVAS PARA 2022: PLANO FAMÍLIA E MELHORIAS NO PLANO CV I

### LANÇAMENTO DO NOVO APP

Com interface moderna e novas funcionalidades, o app da Capef passa a ser acessado por biometria, dispondo ainda de uma tela de personalização do perfil do Participante.

Dentre os serviços disponíveis, destaca-se a tela “Meu Benefício”, que apresenta o saldo da conta individual, o valor do benefício projetado e o valor de aporte extra para maximização do ganho fiscal. Outra novidade é a opção de contratação de empréstimo 100% online.

#### Confira os acessos do Aplicativo ano a ano



De olho na sustentabilidade da Entidade, na oferta de novos produtos previdenciários e nas melhorias regulamentares do Plano CV I, que beneficiará os participantes, no segundo semestre de 2021, tivemos duas novidades que nos deixaram cheios de expectativas para 2022. A aprovação, pelo Banco do Nordeste, da alteração do Estatuto, o que permitirá a administração do Plano Família, e do conjunto de melhorias regulamentares do Plano CV I.

Após passar pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, a proposta de melhorias regulamentares do Plano CV I foi aprovada pela Diretoria e Conselho de Administração do Banco do Nordeste, patrocinador fundador da Capef. A partir daí, as mudanças passaram para fase de apreciação dos órgãos reguladores, sendo os últimos passos para a superação deste desafio.

Caso se concretize, essa proposta é uma conquista a ser celebrada pelos Participantes, pois traz uma série de melhorias ao Plano, tornando-o mais flexível e aderente às necessidades do nosso público.

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Atenta às mudanças do mercado e focada em conquistar e manter as vantagens competitivas necessárias para a sustentabilidade de seu negócio, a Gerência de Desenvolvimento Institucional da Capef, por meio de um processo participativo com gestores e representantes das áreas, implementou a revisão do Planejamento Estratégico no final de 2021. Com base no cenário desejado, foram mapeados os recursos que precisam ser desenvolvidos para elevar e gerar novas capacidades, de modo a gerar novos resultados, que viabilizarão o alcance do propósito da Entidade.

## Decodificando o Amanhã

Em 2021, como forma de inspirar e engajar as equipes na definição da estratégia, foi realizado um Workshop para os colaboradores da Entidade, denominado “Decodificando o Amanhã”, que contou com a apresentação de três cases de sucesso no segmento previdenciário:

- ✓ **O Desafio de Inovar na Nova Economia Digital**  
*Experiência Quanta, conduzida por Glauco Milhomem Balthar, Diretor de Tecnologia e Operações*
- ✓ **Cultura Comercial na Viva Previdência**  
*Desafios e Lições Aprendidas, apresentada pelo Diretor Presidente da Viva Previdência, Silas Devai Júnior*
- ✓ **Protagonismo e Engajamento como Estratégia de Sucesso**  
*Case Libertas, realizada pelo Diretor Presidente da Fundação Libertas, Lucas Ferraz Nóbrega*

## Mapa Estratégico

Dentre os resultados desse trabalho, foi elaborada uma atualização do mapa estratégico, conforme apresentado a seguir.



**O Planejamento Estratégico deve ser visto como um processo participativo e contínuo, que possibilita a melhor compreensão das mudanças do ambiente e, a partir daí, a melhor preparação para o desenvolvimento de novas capacidades de desempenho e de encantamento que garantirão a sustentabilidade e expansão do negócio."**

**Raquel Ribeiro,**  
Gerente de  
Desenvolvimento  
Institucional



# PROXIMIDADE COM OS PARTICIPANTES

## COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

O foco nos 12 mil participantes e em suas famílias é o que norteia as atividades da Capecf. Assim, em 2021, a Entidade continuou a praticar ações para conhecer melhor o seu público e aumentar a assertividade das atividades realizadas.

Além de compreender melhor o comportamento e as preferências dos nossos públicos, por meio de pesquisas e análises, também estamos atentos às tendências e aos avanços tecnológicos. Desta forma, buscamos aprimorar, continuamente, nossos canais de comunicação, ampliar o alcance de nossas publicações e transmitir, de maneira transparente e objetiva, as informações adequadas a cada um desses perfis.



## AÇÕES DE MARKETING

Em 2021, foram implementadas diversas ações estratégicas com o objetivo de aprimorar as ações de marketing e práticas comerciais, conforme detalhado abaixo:

- ✓ **Implantação do monitoramento da jornada do cliente, que mede a satisfação de nossos clientes e potenciais clientes em cada fase de sua jornada com a Capef, visando facilitar a conversão aos nossos produtos, o engajamento dos Participantes a marca e o aperfeiçoamento dos serviços e produtos, em tempo real;**
- ✓ **Implantação da ferramenta de e-mail marketing (Mautic), que permite melhor conhecer o comportamento dos nossos clientes, como quem acessou os e-mails, leu as publicações, acionou os links e em qual horário, favorecendo a efetividade das ações de marketing;**
- ✓ **Desenvolvimento de um novo simulador de adesão, mais dinâmico, rápido e interativo;**
- ✓ **Definição do modelo de inscrição online, integrada ao novo simulador e permitindo uma adesão simplificada;**
- ✓ **Aplicação da pesquisa de "Status de Relacionamento", que visa aproximar a Entidade de seu público, identificando como cada participante gostaria de ser chamado, além de suas preferências: horário para contato, conteúdos, linguagem e canais de comunicação.**





# TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO

Os eventos online foram as formas que encontramos de disseminar as informações sobre os atos de gestão praticados e de resgatar a proximidade com os participantes durante a pandemia. Em 2021, realizamos vários eventos, além de disponibilizar serviços para facilitar o acesso à informação dos participantes.

## **ORGANIZE SEU ORÇAMENTO E IMPULSIONE SUA VIDA FINANCEIRA:**

evento realizado em comemoração dia do bancário, conduzido pela diretora da ONG Meu Propósito, Katharinny Bione, que abordou as boas práticas do planejamento financeiro, que auxiliam na construção de uma vida mais próspera.

## **SEMANA DO PARTICIPANTE:**

Evento realizado em homenagem ao dia do aposentado. Durante a programação, o Diretor-Presidente, Jurandir Mesquita, apresentou as conquistas e resultados do período e, após a apresentação, convidamos um profissional para apresentar dicas de viagens.

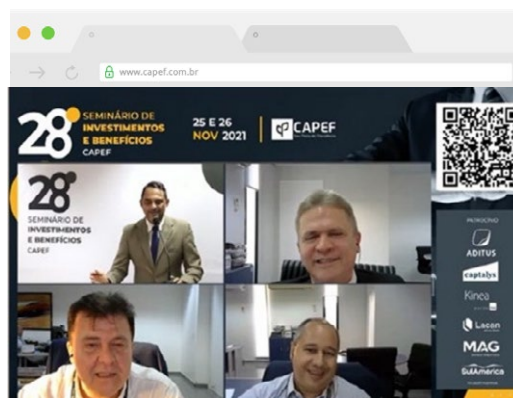
Mesmo sabendo que ainda não era o momento indicado para turismo, o tema foi escolhido com base no resultado de pesquisas realizadas pela Capec entre os Participantes, que demonstraram bastante interesse no tema. Para encerrar a programação foram realizados sorteios de hospedagens, cedidas pela parceira RDC Viagens.

## **SALA DO PENSIONISTA:**

Disponibilização de uma página no site destinada a fornecer orientações aos beneficiários inscritos de pensão e pecúlio, sobre os benefícios que poderão ter direito e os procedimentos necessários para realizar a solicitação.

## **SEMINÁRIO DE INVESTIMENTOS E BENEFÍCIOS:**

o evento cujo propósito é definir a Política de Investimentos dos Planos BD e CV I para o ano subsequente, foi realizado em novembro pela 28ª vez.



Com transmissão ao vivo pelo Youtube para 847 pessoas, entre Participantes, dirigentes e demais profissionais interessados no tema espalhados pelo Brasil, o Seminário ficou marcado pela qualidade das palestras e debates propostos ao longo dos dois dias.

Participaram do evento instituições como o BNB, Abrapp, BTG Pactual, Kinea Investimentos, Lacan Ativos Reais, Captalys, Mag Investimentos, SulAmérica e Aduvis Consultoria Financeira.

Na sequência, os diretores da Capec apresentaram a situação atual dos Planos BD e CV I e, em seguida, o gerente de Investimentos, Marcelo D'Agostino, apresentou a proposta da Política de Investimentos para 2022, baseado em um cenário projetado de alta volatilidade com eleições presidenciais; indefinição sobre retomada da economia; Bancos Centrais pelo mundo ajustando sua política monetária; e escassez de produtos x inflação.

## **Confira a participação nos eventos ao longo de 2021**

<b>EVENTOS</b>	<b>PARTICIPANTES</b>
<b>Semana do Participante</b>	<b>139</b>
<b>Encontro Online com Participantes</b>	<b>360</b>
<b>Tira dúvidas – Prova de vida digital</b>	<b>210</b>
<b>Dia do Bancário</b>	<b>145</b>
<b>28º Seminário de Investimentos e Benefícios</b>	<b>847</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.701</b>



# PROGRAMA DE RELACIONAMENTO



## Novos Prêmios e mais Formas de Pontuar

Em maio de 2021, o programa de Fidelidade da Capef, Parceria Premiada, lançou novos prêmios e novas formas de pontuar. Com relação às premiações, tornou-se possível trocar seus pontos por aportes facultativos no Plano CV I, vouchers em compras nas lojas parceiras da [www.capef.prev4u.com.br](http://www.capef.prev4u.com.br) (com cashback para o seu Plano), dentre outras novidades que podem ser conferidas na tabela a seguir.

### Novos prêmios

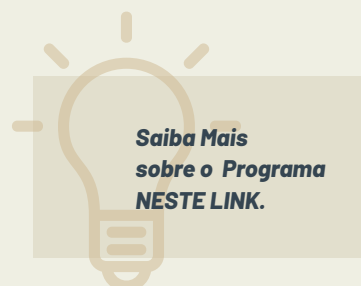
- ✓ Voucher financeiros em compras nas lojas parceiras
- ✓ Consultoria Financeira Externa
- ✓ Aporte de R\$ 50,00 e 100,00 no Plano CV I

### Novas pontuações

- ✓ Indicação de adesão ao Plano CV I
- ✓ Participação na Pesquisa de Satisfação (NPS) pelo site/app

## Cadastros no Programa

TOTAL	2019	2.814
5.596	2020	1.710
	2021	1.072

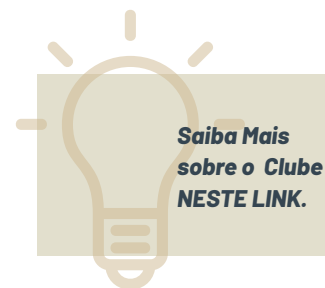




### **Clube de Benefícios com Cashback**

Além do 'Parceria Premiada', outro programa que traz vantagens exclusivas para os Participantes, também apresentou novidades. Lançado em 2019, o Clube de Benefícios da Capec tem o objetivo de proporcionar aos Participantes acesso a condições especiais, como preços mais competitivos nas compras em diversos estabelecimentos. Com o objetivo de tornar o programa mais atrativo, nos últimos meses ampliamos o leque de parcerias.

O Clube de Benefícios ainda dispõe de "Cashback" e funciona da seguinte maneira: ao realizar compras nas lojas on-line parceiras da Prev4U ([www.capecf.prev4u.com.br](http://www.capecf.prev4u.com.br)), o usuário recebe de volta parte do que pagou em seu Plano de Previdência. Esse valor fica acumulado na própria plataforma e, ao completar R\$ 30,00, é possível recebê-lo como aporte facultativo ou como abatimento das parcelas de empréstimos.



## **CANAIS DE RELACIONAMENTO**

A Área de Relacionamento da Capec se empenha em atender de forma tempestiva e qualificada as demandas recepcionadas em cada canal de contato. Para isso, contamos com uma equipe multidisciplinar, preparada para prestar atendimento a todos os serviços e produtos previdenciários.

### **NÚMEROS DO RELACIONAMENTO**

#### **Por canais de atendimento:**



**25.598**  
TELEFONE



**10.445**  
E-MAIL



**6.780**  
WHATSAPP



**1.240**  
ATIVO  
(Contatos para adesão)



**1.108**  
PRESENCIAL



**440**  
CORRESPONDÊNCIA



**45.611**  
TOTAL

POR PERFIL	POR PÚBLICO	POR ASSUNTO
<b>30.648</b> <b>ASSISTIDOS</b>	<b>33.162</b> <b>PLANO BD</b>	<b>42.191</b> <b>PLANOS BD E CV I</b>
<b>12.391</b> <b>ATIVOS</b>	<b>11.264</b> <b>PLANO CV I</b>	<b>256</b> <b>CONVÊNIO INSS</b>
<b>799</b> <b>BENEFIC.</b> <b>DE PECÚLIO</b>	<b>1.185</b> <b>OUTROS *</b>	<b>3.164</b> <b>OUTROS</b> <b>ATENDIMENTOS</b>
<b>1.415</b> <b>OUTROS*</b>		
<b>358</b> <b>PENSIONISTA</b> <b>DE ALIMENTOS</b>		
		<b>TOTAL 45.611</b>

\*Registros não identificados no sistema de atendimento e não aderentes



***Credibilidade, transparência, gestores e equipe competentes, fácil acesso e bons resultados da instituição”***

**Maria Odilia de Sousa Silva**  
Participante Assistida do Plano BD  
Residente em Campina Grande - PB



# ATENDIMENTO É DIFERENCIAL DA CAPEF



O atendimento é permanentemente citado pelos participantes, como diferencial da Entidade. Em 2021, por exemplo, a SLA de atendimento, ferramenta que permite acompanhar a qualidade do atendimento prestado, bem como a satisfação dos clientes com esse serviço, apresentou o seguinte resultado.

- ✓ Percentual de resolução dos atendimentos - 97,49%
- ✓ Satisfação geral do atendimento - 95,8% de satisfação

## Números da Ouvidoria

A Ouvidoria responde pelos atendimentos de segundo nível, registradas sob a forma de reclamações, denúncias, sugestões, solicitações e elogios.

<b>SOLICITAÇÕES</b>	<b>56</b>
<b>RECLAMAÇÕES</b>	<b>97</b>
<b>SUGESTÕES</b>	<b>74</b>
<b>ELOGIOS</b>	<b>6</b>
<b>TOTAL</b>	<b>233</b>

## Números da Comunicação



**596.491**  
acessos ao SITE



**1,067 milhão**  
e-mails enviados



**278**  
matérias publicadas  
no SITE

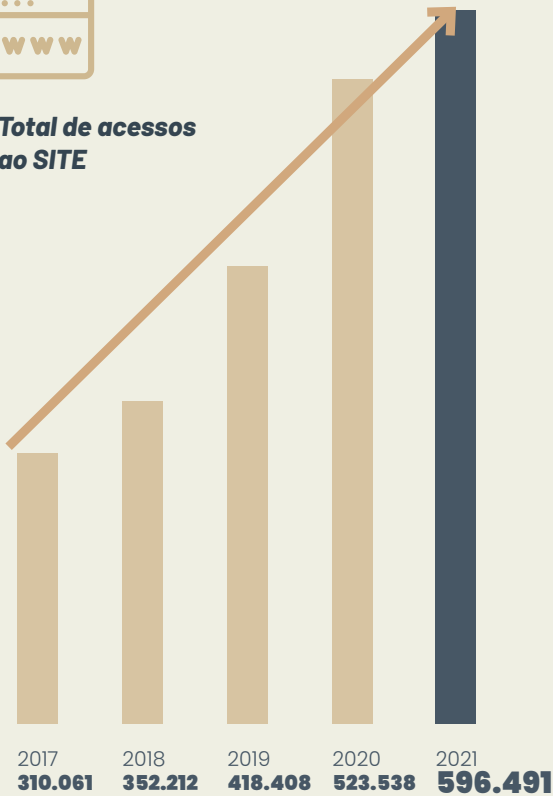


**50.555**  
acessos ao APP

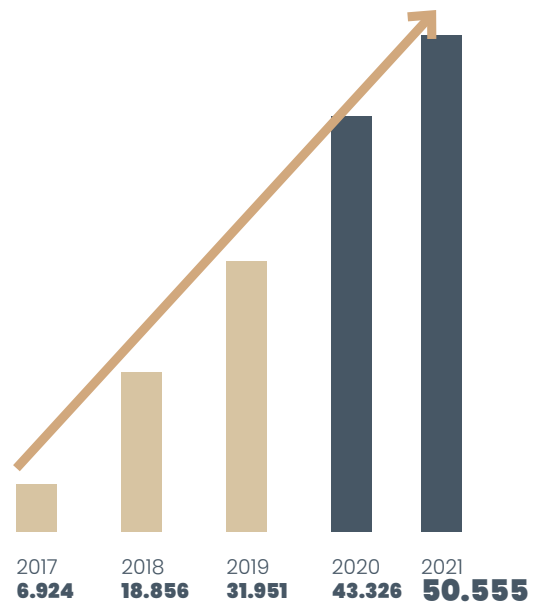
A seguir, apresentamos a evolução ano a ano dos acessos ao site e ao aplicativo. Fato que demonstra o crescente interesse das pessoas pelo autoatendimento. Com base nessa constatação, ampliaremos nossos esforços nas melhorias dos canais de autoatendimento do site e aplicativo.

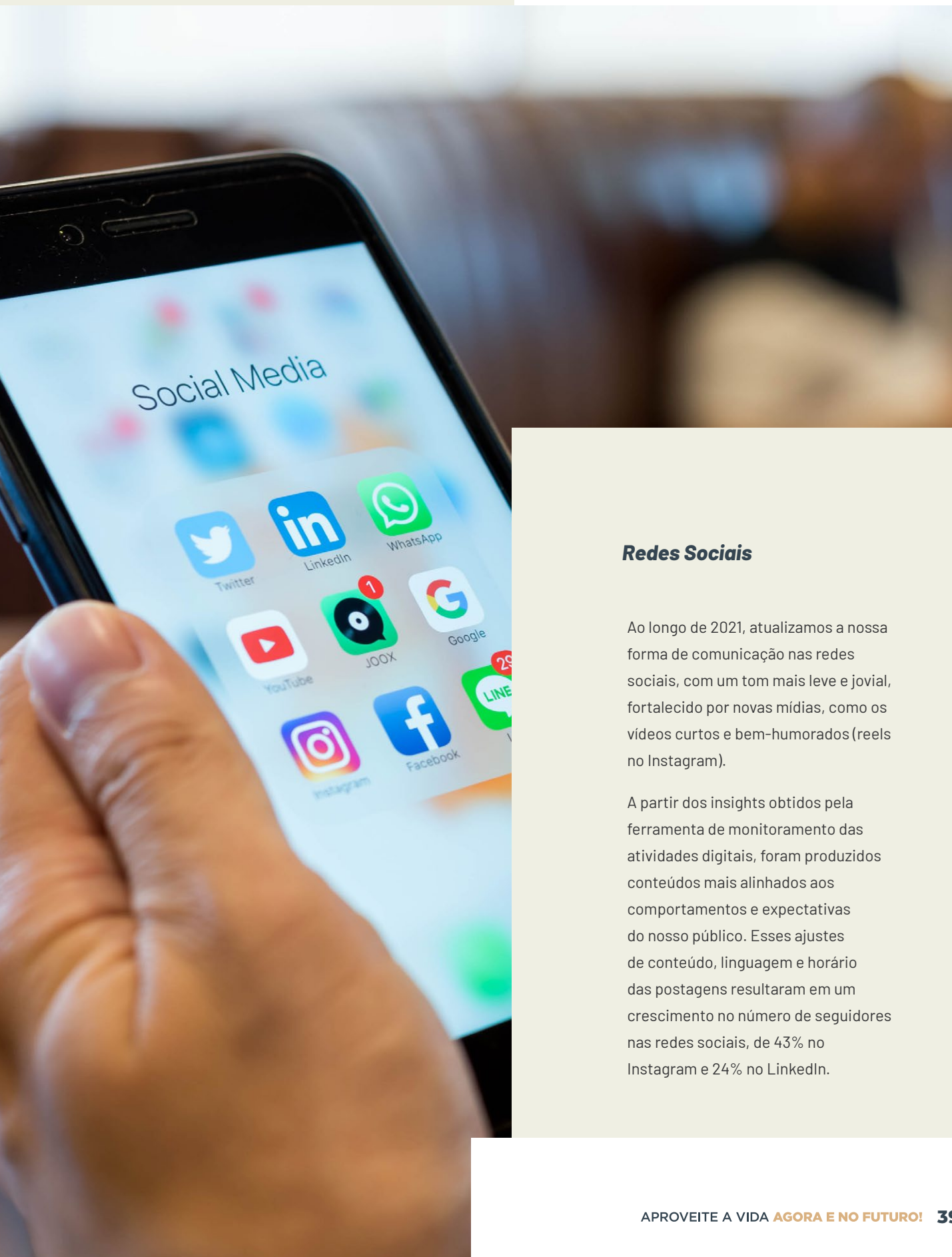


**Total de acessos  
ao SITE**



**Total de acessos  
ao Aplicativo**





## **Redes Sociais**

Ao longo de 2021, atualizamos a nossa forma de comunicação nas redes sociais, com um tom mais leve e jovial, fortalecido por novas mídias, como os vídeos curtos e bem-humorados (reels no Instagram).

A partir dos insights obtidos pela ferramenta de monitoramento das atividades digitais, foram produzidos conteúdos mais alinhados aos comportamentos e expectativas do nosso público. Esses ajustes de conteúdo, linguagem e horário das postagens resultaram em um crescimento no número de seguidores nas redes sociais, de 43% no Instagram e 24% no LinkedIn.

## RESULTADO NPS: CAPEF É ENQUADRADA NA ZONA DE QUALIDADE

**Mesmo com todas as dificuldades ocorridas em 2021, os resultados obtidos na Pesquisa, aplicada no último trimestre do ano, foram satisfatórios e enquadraram a Capef na zona de qualidade.**

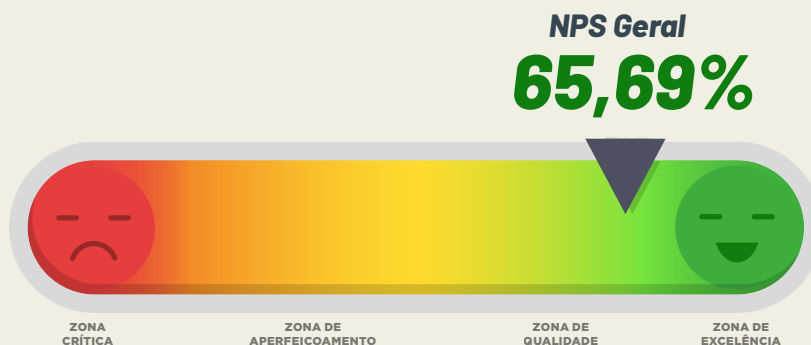
Observamos pelas notas e comentários atribuídos que os participantes continuam externando um sentimento de muita confiança na Entidade, fato que fortalece a gestão na busca diária de aperfeiçoamento de seus produtos e serviços.

Sabendo da importância de aprimoramento constante, a Capef se atentou em buscar dos nossos participantes a resposta para a seguinte questão: “Em uma escala de 0 a 10, o quanto você recomendaria o seu Plano para um amigo/colega?”

A pesquisa NPS (do inglês, Net Promoter Score) obteve 3.267 respostas, entre Participantes e não aderentes.

A metodologia norte-americana de Pesquisa NPS busca mensurar o grau de lealdade dos consumidores com uma empresa. Para isso, classifica-se as notas de 0 a 6, como clientes detratores, de 7 e 8, como clientes neutros e de 9 a 10, como clientes promotores da organização.

O resultado final é uma porcentagem que pode ser classificada em quatro zonas: Zona de Excelência (entre 76% e 100%), de Qualidade (entre 51% e 75%), de Aperfeiçoamento (entre 1% e 50%) e Crítica (entre 0% e 1%).





## Resultado por Perfil

QUESTÃO	ATIVOS					ASSISTIDOS					NÃO ADE-RENTES	MÉDIA GERAL
	CV	CV E BD/CV	BD	BD E BD/CV	GERAL	CV	CV E BD/CV	BD	BD E BD/CV	GERAL		
Em uma escala de 0 a 10, o quanto você recomendaria o Plano CV I para um amigo ou colega?	74,47%	73,24%	19,59%	41,29%	66,20%	74,19%	70,69%	64,27%	64,86%	65,07%	62,50%	<b>65,69%</b>

Com um resultado geral de 65,69%, a Capef se enquadra na Zona de Qualidade, o segundo maior nível desta metodologia.

### Plano CV quase alcançou Zona de Excelência

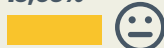
O destaque positivo foi observado entre os Participantes do PLANO CV I, que quase alcançou a zona de Excelência, com 74%.

#### ATIVOS

CV  
**74,47%**



BD  
**19,59%**



#### ASSISTIDOS

CV  
**74,19%**



BD  
**64,27%**



“

**A eficiência administrativa. A prontidão no atendimento às solicitações. A fineza de sua equipe no trato diário com o associado. A grandeza da Capef é o resultado de sua eficiente administração”.**



**Alípio Carvalho Filho**

Participante Assistido do Plano BD  
Residente em Recife/PE

# RAIO X DOS PARTICIPANTES E DOS PLANOS

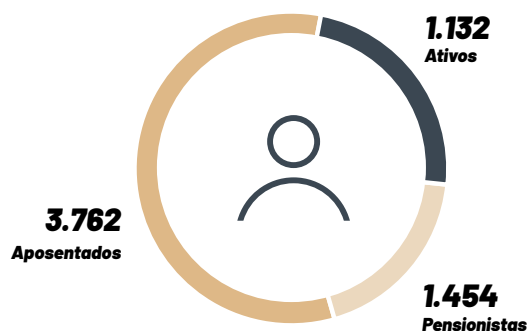
**Conheça o perfil dos Planos Previdenciários e seus respectivos resultados atuariais.**



## PLANO BD

### QUANTIDADE DE PARTICIPANTES

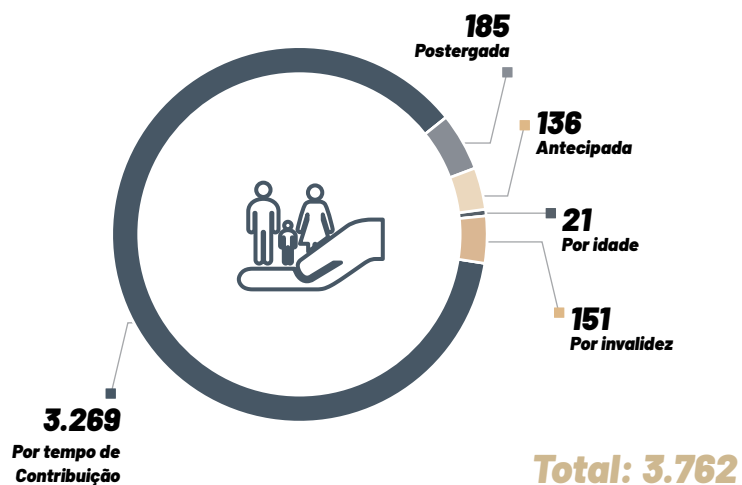
A maturidade do Plano BD fica evidenciada pelo número de Participantes Assistidos ser bem superior à quantidade de Participantes Ativos.



**Total: 6.348**

## TIPOS DE BENEFÍCIOS

Destaca-se ainda que a maioria dos Assistidos aposentou-se por tempo de contribuição (86,89%).

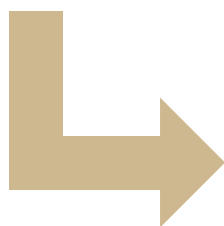


## RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Em 2021, o Plano BD obteve o total de R\$ 180,49 milhões com as contribuições pagas por Participantes e Patrocinador.

### PLANO BD

# R\$ 180,49 MILHÕES



**R\$ 97.170,46**  
ATIVOS

**R\$ 158.064.013,56**  
APOSENTADOS

**R\$ 22.328.273,59**  
PENSIONISTAS

## BENEFÍCIOS PAGOS

Em 2021, foram pagos R\$ 414,40 milhões em benefícios de aposentadoria, distribuídos entre 49.417 pagamentos, com valor médio de R\$ 8.385,61. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 72,15 milhões, distribuídos em 17.628 pagamentos, com valor médio de R\$ 4.092,97.

BENEFÍCIOS PAGOS	QTDE.	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
Aposentadoria	49.417	414.401.578,45	8.385,61
Pensão	17.628	72.150.787,41	4.092,97
<b>TOTAL</b>	<b>67.045</b>	<b>486.552.365,86</b>	<b>7.257,10</b>

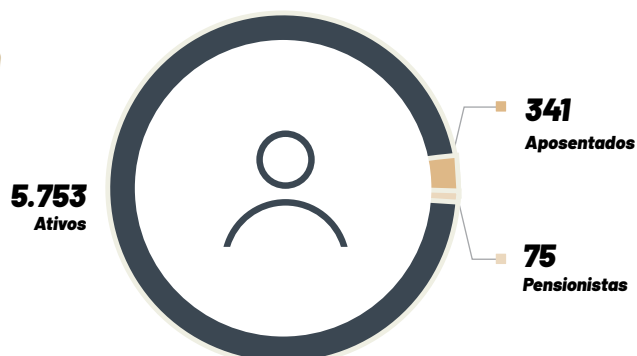
Por ser um Plano maduro, observa-se que os benefícios pagos superam as receitas obtidas com as contribuições, algo completamente esperado e previsto na análise de sua situação atuarial.

## PLANO CV I

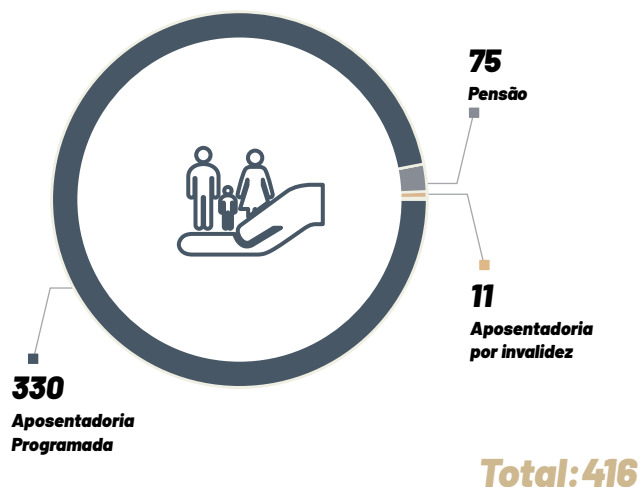
### QUANTIDADE DE PARTICIPANTES

O Plano CV I conta com um total de 6.169 Participantes e Beneficiários. Por ser um Plano relativamente novo, 93% deste total correspondem aos Participantes Ativos.

**Total: 6.169**



## TIPOS DE BENEFÍCIOS



## RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Em 2021, o Plano CV I obteve o total de R\$ 145,57 milhões com as contribuições pagas de Participantes Ativos e Patrocinador.

### PLANO CV

# R\$ 145,57 MILHÕES



**R\$ 145.565.826,55**  
ATIVOS

## BENEFÍCIOS PAGOS

Em 2021, foram pagos R\$ 10,7 milhões em benefícios de aposentadoria, distribuídos em 4.396 pagamentos, com valor médio de R\$ 2.445,52. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 1,1 milhão, distribuídos em 614 pagamentos, com valor médio de R\$ 1.851,82.

BENEFÍCIOS PAGOS	QTDE.	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
Aposentadoria	4.396	10.750.511,40	2.445,52
Pensão	614	1.137.015,17	1.851,82
<b>TOTAL</b>	<b>5.010</b>	<b>11.887.526,57</b>	<b>2.372,76</b>

Por ser um Plano novo e ainda em fase de arrecadação de contribuições da maioria dos Participantes, o valor arrecadado com contribuições do Plano CV I supera intensamente o valor pago com benefícios.

# RESULTADO ATUARIAL

## PLANO BD

O Plano de Benefícios Definidos possuía, em 31/12/2021, R\$ 3,88 bilhões de recursos acumulados para fazer frente às obrigações do plano. Tais obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas, foram apuradas para os benefícios concedidos em R\$ 3,43 bilhões e para os benefícios a conceder em R\$ 534,56 milhões, e são dimensionadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder. O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em 31/12/2021 foi de - R\$ 83,09 milhões. Portanto, o Plano BD apresenta déficit, que representa apenas 2,10% das obrigações do Plano, conforme demonstrado a seguir:

<b>PATRIMÔNIO DE COBERTURA DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>
<b>R\$ 3,88 Bilhões</b>	<b>R\$ 3,43 Bilhões</b>
<b>DÉFICIT ATUARIAL*</b>	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>
<b>R\$ 83,09 Milhões</b>	<b>R\$ 534,56 Milhões</b>

\*2,10% de déficit em relação às Provisões Matemáticas

## PLANO CV

O Plano de Contribuição Variável I possuía, em 31/12/2021, R\$ 1,64 bilhão de recursos acumulados para fazer frente às obrigações do plano. Tais obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas, foram apuradas para os benefícios a conceder R\$ 1,46 bilhão e para os benefícios concedidos, R\$ 175,47 milhões. As provisões matemáticas são dimensionadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder. O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em 31/12/2021 foi de R\$ 4,33 milhões, portanto, o Plano CV I apresenta superávit, conforme demonstrado a seguir:

<b>PATRIMÔNIO DE COBERTURA DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>  <b>R\$ 1,64 Bilhão</b>	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER</b> <b>R\$ 1,46 Bilhão</b>
	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b> <b>R\$ 175,47 Milhões</b>
	<b>SUPERÁVIT ATUARIAL</b> <b>R\$ 4,33 Milhões</b>

Fundos Previdenciais: R\$ 17,79 milhões, sendo Solvência de R\$ 31,73 milhões e Risco de R\$ 20,18 milhões.

Posição: dez/2021



# DESTAQUES DE 2021



## REDUÇÃO DA TAXA DE JUROS DO BD

O estudo de aderência realizado anualmente pela gestão da Capef apontou a necessidade da redução da taxa de juros (meta de rentabilidade) do Plano BD, passando de 5,25% a.a. para 5% a.a a partir de janeiro de 2022.

A vantagem da redução da meta para os participantes é que, por estar mais adequada à realidade do mercado financeiro, a probabilidade de atingi-la anualmente é maior. Vale lembrar que, de acordo com o regulamento do Plano BD, para que seja concedido anualmente o reajuste integral do INPC no benefício dos Participantes Assistidos, é necessário que essa meta seja cumprida.





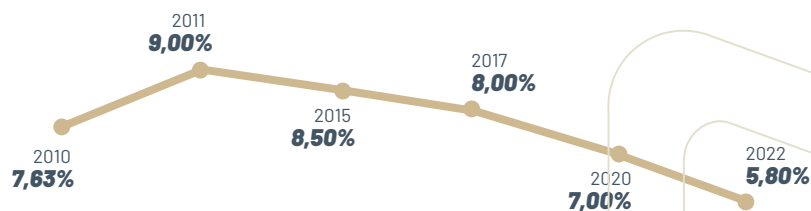
## REDUÇÃO DAS TAXAS ADMINISTRATIVAS DOS PLANOS BD E CV I

Pensando sempre no melhor para os Participantes, a gestão da Capef tem buscado formas de reduzir despesas, aumentar os níveis de adesão e outras formas de receitas, para poder viabilizar a redução das taxas administrativas de seus planos. Como frutos desses esforços, o Condel aprovou uma conquista importante para o nosso público: a redução das taxas incidentes sobre as contribuições do Plano BD, de 7% para 5,80% e, do Plano CV I, de 4,5% para 4,25%, com vigência a partir de janeiro de 2022. No caso do Plano BD, a medida permite o aumento da reserva utilizada para pagar as obrigações aos Participantes. Com relação ao CV I, gera o mesmo efeito de acréscimo, mas para a conta individual de cada participante. Essa é a terceira queda observada nas taxas em um intervalo de apenas seis anos.

### Histórico de redução da Taxa Administrativa do Plano CV



### Histórico de redução da Taxa Administrativa do Plano BD



# INVESTIMENTOS NOSSOS RESULTADOS

## CENÁRIO ECONÔMICO DE 2021

O ano de 2021 iniciou com previsões otimistas para economia brasileira, sobretudo com o avanço da vacinação contra a Covid-19. Contudo, contrariando as expectativas, 2021 foi marcado pela alta da inflação, que atingiu o maior patamar desde 2015 e elevação da taxa de juros. Além disso, o país obteve recuperação da atividade econômica abaixo do esperado, com crescimento do PIB de 4,6% no ano, mesmo diante do decréscimo de -3,9% em 2020.

Esse cenário impactou, principalmente, o desempenho dos ativos de maior risco, como renda variável e fundos imobiliários. Diante desse contexto desafiador, os investidores de todo o país observaram suas aplicações serem impactadas negativamente. Com relação à Caped, pela primeira vez desde 2015, os Planos BD e CV I não alcançaram suas respectivas metas de rentabilidades definidas para o ano.



# METAS ATUARIAIS DOS PLANOS

## PLANO BD

**Em 2021, o Plano BD acumulou retorno de 11,53%, frente a meta atuarial, de 15,94%.**

## PLANO CV I

**O Plano CV I rentabilizou no último ano 8,52%, frente a meta atuarial de 15,56%.**

Mesmo não tendo alcançado a meta, os Planos da Capef continuaram com desempenho superior à média de mercado, seguindo exemplos de anos anteriores.

De acordo com levantamento realizado pela Aditus Consultoria junto a um grupo de 119 Entidades, a rentabilidade média dos planos fechados de Previdência Complementar foi de 7,38% em 2021, enquanto o Plano BD rentabilizou 11,53% e o CV I 8,52%.

## INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS: ESG

Com a responsabilidade de gerir investimentos que irão garantir o pagamento de benefícios, a Capef já incorporou a preocupação com o ESG nas políticas de investimentos para ambos os planos que administra. Fundos ESG – Environmental (meio ambiente), Social (sociedade) and Governance (governança) – são aqueles cuja finalidade é investimentos em empresas comprometidas com o meio ambiente, com a sociedade e com parâmetros elevados de governança.

Ao realizar a seleção de investimentos, é feita uma análise de questões associadas à sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e ao fortalecimento da governança e transparência.

As políticas do plano preveem que não apenas os ativos, empresas e fundos investidos, mas sim todos os integrantes do mercado financeiro e agentes econômicos, de forma geral, devem buscar métodos que minimizem impactos sociais em suas atividades. Como exemplo, na própria sede da Capef, já há alguns anos foi implantado sistema de energia solar.



***Ao escolher inserir ações ESG na sua carteira de investimentos, o investidor coloca ainda mais peso sobre as empresas que não adotam tais padrões de governança sustentável, equilíbrio social e ambiental, logo, aumenta a possibilidade de adoção de um novo caminho sustentável. A Capef, por exemplo, já descartou investimentos pelo fato dos gestores dos ativos não estarem comprometidos com essas questões.”***

**Marcelo D’Agostino,**  
Gerente de Investimentos da Capef



# PLANO BD

## Diversificação dos Investimentos

O Plano BD encerrou o ano de 2021 com um total de investimentos de R\$ 4,07 bilhões. Para manter a liquidez e a rentabilidade necessárias à maturidade do Plano BD, a Capecf adota uma postura conservadora na aplicação dos recursos. No final do ano, os investimentos estavam assim distribuídos:

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
RENDA FIXA	3.505.437,47	86,08
RENDA VARIÁVEL	129.410,05	3,18
IMOBILIÁRIO	248.933,32	6,11
ESTRUTURADO	5.813,42	0,14
EXTERIOR	102.794,03	2,52
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	80.009,35	1,96
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>4.072.397,64</b>	<b>100,00</b>

## RENTABILIDADE

Em 2021, o Plano BD alcançou rentabilidade de 11,53%, abaixo da meta atuarial de 15,94% (equivalente a INPC+5,25% a.a.). Deterioração do cenário macroeconômico (pressões inflacionárias, juros em elevação, austeridade fiscal questionada, instabilidade política, etc.) e sanitário (segunda onda da COVID-19) no ano causou impacto na performance dos ativos financeiros do plano, motivando o não atingimento da meta. Dentre os segmentos de aplicação, o de Operações com Participantes foi o destaque, com retorno positivo de 17,54%, seguido pelo segmento de Renda Fixa com rentabilidade de 12,72%, conforme apresentado no quadro a seguir.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	%
RENDA FIXA	12,72
RENDA VARIÁVEL	(8,59)
IMOBILIÁRIO	7,56
ESTRUTURADO	1,87
EXTERIOR	7,15
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	17,54
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>11,53</b>

## RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DOS ÚLTIMOS 5 ANOS (%)

No acumulado dos últimos 5 anos, a rentabilidade do Plano BD superou a meta atuarial em 8,94 p.p. Anualmente, apenas em 2021, o Plano BD não conseguiu superar sua meta atuarial, em virtude de um cenário econômico conturbado nos últimos dois anos.

DESCRIÇÃO	2021	2020	2019	2018	2017	ACUM.
Rentabilidade Nominal	11,53	15,11	11,56	11,97	9,74	75,99
Meta Atuarial (*)	15,94	11,25	10,23	9,12	7,68	67,05
Resultado acima/abaixo da taxa de juros atuarial	-4,00	3,66	1,28	2,76	2,01	

(\*) Meta Atuarial: INPC+5,25% a.a.

Considerando os últimos cinco anos, a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 6,55% a.a., calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

## RENDA FIXA

Ao final de 2021, o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade de 12,72%, inferior à meta atuarial em -3,22 p.p. A rentabilidade do segmento foi impactada pela parcela dos ativos da carteira do Plano marcada a mercado. Com o cenário interno instável, as taxas de juros subiram, impactando negativamente a parcela de títulos marcada a mercado da carteira de Renda Fixa do Plano. Nesse segmento, estão alocados 86,08% dos recursos do Plano BD (R\$ 3,51 bilhões), distribuídos da seguinte forma: Fundo Capef FI RF Previdenciário Exclusivo (R\$ 3,33 bilhões) administrado pelo Santander e gerido pela Capef; Fundo Exclusivo Fortaleza Multimercado (R\$ 106,66 milhões) sob a gestão da Capef; quatro Fundos abertos, sendo um sob a gestão do BTG Pactual (R\$ 0,22 milhão), um gerido pelo Santander (R\$ 1,82 milhões) e dois sob a gestão da Vinci Partners (R\$ 12,49 milhões); Títulos Públicos Federais (R\$ 47,65 milhões); títulos privados e debêntures (R\$ 10,33 milhões).

## FI MULTIMERCADO

A Gestão Própria do Fundo Fortaleza Multimercado FI apresentou rentabilidade de -5,29% em 2021, inferior à meta atuarial em -21,23 p.p. O fundo foi impactado, no ano, pela crise econômica e sanitária causada pela Covid-19. Na posição de 31/12/2021, a carteira do fundo possuía um patrimônio de R\$ 106,66 milhões, com a seguinte composição: 7,11% em Renda Variável (R\$ 7,58 milhões), 76,87%



em ativos de Renda Fixa (R\$ 82,02 milhões) e 16,02% em Fundos Imobiliários (R\$ 17,06 milhões).

## **RENDA VARIÁVEL**

A carteira de Renda Variável do Plano BD (R\$ 129,41 milhões) é composta por ações ordinárias do Banco do Nordeste (R\$ 19,86 milhões), por uma carteira composta por sete ações pagadoras de dividendos (R\$ 28,59 milhões), por ações preferenciais da Raízen (R\$ 5,32 milhões), por cotas do fundo BOVV11 (R\$ 75,30 milhões) e por provisões de dividendos a receber no valor de R\$ 0,34 milhão. As ações ordinárias do BNB são caracterizadas pela baixa liquidez na Bovespa. No ano, o resultado do segmento foi negativo em -8,59%. Conforme já mencionado, 2021 foi marcado por grandes instabilidades, elevando a volatilidades nos mercados financeiros, impactando, em maior peso, os ativos de riscos.

## **IMOBILIÁRIO**

O segmento Imobiliário, com patrimônio de R\$ 248,93 milhões, é composto por Fundos Imobiliários integrantes da Carteira Própria da Capef, com patrimônio de R\$ 25,76 milhões e pela Carteira de Imóveis com patrimônio de R\$ 223,17 milhões. Em 2021, o resultado do segmento foi de 7,56%, abaixo da meta atuarial devido a performance dos fundos imobiliários com retorno negativo de -11,40% e da carteira de Imóveis com valorização de 10,31% no ano. Os fundos imobiliários, que têm suas cotas negociadas na bolsa de valores, foram bastante afetados pela crise econômica vivenciada no ano.

## **ESTRUTURADO**

O segmento Estruturado, com patrimônio de R\$ 5,81 milhões, é composto por um Certificado de Operações estruturadas - COE com capital protegido. O ativo base do referido COE é o fundo de Renda Variável Morgan Stanley US Growth listado na London Stock Exchange. No ano, o resultado do segmento foi de 1,87%, inferior à meta atuarial do Plano em -14,07 p.p.

## **EXTERIOR**

O segmento é composto por cinco Fundos de Ações e um de Renda Fixa. Fundos de Ações: MS Global Opportunities Advisory FIA IE, gerido pela XP Investimentos; Legg Mason Martin Currie Global Long Term Unconstrained FIA IE, gerido pela Western Asset; MAG Global Sustainable IE FIM, gerido pela Mongeral Aegon; Itaú World Equities FIC FIA IE, gerido pelo Itaú; J China Equity Dólar Advisory Master

IE FIA, gerido pela XP Investimentos. Fundo de renda fixa: Pimco Income Dólar IE FIM, gerido pela Pimco. As cotas dos referidos fundos acompanham a performance de ativos negociados nos mercados externos. Em 2021, a rentabilidade do segmento foi de 7,15%, inferior à meta atuarial do Plano em -8,79 p.p.

## DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO E RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2020			2021			(% ) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2021 (INTERVALOS)
	DEZ - R\$ (MIL)	PARTI-CIPAÇÃO (%)	RENTABI-LIDADE (%)	DEZ - R\$ (MIL)	PARTI-CIPAÇÃO (%)	RENTA-BILIDA-DE (%)	
Total dos Recursos Garanti-dores das Reservas Técnicas	3.959.441,85	-	15,11	4.066.818,18	-	11,53	-
Total Investimentos	3.964.126,57	100,00	-	4.072.397,64	100,00	-	-
Renda Fixa	3.474.732,46	87,65	17,28	3.505.437,47	86,08	12,72	68 - 100
Renda Variável	150.904,11	3,81	(3,73)	129.410,05	3,18	(8,59)	0 - 06
Investimentos Estrutura-dos	5.706,63	0,14	14,13	5.813,42	0,14	1,87	0 - 03
Investimentos no Exterior	-	-	-	102.794,03	2,52	7,15	0 - 03
Imobiliários	251.969,15	6,36	2,81	248.933,32	6,11	7,56	0 - 10
Cotas de Fundos de Inves-timentos Imobiliários - FII	34.505,42	0,87	(12,00)	25.761,75	0,63	(11,40)	-
Imóveis	217.463,73	5,49	5,97	223.171,57	5,48	10,31	-
Operações com Partici-pantes	80.814,21	2,04	11,86	80.009,35	1,96	17,54	0 - 10
Empréstimos	73.903,29	1,86	12,91	73.216,32	1,80	19,12	-
Financiamentos Imobiliários	6.910,92	0,17	(0,21)	6.793,03	0,17	0,45	-
Disponível - Caixa	204,01	-	-	194,17	-	-	-
Outro realizáveis ( Relaciona-dos com Tributos)	1.175,75	-	-	1.251,18	-	-	-
Passivo de Investimentos	(1.838,05)	-	-	(2.208,98)	-	-	-
Contingência de Investimen-tos	(4.226,43)	-	-	(4.815,83)	-	-	-
CDI ( Benchmark Renda Fixa )	-	-	2,76	-	-	4,40	-
IBrX ( Benchmark Renda Variável )	-	-	3,62	-	-	-	-
Ibovespa ( Benchmark Renda Variável )	-	-	-	-	-	-11,93	-
Meta Atuarial (INPC + 5,50% a.a. em 2020 e INPC + 5,25% a.a. em 2021)	-	-	11,25	-	-	15,94	-

## GESTÃO TERCEIRIZADA

FUNDOS	GESTORES	R\$ (mil)	% Gestão Terceirizada	% do Investimento total	Retorno do fundo em 2021 (%)	Taxa de Administração (%)
BTG Pactual Capital Markets	BTG Pactual Gestora de Recursos	217,04	0,10	0,01	4,81	0,25
ETF IT Now - BOVV11	Itaú Unibanco	75.304,50	34,76	1,85	(11,89)	0,10
FII Alianza Trust - ALZR11	Alianza	3.385,65	1,56	0,08	(7,74)	0,20
FII GGR Covepi Renda - GGRC11	Zagros Capital	5.652,55	2,61	0,14	(13,05)	1,10
FII Iridium - IRDM11	Iridium Gestão de Recursos	2.610,49	1,21	0,06	(13,21)	0,17
FII REC Recebíveis - RECR11	BRL Trust Investimentos	2.585,08	1,19	0,06	(1,36)	0,20
FII Rio Bravo Fundo de Fundos - RBFF11	Rio Bravo Investimentos	4.278,85	1,98	0,11	(16,06)	0,80
FII TG Ativo Real - TGAR11	TG Core Asset	3.686,84	1,70	0,09	(6,25)	0,12
FII XP Log - XPLG11	XP Asset Management	3.562,29	1,64	0,09	(6,12)	0,75
Itaú World Equities FIC FIA IE	Itaú Unibanco	17.173,11	7,93	0,42	14,49	0,15
J China Equiy Dólar Advisory Master IE	XP Asset Management	14.517,65	6,70	0,36	(3,22)	0,20
Legg Mason Martin Currie IE	Western Asset	16.791,18	7,75	0,41	11,94	1,00
MAG Global Sustainable IE	Mongeral Aegon Investimentos	22.371,42	10,33	0,55	10,03	0,30
MS Global Opportunity FIA IE	XP Asset Management	15.047,44	6,95	0,37	0,32	0,20
Pimco Income <b>Dólar FIM IE</b>	PIMCO	15.126,59	6,98	0,37	0,84	0,08
Santander Institucional RF DI	Santander Brasil Asset Management	1.823,18	0,84	0,04	5,00	0,20
Vinci Imobiliário RF CP	Vinci Partners	6.380,97	2,95	0,16	2,29	0,06
Vinci Imobiliário RF CP II	Vinci Partners	6.107,83	2,82	0,15	(0,91)	0,84
<b>Total</b>		<b>216.622,64</b>	<b>100,00</b>	-	-	-

## GESTÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA

TIPO DE GESTÃO	2021	
	DEZ - R\$ (Mil)	%
<b>GESTÃO PRÓPRIA</b>	<b>3.853.996,59</b>	<b>94,64</b>
Títulos Públicos	47.651,81	1,17
Títulos Privados	10.334,02	0,25
Ações + Dividendos/juros a receber	54.105,55	1,33
Certificado de Operações Estruturadas	5.813,42	0,14
Fundos Exclusivos	3.432.910,86	84,30
Imóveis	223.171,57	5,48
Operações com Participantes	80.009,35	1,96
<b>GESTÃO TERCEIRIZADA</b>	<b>218.401,05</b>	<b>5,36</b>
Cotas de Fundos	216.622,64	5,32
A pagar/receber	1.778,42	0,04
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>4.072.397,64</b>	<b>100,00</b>

## CUSTOS CARTEIRA PRÓPRIA

CUSTOS	R\$
CARTEIRA PRÓPRIA BD	1.452.973,02
CVM / CBLC	5.934,31
Custódia	87.450,39
Selic/Cetip	374.736,33
Corretagem/Emolumentos	984.851,99

## CUSTOS FUNDOS EXCLUSIVOS

FUNDOS EXCLUSIVOS	R\$
<b>CAPEF FI RF PREV EXCLUSIVO</b>	<b>976.165,54</b>
Taxa de administração	393.135,28
Custódia	238.085,71
Selic/Cetip	263.041,86
Auditoria	4.261,50
CVM / CBLC	70.666,24
ANBIMA	6.540,00
Outras Despesas	434,95
<b>FORTALEZA MULTIMERCADO</b>	<b>381.803,24</b>
Taxa de administração	123.298,02
Custódia	34.842,24
Selic/Cetip	26.846,06
Auditoria	5.290,00
CVM / CBLC	25.538,32
ANBIMA	3.966,00
Outras despesas	152,28
Corretagem/Emolumentos	161.870,32

## DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO BD DA CAPEF	R\$ (mil)
	4.073.648,82
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	47.651,81
Títulos Públicos Federais - NTN-B	47.651,81
CRÉDITOS PRIVADOS	10.334,02
<b>Debêntures Cias. Abertas</b>	10.334,02
CERTIFICADO DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS	5.813,42
COE - Morgan Stanley	5.813,42
<b>AÇÕES</b>	54.105,55
Companhias Abertas	33.905,92
Patrocinador(es)	19.855,95
Dividendos a receber/ Juros Cap.	343,69
FUNDOS DE INVESTIMENTO	3.651.311,91
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA	3.340.786,87
Capef Exclusivo RF Previdenciário	3.326.246,09
BTG Pactual Capital Markets	217,04
Vinci Imobiliário RF CP	6.380,97
Vinci Imobiliário RF CP II	6.107,83
Santander Institucional RF DI	1.823,18
Depósito Judicial	11,76
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO MULTIMERCADO	106.664,77
Fortaleza Multimercado FI	106.664,77
COTAS DE FUNDOS ÍNDICE DE MERCADO	75.304,50
IT Now - BOVV11	75.304,50
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	25.761,75
FII Iridium - IRDM11	2.610,49
FII Rio Bravo Fundo de Fundos - RBFF11	4.278,85
FII GGR Covepi Renda - GGRC11	5.652,55
FII Alianza Trust - ALZR11	3.385,65
FII REC Recebíveis - RECR11	2.585,08
FII TG Ativo Real - TGAR11	3.686,84
FII XP Logístico - XPLG11	3.562,29
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EXTERIOR	102.794,03
MS Global Opportunity FIA IE	15.047,44
Legg Mason Martin Currie IE	16.791,18
MAG Global Sustainable IE	22.371,42
Itaú World Equities FIC FIA IE	17.173,11
Pimco Income <b>Dólar FIM IE</b>	15.126,59
J China Equiy Dólar Advisory Master IE	14.517,65
A Receber - Dólar venda Futuro	1.766,65
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	223.171,57
Imóveis	223.171,57
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	80.009,35
Empréstimos	73.216,32
Fin. Imobiliário	6.793,03
DEPÓSITO JUDICIAIS/RECURSAIS	739,54
Depósito Judicial	717.096,23
Depósito Recursal	22.446,43
OUTROS REALIZÁVEIS	511,64
Impostos a Compensar	10.485.207,31
Provisão para perda - Impostos a Compensar	(9.973.571,33)

## **CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2021**

### **Consultoria de Investimentos**

A Capef manteve em 2021 contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus, no valor de R\$ 1.042,11 por mês. E também contrato de prestação de serviços técnicos especializados de análise de mercado e de recomendações elaborados pelos analistas independentes da Eleven Financial no valor de R\$ 1.083,29 por mês.

### **Custódia**

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa Capef FI RF Previdenciário Exclusivo é de 0,0085%.

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo Fortaleza Multimercado é de 0,017%.

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,0128%.

### **Auditoria**

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

### **Taxas de Administração**

Taxa de Gestão e Administração dos Fundos de Investimentos:  
0,06% a.a. a 1,10% a.a.

# PLANO CV I

## Diversificação dos Investimentos

O Plano CV I encerrou o ano com patrimônio de investimentos de R\$ 1,7 bilhão. No quadro a seguir, apresentamos a distribuição dos investimentos do Plano CV I.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
RENDA FIXA	1.155.997,32	68,17
RENDA VARIÁVEL	198.004,84	11,68
IMOBILIÁRIO	64.515,31	3,80
EXTERIOR	115.757,99	6,83
ESTRUTURADO	85.265,18	5,03
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	76.202,13	4,49
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>1.695.742,77</b>	<b>100,00</b>

## RENTABILIDADE

O Plano CV I obteve rentabilidade de 8,52%, enquanto a meta atuarial (IPCA+5%a.a.) no mesmo período foi de 15,56%. Dentre os segmentos de aplicação, o Operações com Participantes foi o destaque com uma performance positiva de 18,89%, seguido pelo segmento de Renda Fixa com um retorno de 13,48%. Conforme apresentado no quadro a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)
RENDA FIXA	13,48
RENDA VARIÁVEL	(10,79)
IMOBILIÁRIO	(9,04)
ESTRUTURADO	10,21
EXTERIOR	9,44
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	18,89
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>8,52</b>

A tabela seguinte demonstra a rentabilidade do Plano CV I nos últimos 5 anos. Observa-se que, ao longo desse período, com exceção do ano de 2021, o Plano CV I superou a sua meta atuarial.



DESCRIÇÃO	2021	2020	2019	2018	2017	ACUM.
Rentabilidade Nominal	8,52	9,77	14,23	12,75	10,03	68,81
Meta Atuarial (*)	15,56	9,74	9,78	9,19	8,61	65,11
Resultado acima/abaixo da taxa de juros atuarial	-6,40	0,03	4,26	3,42	1,38	

(\*) Meta atuarial: IPCA+5% a.a. em 2020 e 2021; IPCA+5,25% a.a. em 2019 e 2018; e de IPCA+5,5% a.a. em 2017.

Considerando os últimos cinco anos, a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 5,66% a.a, calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

## RENDA FIXA

Ao final de 2021, o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade de 13,48% abaixo da meta atuarial em 2,08 pontos percentuais. Na carteira de Renda Fixa estão alocados 68,17% dos recursos do Plano CV I. O segmento é composto por Títulos Públicos Federais, fundos de Renda Fixa, debêntures e letras financeiras.

## RENDA VARIÁVEL

A carteira de Renda Variável do Plano CV I apresentou uma rentabilidade de -10,79% em 2021, impactada pela crise econômica e financeira que assolou o país ao longo do ano, impactando negativamente os ativos de risco. O segmento representa 11,68% do total dos investimentos do plano, composto por uma carteira de ações, por cotas dos fundos BOVV11 e SMAL11 e por sete fundos de ações abertos, administrados por gestores externos.

## IMOBILIÁRIO

O segmento imobiliário é composto por cotas de Fundos Imobiliários. A performance do segmento foi de -9,04%. As cotas dos fundos imobiliários são ativos negociados em bolsa, os quais foram fortemente impactados pela instabilidade econômica ocasionada, basicamente, pela segunda onda da Covid-19.

## INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

O segmento é composto por dois fundos multimercados, o Western Asset Macro Opportunities IE FIM, gerido pela Western Asset, e o Pimco Income Dólar IE FIM, gerido pela Pimco, e por cinco fundos de ações: Itaú World Equities FIC FIA IE, gerido pelo Itaú; Legg Mason Martin Currie Global Long Term Unconstrained FIA IE, gerido pela Western Asset; MS Global Opportunities Advisory FIA IE, gerido pela XP Investimentos, Mag Global Sustainable IE FIM, gerido pela Mongeral Aegon e J China Equity Dólar Advisory Master IE FIA, gerido

pela XP Investimentos. As cotas dos referidos fundos acompanham a performance de ativos negociados nos mercados externos. Em 2021, a rentabilidade do segmento foi de 10,21%, abaixo da meta atuarial do Plano em 5,35 p.p.

## ESTRUTURADO

O segmento é composto por fundos classificados como multimercados e por fundos de investimentos em participações-FIP. A carteira é composta por cinco fundos multimercados geridos por gestores independentes: Captalys (R\$ 30,12 milhões), dois fundos sob gestão da Vinci Partners (R\$ 16,67 milhões), Ibiúna Investimentos (R\$ 12,95 milhões) e Absolute Investimentos (R\$ 11,26 milhões), e por três FIP's geridos por BTG Pactual (R\$ 8,30 milhões), Vinci Partners (R\$ 2,22 milhões) e Spectra (R\$ 3,76). A performance do segmento foi de 9,44% no ano.

## DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO E RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2020			2021			(% ) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2021 (INTERVALOS)
	DEZ - R\$ (MIL)	PARTI-CIPAÇÃO (%)	RENTABI-LIDADE (%)	DEZ - R\$ (MIL)	PARTI-CIPAÇÃO (%)	RENTA-BILIDA-DE (%)	
<b>Total dos Recursos Garanti-dores das Reservas Técnicas</b>	1.445.643,65	-	9,77	1.695.233,14	-	8,52	-
<b>Total Investimentos</b>	1.445.548,70	100,00	-	1.695.742,77	100,00	-	-
<b>Renda Fixa</b>	997.387,16	69,00	14,52	1.155.997,32	68,17	13,48	43 - 100
<b>Renda Variável</b>	199.087,63	13,77	(4,36)	198.004,84	11,68	(10,79)	0 - 20
<b>Investimentos Estruturados</b>	64.591,42	4,47	9,29	85.265,18	5,03	9,44	0 - 09
<b>Investimentos no Exterior</b>	35.603,65	2,46	16,69	115.757,99	6,83	10,21	0 - 10
<b>Imobiliário</b>	79.620,72	5,51	(9,26)	64.515,31	3,80	(9,04)	0 - 08
<b>Cotas de Fundos de Investi-mentos Imobiliários - FII</b>	79.620,72	5,51	(9,26)	64.515,31	3,80	(9,04)	
<b>Operações com Participantes</b>	69.258,12	4,79	11,99	76.202,13	4,49	18,89	0 - 10
<b>Disponível - Caixa</b>	118,30	-	-	222,31	-	-	-
<b>Passivo Investimentos</b>	(23,34)	-	-	(731,94)	-	-	-
<b>CDI (Benchmark Renda Fixa )</b>	-	-	2,76	-	-	4,40	-
<b>IBrX (Benchmark Renda Variável )</b>	-	-	3,62	-	-	-	-
<b>Ibovespa (Benchmark Renda Variável )</b>	-	-	-	-	-	(11,93)	-
<b>Meta Atuarial (IPCA + 5,00% a.a.)</b>	-	-	9,74	-	-	15,56	-

## GESTÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA

TIPO DE GESTÃO	2021	
	DEZ - R\$ (Mil)	%
<b>GESTÃO PRÓPRIA</b>	<b>1.249.782,67</b>	<b>73,70</b>
Títulos Públicos	987.697,71	58,25
Títulos Privados	123.228,52	7,27
Ações + Dividendos/juros a receber	62.654,30	3,69
Operações com Participantes	76.202,13	4,49
<b>GESTÃO TERCEIRIZADA</b>	<b>445.960,11</b>	<b>26,30</b>
Cotas de Fundos	444.055,57	26,19
A pagar/receber	1.904,53	0,11
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>1.695.742,77</b>	<b>-</b>

## GESTÃO TERCEIRIZADA

FUNDOS	GESTORES	R\$ (mil)	% Gestão Tercei- rizada	% do Investi- mento total	Retorno do fundo em 2021 (%)	Taxa de Admi- nistração (%)
4UM Marlim Dividendos FIA	4UM Investi- mentos	7.237,48	1,63	0,43	(2,43)	2,00
Absolute Vertex II FIC FIM	Absolute Inves- timentos	11.256,19	2,53	0,66	8,40	1,90
BNB Institucional RF	Banco do Nor- deste do Brasil	1.683,69	0,38	0,10	4,12	0,35
Caixa Brasil RF DI	Caixa DTVM	123,60	0,03	0,01	4,60	0,20
Captalys Orion FIM CP	Captalys	30.121,48	6,78	1,78	8,16	2,00
Constância Fundamento FIA	Constância Investimentos	10.168,56	2,29	0,60	(5,60)	2,00
ETF It Now - BOVV11	Itaú Unibanco	46.606,63	10,50	2,75	(11,89)	0,10
FII Alianza - ALZR11	Alianza	8.632,53	1,94	0,51	(4,29)	0,20
FII GGR Covepi Renda - GGRC11	Zagros Capital	13.378,63	3,01	0,79	(13,05)	1,10
FII Iridium - IRDM11	Iridium Gestão de Recursos	6.082,27	1,37	0,36	(5,43)	0,17

FII REC Recebíveis - RECR11	BRL Trust Investimentos	7.804,84	1,76	0,46	2,85	0,20
FII Rio Bravo Fundo de Fundos-RBFF11	Rio Bravo Investimentos	4.669,05	1,05	0,28	(16,06)	0,80
FII TG Ativo Real TGAR11	TG Core Asset	11.553,41	2,60	0,68	1,04	0,12
FII XP Log - XPLG11	XP Asset Management	12.394,60	2,79	0,73	(11,69)	2,00
FIP BTG Pactual Economia Real	BTG Pactual Gestora de Recursos	8.296,86	1,87	0,49	13,62	2,00
FIP Spetra V Institucional	Spectra Investimentos	3.757,99	0,85	0,22	13,74	1,25
FIP Vinci Impacto Retorno IV - FDR B	Vinci Partners	2.217,92	0,50	0,13	(1,88)	2,00
Ibiuna Hedge STH FIC FIM	Ibiuna Investimentos	12.946,14	2,92	0,76	10,23	1,96
Índie FIC FIA	Indie Capital	15.779,30	3,55	0,93	(21,10)	1,34
Ishares - SMAL11	BlackRock	14.366,44	3,24	0,85	(16,26)	0,50
Itaú World Equities FIC FIA IE	Itaú Unibanco	18.057,71	4,07	1,06	30,95	0,15
J China Equiy Dólar Advisory Master IE	XP Asset Management	14.673,02	3,30	0,87	(3,55)	0,20
Legg Mason Martin Currie IE	Western Asset	22.474,59	5,06	1,33	18,50	1,00
MAG Global Sustainable IE	Mongeral Aegon Investimentos	22.006,39	4,96	1,30	10,03	0,30
MS Global Opportunity FIA IE	XP Asset Management	20.363,71	4,59	1,20	8,12	0,20
Neo Navitas FIC FIA	Neo Investimentos	17.226,60	3,88	1,02	(21,00)	1,30
Occam FIC FIA	Occam Brasil	16.541,15	3,73	0,98	(15,61)	2,00
Pimco Income Dólar FIM IE	PIMCO	9.024,14	2,03	0,53	0,27	0,08
Safra Capital Market RF CP	Safra Asset Management	14.531,85	3,27	0,86	1,74	0,10
Santander Institucional RF DI	Santander Brasil Asset Management	1.990,35	0,45	0,12	5,00	0,20
SulAmérica Selection FIA	SulAmérica Investimentos	7.858,01	1,77	0,46	1,69	0,90
Vinci Crédito FIM CP	Vinci Partners	8.798,57	1,98	0,52	13,03	0,15
Vinci Imobiliário RF CP	Vinci Partners	6.381,98	1,44	0,38	2,29	0,06
Vinci Imobiliário RF CP II	Vinci Partners	20.359,43	4,58	1,20	(0,91)	0,84

Vinci Mosaico FIA	Vinci Partners	6.820,47	1,54	0,40	(12,82)	1,97
Vinci Valorem FIM	Vinci Partners	7.870,01	1,77	0,46	3,70	0,96
<b>Total</b>	<b>444.055,57</b>	<b>100,00</b>	<b>26,19</b>	<b>-</b>		

## CUSTOS CARTEIRA PRÓPRIA

CUSTOS	R\$
CARTEIRA PRÓRIA CV	1.468.802,96
Custódia	202.745,71
Selic/Cetip	214.512,47
CVM / CBLC	6.196,26
Corretagem/Emolumentos	1.045.348,52

## DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO CV I DA CAPEF	R\$ (mil)
	<b>1.695.742,77</b>
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	987.697,71
Títulos Públicos Federais - NTN	987.697,71
CRÉDITOS PRIVADOS	123.228,52
<b>INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>	104.912,50
LETRAS FINANCEIRAS	104.912,50
LF e LFSN Instituições Financeiras	104.912,50
<b>COMPANHIAS ABERTAS</b>	18.316,02
DEBENTURES	18.316,02
Debêntures Cias. Abertas	18.316,02
AÇÕES	55.374,46
Companhias Abertas	55.163,65
Dividendos a receber/ Juros Cap.	210,81
BDRs e ETF Exterior	7.279,84
BDRs e ETF Exterior	7.279,84
FUNDOS DE INVESTIMENTO	445.960,11
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA	45.071,09
BNB Institucional RF	1.683,69
Santander Institucional RF DI	1.990,35
Vinci Imobiliário RF CP	6.381,98
Vinci Imobiliário RF CP II	20.359,43
Caixa Brasil RF DI	123,60
Safrá Capital Market RF CP	14.531,85
A Receber - Bloq Judicial QFIF RF	0,19
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA VARIÁVEL	81.657,31
Neo Navitas FIC FIA	17.226,60
Constância Fundamento FIA	10.168,56

Vinci Mosaico FIA	6.820,47
SulAmérica Selection FIA	7.858,01
4UM Marlim Dividendos FIA	7.237,48
Índie FIC FIA	15.779,30
Occam FIC FIA	16.541,15
Bloqueio Judicial (Fundos BNP e Itaú)	25,75
COTAS DE FUNDOS ÍNDICE DE MERCADO	60.973,07
IT Now - BOVV11	46.606,63
Ishares - SMAL11	14.366,44
<b>COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO NO EXTERIOR</b>	<b>108.478,15</b>
Legg Mason Martin Currie IE	22.474,59
Itaú World Equities FIC FIA IE	18.057,71
MS Global Opportunity FIA IE	20.363,71
MAG Global Sustainable IE	22.006,39
Pimco Income Dólar FIM IE	9.024,14
J China Equiy Dólar Advisory Master IE	14.673,02
A Receber - Dividendos/Multimercados Exterior/Dólar Futuro	1.816,18
Bloqueio Judicial (Fundo Western Asset)	62,42
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	64.515,31
FII Rio Bravo Fundo de Fundos- RBFF11	4.669,05
FII TG Ativo Real TGAR11	11.553,41
FII GGR Covepi Renda - GGRC11	13.378,63
FII XP Log - XPLG11	12.394,60
FII Alianza - ALZR11	8.632,53
FII Iridium - IRDM11	6.082,27
FII REC Recebíveis - RECR11	7.804,84
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO ESTRUTURADO	85.265,18
Captalys Orion FIM CP	30.121,48
Vinci Valorem FIM	7.870,01
Ibiuna Hedge STH FIC FIM	12.946,14
Absolute Vertex II FIC FIM	11.256,19
Vinci Crédito FIM CP	8.798,57
FIP Vinci Impacto Retorno IV - FDR B	2.217,92
FIP BTG Pactual Economia Real	8.296,86
FIP Spetra V Institucional	3.757,99
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	76.202,13
Empréstimos	76.202,13

## CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2021

### Consultoria de Investimentos

A Capef manteve em 2021, contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus, no valor de R\$ 1.042,11 por mês. E também contrato de prestação de serviços técnicos especializados de análise de mercado e de recomendações elaborados pelos analistas independentes da Eleven Financial no valor de R\$ 1.083,29 por mês.

### **Custódia**

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,0128%.

### **Auditoria**

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

### **Taxas de Administração**

Taxa de Gestão e Administração dos Fundos de Investimentos: 0,06% a.a. a 2,00% a.a.

## **PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA**

### **DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

O PGA é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com maior detalhamento das despesas administrativas. Referido plano é responsável pela gestão administrativa da Entidade e conta com regulamento próprio, conferindo-lhe maior transparência.

Em decorrência de suas características, 98,61% dos recursos do PGA estão alocados no Fundo de Investimento Capef FI RF Previdenciário Exclusivo e 1,39% em um imóvel sede da Entidade. Em 31/12/2021, o PGA acumulava investimentos totais de R\$ 121,85 milhões.

<b>DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>VALOR (R\$ MIL)</b>	<b>PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)</b>
RENDA FIXA	120.151,09	98,61
IMOBILIÁRIO	1.696,65	1,39
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>121.847,74</b>	<b>100,00</b>

## RENTABILIDADE

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)
RENDA FIXA	16,16
IMOBILIÁRIO	13,40
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>16,12</b>

A tabela seguinte demonstra a rentabilidade do Plano CV I nos últimos 5 anos. Observa-se que, ao longo desse período, com exceção do ano de 2021, o Plano CV I superou a sua meta atuarial.

## DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO E RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2020			2021			(*) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2021 (INTERVALOS)
	DEZ - R\$ (MIL)	PARTI-CIPAÇÃO (%)	RENTABILIDADE (%)	DEZ - R\$ (MIL)	PARTI-CIPAÇÃO (%)	RENTABILIDADE (%)	
<b>Total Investimentos</b>	102.953,33	100,00	17,93	121.847,74	100,00	16,12	-
<b>Renda Fixa</b>	101.398,45	98,49	18,24	120.151,09	98,61	16,16	92 - 100
<b>Imobiliário</b>	1.554,87	1,51	0,42	1.696,65	1,39	13,40	0 - 8

## GESTÃO PRÓPRIA

TIPO DE GESTÃO	2021	
	DEZ - R\$ (Mil)	%
<b>GESTÃO PRÓPRIA</b>	<b>121.847,74</b>	<b>100,00</b>
Imóveis	1.696,65	1,39
Fundo Exclusivo	120.151,09	98,61
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>121.847,74</b>	<b>-</b>

## CUSTOS CARTEIRA PRÓPRIA

CUSTOS	R\$
CARTEIRA PGA	35.764,80
Custódia	26.554,00
Selic/Cetip	9.210,80



## DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PGA DA CAPEF	R\$ (mil)
	<b>121.847,74</b>
FUNDO DE INVESTIMENTO	120.151,09
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	120.151,09
INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	1.696,65
Imóveis	1.696,65

## CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2021

### Consultoria de Investimentos

A Capef manteve em 2021, contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus, no valor de R\$ 1.042,11 por mês. E também contrato de prestação de serviços técnicos especializados de análise de mercado e de recomendações elaborados pelos analistas independentes da Eleven Financial no valor de R\$ 1.083,29 por mês.

### Custódia

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo é de 0,0085%.

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,0128%.

### Auditoria

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

### Taxas de Administração

Taxa de Gestão e Administração de Fundos de Investimentos: 0,0106 a.a

# RESUMO DOS INVESTIMENTOS

## PATRIMÔNIO CONSOLIDADO

SEGMENTOS	2020		2021		(% ) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2021 (INTERVALOS)
	DEZ R\$ (MIL)	% POR PLANO	DEZ R\$ (MIL)	% POR PLANO	
<b>Total dos Recursos da Entidade</b>	5.508.038,83	-	5.883.899,07	-	-
<b>Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - BD</b>	3.959.441,85	-	4.066.818,18	-	-
<b>Total Investimentos</b>	3.964.126,57	100,00	4.072.397,64	100,00	-
<b>Renda Fixa</b>	3.474.732,46	87,65	3.505.437,47	86,08	68 - 100
<b>Renda Variável</b>	150.904,11	3,81	129.410,05	3,18	0 - 06
<b>Investimentos Estruturados</b>	5.706,63	0,14	5.813,42	0,14	0 - 03
<b>Investimentos no Exterior</b>	-	-	102.794,03	2,52	0 - 03
<b>Imobiliários</b>	251.969,15	6,36	248.933,32	6,11	0 - 10
<b>Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII</b>	34.505,42	0,87	25.761,75	0,63	-
<b>Imóveis</b>	217.463,73	5,49	223.171,57	5,48	-
<b>Operações com Participantes</b>	80.814,21	2,04	80.009,35	1,96	0 - 10
<b>Empréstimos</b>	73.903,29	1,86	73.216,32	1,80	-
<b>Financiamentos Imobiliários</b>	6.910,92	0,17	6.793,03	0,17	-
<b>Disponível - Caixa</b>	204,01	-	194,17	-	-
<b>Outro realizáveis ( Relacionados com Tributos)</b>	1.175,75	-	1.251,18	-	-
<b>Passivo de Investimentos</b>	(1.838,05)	-	(2.208,98)	-	-
<b>Contingência de Investimentos</b>	(4.226,43)	-	(4.815,83)	-	-
<b>Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - CV</b>	1.445.643,65	100,00	1.695.233,14	100,00	-
<b>Total Investimentos</b>	1.445.548,70	100,00	1.695.742,77	100,00	-
<b>Renda Fixa</b>	997.387,16	69,00	1.155.997,32	68,17	43 - 100
<b>Renda Variável</b>	199.087,63	13,77	198.004,84	11,68	0 - 20
<b>Investimentos Estruturados</b>	64.591,42	4,47	85.265,18	5,03	0 - 09
<b>Investimentos no Exterior</b>	35.603,65	2,46	115.757,99	6,83	0 - 10
<b>Imobiliário</b>	79.620,72	5,51	64.515,31	3,80	0 - 08
<b>Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII</b>	79.620,72	5,51	64.515,31	3,80	-
<b>Operações com Participantes</b>	69.258,12	4,79	76.202,13	4,49	0 - 10
<b>Disponível - Caixa</b>	118,30	-	222,31	-	-
<b>Passivo Investimentos</b>	(23,34)	-	(731,94)	-	-
<b>Total Investimentos - PGA</b>	102.953,33	100,00	121.847,74	100,00	-
<b>Renda Fixa</b>	101.398,45	98,49	120.151,09	98,61	92 - 100
<b>Imobiliário</b>	1.554,87	1,51	1.696,65	1,39	0 - 8

# CONTROLE E SUSTENTABILIDADE

## GESTÃO ADMINISTRATIVA

Para alcançar a diretriz estratégica de garantir a economicidade na administração dos planos, a Cpef adota diversos indicadores de eficiência operacional, os quais são periodicamente comparados aos benchmarks do segmento.

Os indicadores de gestão das despesas, como por exemplo, variação orçamentária, índice de cobertura das despesas administrativas, custo administrativo anual por participante, dentre outros, apresentam desempenho superior à meta estabelecida. O custo administrativo anual médio por participantes, por exemplo, tem apresentado uma curva decrescente nos últimos 3 anos consecutivos e quando comparado ao desempenho dos demais fundos de pensão, encontra-se em nível inferior à média do mercado, demonstrando a economicidade da gestão da Cpef.



# LIMITE PARA COBERTURA DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os recursos necessários para a cobertura das despesas com a administração da Capecf são repassados ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) pelos planos previdenciais, respeitados os limites de 1% do somatório dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB) ou de 9% do total das coberturas previdenciárias e dos benefícios pagos no ano, conforme determina o artigo 6º da Resolução CGPC Nº. 29, de 31 de Agosto de 2009.

No caso da Capecf, o Conselho Deliberativo definiu como limite o percentual de até 1% sobre os RGPB, que correspondiam a R\$ 57.621 mil em 2021 (R\$ 54.051 mil em 2020).

De acordo com o plano de custeio aprovado, a Capecf desconta: 7% sobre as contribuições dos Participantes Ativos e Assistidos do Plano BD e 4,5% sobre as contribuições dos Participantes Ativos do Plano CV I, sendo realizada ainda uma contribuição única no valor de 2,7% sobre o saldo das provisões matemáticas de cada participante assistido por ocasião da aposentadoria, além do recebimento da contribuição paritária do patrocinador.

O valor arrecadado para custear as despesas administrativas totalizou em 2021 R\$ 19.573 mil (R\$ 19.545 mil, em 2020), que correspondeu a 0,34% dos RGPB, (0,36% em 2020), conforme detalhamento no quadro abaixo.

<b>PLANOS DE BENEFÍCIOS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
PLANO BD	12.634	12.084
PLANO CV I	6.939	7.461
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>19.573</b>	<b>19.545</b>
Percentual dos RGPB	0,34%	0,36%
<b>LIMITE (1% RGPB)</b>	<b>57.621</b>	<b>54.051</b>

# ORÇAMENTO ADMINISTRATIVO

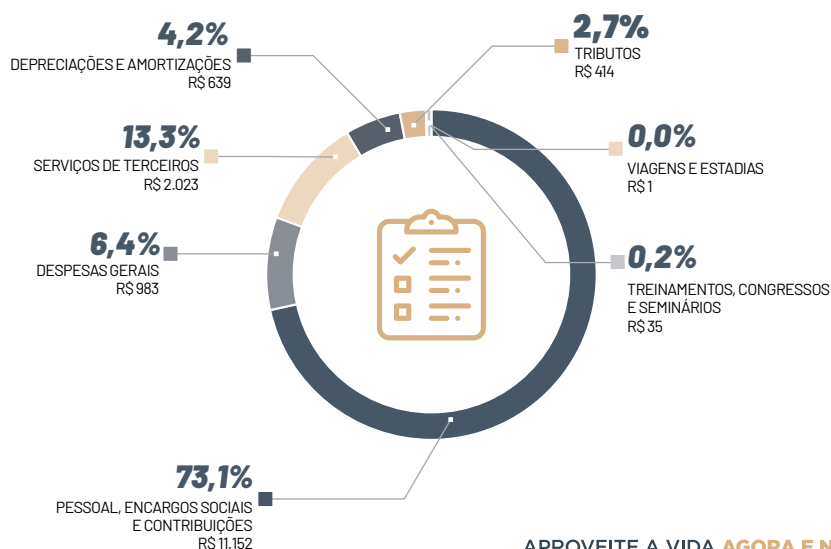
Com base na análise dos controles da execução orçamentária, ao término do exercício de 2021, o valor efetivamente recebido de custeio administrativo foi superior à previsão orçamentária em 3,79%, enquanto as despesas administrativas ficaram abaixo 10,98% do valor orçado para o período. Em 2021, o orçamento previsto de despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, foi de R\$ 17.128 mil (R\$ 16.671 mil, em 2020) e foram utilizados R\$ 15.248 mil (R\$ 16.191 mil, em 2020), de forma que a variação entre a previsão e a despesa administrativa efetivamente realizada foi de R\$ 1.880 mil.

Cabe ressaltar que as despesas previstas para o ano de 2021 foram impactadas diretamente pelo atual cenário mundial da pandemia de COVID-19, que direcionou as empresas para o regime de home office, mudança que propiciou a redução de muitos insumos, além do êxito nas negociações dos contratos da Entidade e da mudança de modalidade de cursos, do presencial para o EAD online, gerando também uma economia com passagens e estadias.

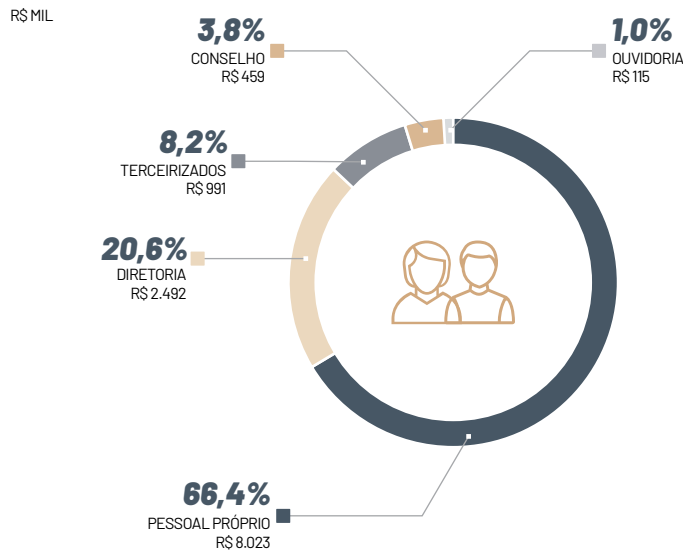
## DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas da Entidade são classificadas em grupos, conforme estabelecido pela PREVIC, e os maiores gastos são com Pessoal e Encargos, Serviços de Terceiros e Despesas Gerais.

R\$ MIL

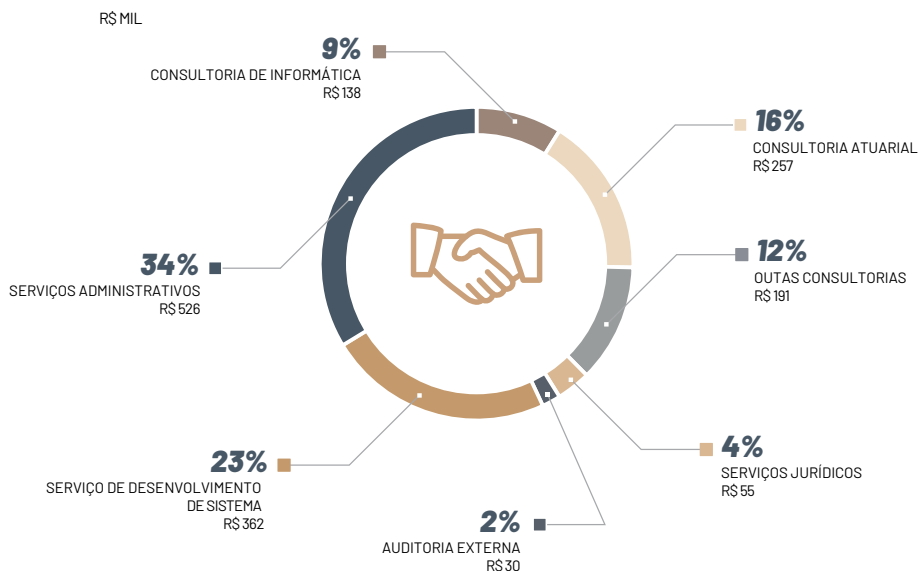


O gráfico a seguir demonstra a distribuição das despesas com Pessoal da Capef discriminadas em despesas com Diretoria, Ouvidoria, Conselhos, Pessoal Próprio e Terceirizado.



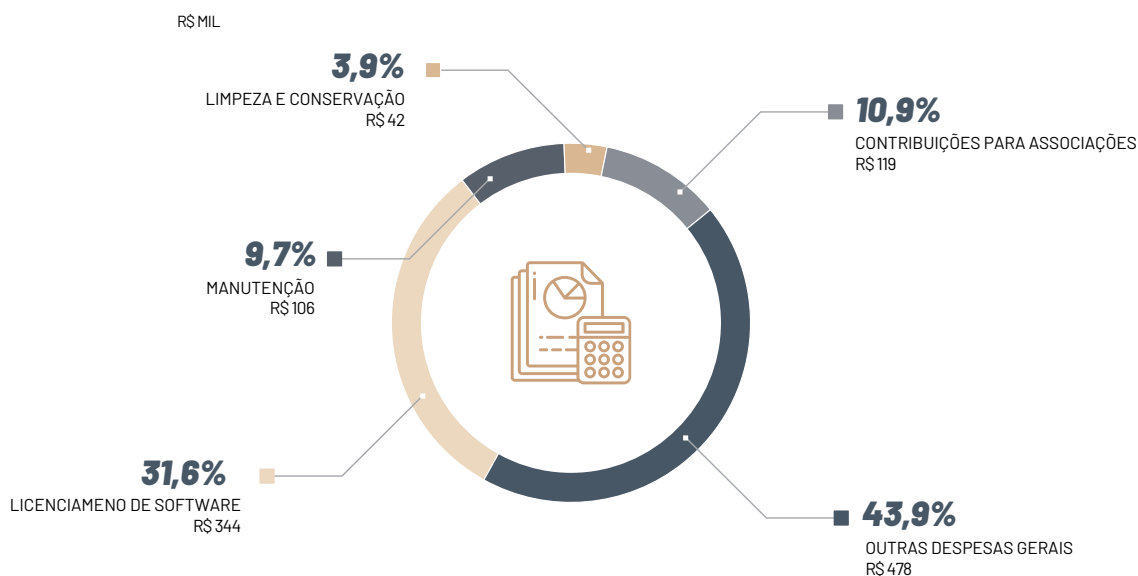
O grupamento Serviços de Terceiros é composto pelas despesas com serviços terceirizados de pessoas físicas e jurídicas. Apresentamos, abaixo, os valores gastos pela entidade com Consultoria Atuarial, Auditoria Independente, contratada para auditar as Demonstrações Contábeis da Entidade, despesas com Serviços Jurídicos, para defesa em processos judiciais e Outras Consultorias contratadas pela Capef, onde podemos destacar: a Consultoria contratada para adequação da Entidade aos preceitos da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados.

## SERVIÇOS DE TERCEIROS



Os valores mais representativos do grupo Despesas Gerais referem-se aos gastos com licenciamento de software, serviços de manutenção, limpeza e conservação e contribuições para associações, que em 2021 contemplaram as contribuições associativas regulares.

## DESPESAS GERAIS



## FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é constituído pelo resultado do valor transferido de custeio dos planos de benefícios, somado ao resultado dos investimentos administrativos e outras receitas, subtraído dos gastos operacionais de funcionamento da Entidade e de contingências administrativas.

Em 2021, o Fundo encerrou com um saldo de R\$ 132.084 mil, conforme apresentado na tabela abaixo:

<b>SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>82.077</b>	<b>95.618</b>	<b>112.780</b>
(+) Resultado dos Investimentos Administrativos	7.951	15.464	16.754
(+) Custeio dos planos de benefícios	21.256	19.545	19.573
(+) Outras receitas administrativas	1.420	20	17
( - ) Despesas Administrativas	15.698	16.191	15.248
( - ) Contingências	1.388	1.676	1.792
<b>Saldo Final do Fundo Administrativo</b>	<b>95.618</b>	<b>112.780</b>	<b>132.084</b>

O controle de despesas, com a estipulação de metas, o êxito nas negociações de contratos com fornecedores e prestadores de serviços e a busca contínua da eficiência operacional permanecerão como pontos de atenção por parte da gestão de forma a preservar a solvência do fundo administrativo da Capecf.

A Entidade questiona junto à esfera judicial o recolhimento do PIS e da COFINS incidentes sobre suas receitas administrativas. Em 2021, os depósitos efetuados pela Capecf somaram R\$ 1.712 mil do total apresentado das contingências do plano.

## **INDICADORES DE GESTÃO**

A Resolução CGPC Nº 29, de 31 de Agosto de 2009, estabeleceu no seu artigo 12 que o Conselho Fiscal deve acompanhar e controlar os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto ao limite e critérios quantitativos e qualitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o inciso I do artigo 19, da Resolução nº 13, de 2004.

Segue acompanhamento dos indicadores de gestão da Capecf:

## **INDICADORES QUANTITATIVOS**

- a)** Variação Orçamentária: mede a variação do saldo realizado em relação ao saldo orçado das contas do PGA;
- b)** Custo administrativo anual médio por participante: representa o valor médio das despesas administrativas por Participante e Assistido, ou seja, qual o custo total médio para administrar os benefícios de cada Participante e Assistido;
- c)** Taxa de Administração: corresponde à relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores (RGPB);
- d)** Taxa de Carregamento: corresponde à relação das despesas administrativas pelo fluxo previdencial (soma das contribuições e dos benefícios) da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC);
- e)** Índice de Cobertura das Despesas Administrativas: equivale a relação das fontes de custeio sobre as despesas administrativas, ou seja, quanto as receitas cobrem as despesas administrativas.



Em 2021, a Capef atingiu todas as metas dos indicadores de gestão das despesas administrativas estipuladas para o ano conforme demonstrado no quadro a seguir:

### **Indicadores de Gestão das Despesas Administrativas** **QUANTITATIVOS**

<b>INDICADORES</b>	<b>META</b>	<b>REALIZADO</b>
Varição Orçamentária	+/- 10,00%	-10,98%
Custo administrativo anual médio por participante	R\$ 1.356,16	R\$ 1.218,18
Taxa de Administração	0,3083%	0,2646%
Taxa de Carregamento	2,0807%	1,8273%
<b>Índice de Cobertura das Despesas Administrativas</b>	<b>1,10</b>	<b>1,13</b>

## **VARIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas administrativas realizadas apresentaram uma variação -10,98% em relação aos valores orçados para o ano, a qual foi observada uma economia de R\$ 1,88 milhões. O resultado entre a previsão anual efetuada e a concretização das despesas administrativas para 2021 evidencia o controle nos gastos administrativos da entidade.

As despesas com Pessoal e Encargos atingiram 91,11% do orçamento para esse fim. A sobra gerada foi decorrente, sobretudo, da licença maternidade de funcionárias, em que as empresas foram desobrigadas, inclusive, do recolhimento das contribuições patronais incidentes sobre proventos trabalhistas, exceto FGTS; dos desligamentos a pedido, com substituições dos respectivos postos de trabalho apenas em meses posteriores; e da grande rotatividade de estagiários. Outro fator que contribuiu fortemente foi o não pagamento da remuneração por desempenho aos funcionários da Entidade, vez que não se logrou o atingimento das metas atuariais na gestão dos Planos BD e CV I neste exercício.

A adoção do regime de home office, decorrente da pandemia de COVID-19 vivenciada, e a realização de treinamentos no formato EAD (ensino à distância) geraram economias que podem ser evidenciadas, principalmente, nas rubricas Treinamentos, Viagens e Estádias e em Outras Despesas Gerais.

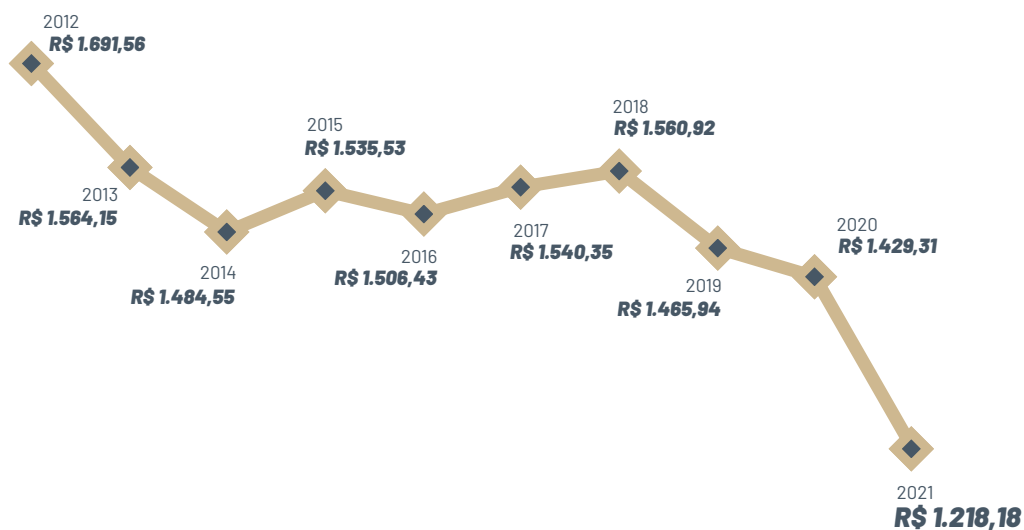
Por fim, vale destacar que o êxito nas negociações de novos contratos, em substituição a antigos com valores superiores e a renegociação de reajustes de contratos vigentes contribuíram para a sobra apresentada, por exemplo, nos gastos com Licenciamento de Software.

Ademais, registram-se outras economias, como as observadas em Correios e Malotes, Impressão e Envelopamento e Serviços de Guarda e Custódia, vez que essas despesas foram impactadas pelo intenso aumento do envio de informações por meio eletrônico, além da implementação de assinaturas digitais em documentos.

### **CUSTO ADMINISTRATIVO ANUAL MÉDIO POR PARTICIPANTE**

O alcance da meta estipulada para o Custo Médio de Administração por Participante demonstra a eficiência da gestão. O indicador corresponde ao custo total médio para administrar os benefícios de cada participante por ano. Em 2021, além do controle efetivo de gastos administrativos já citados anteriormente, contribuíram para o alcance desse indicador, o ingresso de novos participantes ao plano CV I.

Os resultados dos indicadores de gestão administrativa da Capef, apresentados no quadro anterior, comprovam a eficiência na administração dos recursos. Dentre esses indicadores, merece destaque o Custo Administrativo por Participante, o qual tem apresentado uma curva decrescente nos últimos 3 anos consecutivos, conforme demonstra o gráfico a seguir.





**A boa gestão histórica da Capef no controle de suas despesas, aliada aos investimentos em tecnologia, treinamento e inovação nos possibilitou atingir esses resultados. E mais, nosso preço é justo e somos bem competitivos. Vale destacar ainda que, caso o Plano voltado para os familiares dos Participantes seja aprovado, a tendência é que esses indicadores fiquem ainda melhores, já que a Capef ganhará em escalabilidade com a possibilidade de adesão de um novo público.**

**Camilla Bastos Paulino,**  
Gerente Administrativa Financeira



## **TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE CARREGAMENTO**

Já as taxas de Administração e de Carregamento da Capef, que medem a relação das despesas administrativas com os recursos garantidores dos planos de benefícios e com o fluxo previdencial (soma das contribuições e dos benefícios) da Entidade, respectivamente, terminaram o ano de 2021 com resultados melhores que as metas estipuladas, demonstrando o ótimo resultado alcançado pela Capef no ano, haja vista que quanto menor for essa relação, mais eficiente é a gestão da Entidade. O recebimento de contribuições em virtude de adesões ao plano CV I, da compra do tempo de serviço passado e de aportes facultativos contribuíram para o bom desempenho desses indicadores.

## ÍNDICE DE COBERTURA DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

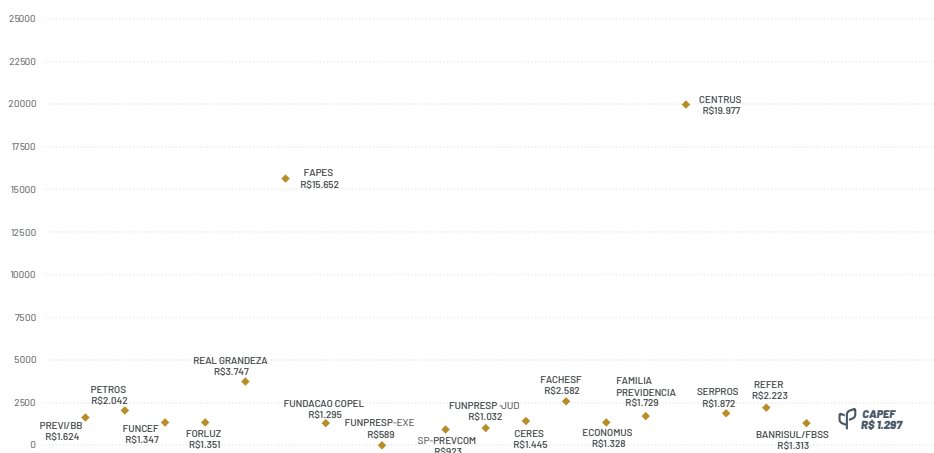
O Índice de Cobertura das Despesas Administrativas, relação entre as fontes de custeio do Plano de Gestão Administrativa da Capecf e suas despesas administrativas ou, quanto as receitas administrativas do plano suportam suas despesas, demonstrou equilíbrio com o resultado apresentado 1,13 (meta de 1,10). Os aportes extras (contratação de tempo de serviço passado e aportes facultativos), além da execução de gastos administrativos menores foram fatores que propiciaram o alcance do resultado apontado.

## COMPARATIVO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CAPEF COM AS DEMAIS EFPC

Ao comparar o seu desempenho com os demais Fundos de Pensão, a Capecf observou que seu Custo Administrativo por Participante mantém-se em patamar inferior à média do mercado, inclusive abaixo do praticado por outras entidades com quantidade de participantes superior, conforme benchmark efetuado com as 19 maiores entidades do país.

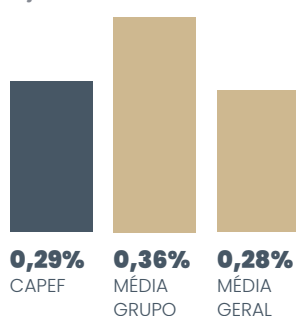
Segue abaixo o comparativo desse indicador realizado com base no 10º Estudo de Despesas Administrativas das EFPC, elaborado pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar. De acordo com o critério de ativo total, a Capecf enquadra-se no Grupo 1, composto por 57 entidades, com ativos acima R\$ 2 bilhões. Quando comparado com o próprio Grupo, a Capecf continua com números melhores do que a média da categoria, resultado que evidencia a eficiência da gestão da Entidade. Ressalta-se que o estudo data de 2020, última versão divulgada por aquele órgão.

### Custo Administrativo Anual por Participante – R\$



Ainda de acordo com levantamento divulgado pela PREVIC, com dados de 2020, a taxa de administração média da Capef foi de 0,29%. Esse número é bem menor que a média do grupo 1 (0,36%), o qual a Capef está classificada e aproxima-se da média geral apresentada pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) no mesmo período, de 0,28%.

### Taxa de Administração



\*Fonte: Previc - 10º Estudo das Despesas Administrativas das EFPCS.

\*\*Posição: Dezembro/2020.

## INDICADORES QUALITATIVOS

- a) Cumprimento do calendário de obrigações legais: mede a quantidade de obrigações legais cumpridas no prazo em relação à totalidade das obrigações do período. No ano de 2021, a Capef cumpriu no prazo 100% de suas obrigações legais.
  
- b) Percentual de profissionais certificados: mede a relação entre a quantidade de profissionais certificados em relação à quantidade de profissionais com obrigatoriedade de certificação. Enquadram-se no rol de profissionais com obrigatoriedade de certificação os diretores, conselheiros e colaboradores de investimentos de acordo com o código de autorregulação e governança de Investimentos da Entidade. Na posição 31/12/2021, a Capef contava com 28 profissionais com a obrigatoriedade de certificação, sendo que 27 já devidamente certificados e 1 em processo de obtenção de certificação, dentro do prazo de 1 ano após sua posse, limite estabelecido pelas instruções normativas que regem o assunto.

- c) Cumprimento do PDI (Plano de Desenvolvimento Individual): Mede a relação entre as ações de treinamento realizadas e o total de ações previstas no PDI dos funcionários da Entidade no período. Cabe destacar que esse indicador foi bastante impactado pela pandemia de COVID-19, devido à suspensão de treinamentos presenciais e o cancelamento de turmas programadas pelas instituições de ensino.

**Indicadores de Gestão das Despesas Administrativas**  
**QUANTITATIVOS**

<b>INDICADORES</b>	<b>META</b>	<b>REALIZADO</b>
Cumprimento do calendário de obrigações legais	100%	100%
Percentual de profissionais certificados	100%	96%
Cumprimento do PDI	70%	77%

# **DOCUMENTAÇÃO**

***DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS***

***NOTAS  
EXPLICATIVAS***

***PARECERES***

***POLÍTICA DE  
INVESTIMENTOS***



**BALANÇO PATRIMONIAL**  
EM 31 DE DEZEMBRO

R\$ MIL

ATIVO	Notas	Exercício 2021	Exercício 2020	PASSIVO	Notas	Exercício 2021	Exercício 2020
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>423</b>	<b>328</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>5.5</b>	<b>10.347</b>	<b>9.024</b>
				Gestão Previdencial	5.5.1	5.654	4.750
				Gestão Administrativa	5.5.2	1.697	2.360
				Investimentos	<b>5.5.3</b>	2.996	1.914
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>5.911.267</b>	<b>5.532.715</b>				
Gestão Previdencial	5.1	11.324	12.070	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>5.6</b>	<b>183.104</b>	<b>139.864</b>
Gestão Administrativa	5.2	8.703	6.841	Gestão Previdencial	5.6.1	169.100	128.241
Investimentos	5.3	5.891.240	5.513.804	Gestão Administrativa	5.6.2	9.189	7.397
Títulos Públicos	5.3.1	1.035.350	1.239.938	Investimentos	5.6.3	4.815	4.226
Ativos Financeiros de Crédito Privado	5.3.2	139.376	97.553				
Renda Variável	5.3.3	109.480	93.310	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>5.7</b>	<b>5.730.706</b>	<b>5.396.944</b>
Fundos de Investimentos	5.3.4	4.214.447	3.712.736	Patrimônio de Cobertura do Plano	5.7.1	5.523.423	5.219.039
Derivativos	5.3.5	3.562	0	Provisões Matemáticas		5.602.182	5.212.067
Investimentos no Exterior	5.3.6	6.694	0	Benefícios Concedidos		3.606.344	3.461.485
Investimentos em Imóveis	5.3.7	224.868	219.019	Benefícios a Conceder		1.995.838	1.750.582
Operações com Participantes	5.3.8	156.211	150.072				
Depósitos Judiciais/Recursais	5.3.9	740	671	Equilíbrio Técnico		(78.759)	6.972
Outros Realizáveis	5.3.10	512	505	Resultados Realizados		(78.759)	6.972
				Superávit Técnico Acumulado		0	6.972
				(-) Déficit Técnico Acumulado		(78.759)	0
<b>IMOBILIZADO E INTANGÍVEL</b>	<b>5.4</b>	<b>12.467</b>	<b>12.789</b>	Fundos	5.7.2	207.283	177.905
Imobilizado	5.4.1	11.646	11.817	Fundos Previdenciais		51.917	44.683
Intangível	5.4.2	821	972	Fundos Administrativos		132.084	112.780
				Fundos para Garantia das Operações com Participantes		23.282	20.442
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.924.157</b>	<b>5.545.832</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>5.924.157</b>	<b>5.545.832</b>

Fortaleza, 30 de março de 2022

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**SERGIO BRITO CLARK**  
Diretor de Administração e de Investimentos  
CPF 396.542.063-15

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15



## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO

R\$ MIL

	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>5.396.944</b>	<b>4.891.098</b>	<b>10,34</b>
<b>1. Adições</b>	<b>901.749</b>	<b>1.003.482</b>	<b>(10,14)</b>
Contribuições Previdenciais	306.483	292.179	4,90
Portabilidade	577	79	630,80
Outras Adições Previdenciais	211	124	70,22
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	555.293	653.893	(15,08)
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	18.729	(100,00)
Receitas Administrativas	19.590	19.565	0,13
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	16.754	15.464	8,34
Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	2.841	3.449	(17,63)
<b>2. Destinações</b>	<b>(567.987)</b>	<b>(497.636)</b>	<b>14,14</b>
Benefícios	(503.668)	(474.639)	6,12
Resgates	(1.519)	(936)	62,29
Portabilidades	(3.630)	(2.273)	59,70
Provisão para Perdas Estimadas	(141)	0	100,00
Outras Deduções	(90)	(1.921)	(95,31)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(41.899)	0	100,00
Despesas Administrativas	(15.248)	(16.191)	(5,82)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(1.792)	(1.676)	6,92
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>333.762</b>	<b>505.846</b>	<b>(34,02)</b>
Provisões Matemáticas	390.115	493.324	(20,92)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(85.731)	(14.684)	483,84
Fundos Previdenciais	7.233	6.596	9,66
Fundos Administrativos	19.304	17.161	12,49
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	2.841	3.449	(17,63)
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>5.730.706</b>	<b>5.396.944</b>	<b>6,18</b>

Fortaleza, 30 de março de 2022

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**SERGIO BRITO CLARK**  
Diretor de Administração e de Investimentos  
CPF 396.542.063-15

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO BD**  
EM 31 DE DEZEMBRO

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2021	Exercício 2020	Varição (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>4.177.646</b>	<b>4.056.632</b>	<b>2,98</b>
Disponível	194	204	(4,90)
Recebíveis Previdencial	103.802	91.126	13,91
Investimentos	4.073.650	3.965.302	2,73
Títulos Públicos	47.652	424.448	(88,77)
Ativo Financeiros de Crédito Privados	16.147	5.707	182,93
Renda Variável	54.106	52.140	3,77
Fundos de Investimentos	3.649.545	3.183.553	14,64
Derivativos	1.767	0	100,00
Investimentos em Imóveis	223.172	217.464	2,62
Operações com Participantes	80.009	80.814	(1,00)
Depósitos Judiciais / Recursais	740	671	10,28
Outros Realizáveis	512	505	1,39
<b>2. Obrigações</b>	<b>181.587</b>	<b>138.915</b>	<b>30,72</b>
Operacional	7.672	6.448	18,98
Contingencial	173.915	132.467	31,29
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>113.704</b>	<b>97.809</b>	<b>16,25</b>
Fundos Administrativos	92.495	79.073	16,97
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	21.209	18.736	13,20
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>3.882.355</b>	<b>3.819.909</b>	<b>1,63</b>
Provisões Matemáticas	3.965.441	3.817.885	3,86
Déficit Técnico	-83.090	2.024	(4.205,24)
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	-83.090	2.024	(4.205,24)
b)(+/-) Ajuste de Precificação	63.821	51.428	24,10
c)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-19.269	53.452	(136,05)

Fortaleza, 30 de março de 2022

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**SERGIO BRITO CLARK**  
Diretor de Administração e de Investimentos  
CPF 396.542.063-15

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO

R\$ MIL

	<b>Exercício 2021</b>	<b>Exercício 2020</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>3.819.907</b>	<b>3.582.934</b>	<b>6,61</b>
<b>1. Adições</b>	<b>610.209</b>	<b>698.418</b>	<b>(12,63)</b>
Contribuições	180.490	172.622	4,56
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	428.134	525.672	(18,56)
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	1.374	0	100,00
Outras Adições	211	124	70,22
<b>2. Destinações</b>	<b>(547.765)</b>	<b>(461.445)</b>	<b>18,71</b>
Benefícios	(491.576)	(465.911)	5,51
Resgates	(51)	(259)	100,00
Provisão para Perdas Estimadas	(141)	0	100,00
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(43.273)	18.729	100,00
Custeio Administrativo	(12.634)	(12.084)	4,55
Outras Deduções	(90)	(1.920)	(95,31)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>62.444</b>	<b>236.973</b>	<b>(73,65)</b>
Provisões Matemáticas	147.558	256.020	(42,36)
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(85.114)	(19.047)	346,86
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>3.882.351</b>	<b>3.819.907</b>	<b>1,63</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>113.704</b>	<b>97.809</b>	<b>16,25</b>
Fundos Administrativos	92.495	79.073	16,97
Fundos para Garantia dos Investimentos	21.209	18.736	13,20

Fortaleza, 30 de março de 2022

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**SERGIO BRITO CLARK**  
Diretor de Administração e de Investimentos  
CPF 396.542.063-15

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO CV I EM 31 DE DEZEMBRO

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2021	Exercício 2020	Varição (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>1.735.572</b>	<b>1.479.390</b>	<b>17,32</b>
Disponível	222	118	88,14
Recebíveis Previdencial	39.607	33.724	17,44
Investimento	1.695.743	1.445.548	17,31
Títulos Públicos	987.698	815.490	21,12
Ativo Financeiros de Crédito Privados	123.229	91.846	34,17
Renda Variável	55.374	41.170	34,50
Fundos de Investimentos	444.751	427.784	3,97
Derivativos	1.795	0	100,00
Investimentos no Exterior	6.694	0	100,00
Operações com Participantes	76.202	69.258	10,03
<b>2. Obrigações</b>	<b>922</b>	<b>164</b>	<b>462,20</b>
Operacional	922	164	462,20
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>41.663</b>	<b>35.413</b>	<b>17,65</b>
Fundos Administrativos	39.589	33.707	17,45
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	2.074	1.706	21,57
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>1.692.987</b>	<b>1.443.813</b>	<b>17,26</b>
Provisões Matemáticas	1.636.740	1.394.182	17,40
Superávit Técnico	4.331	4.948	(12,47)
Fundos Previdenciais	51.916	44.683	16,19
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	4.331	4.948	(12,47)
b)(+/-) Ajuste de Precificação	11.338	3.234	250,59
c)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado =(a+b)	15.669	8.182	91,51

Fortaleza, 30 de março de 2022

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**SERGIO BRITO CLARK**  
Diretor de Administração e de Investimentos  
CPF 396.542.063-15

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CV I

### EM 31 DE DEZEMBRO

R\$ MIL

	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>1.443.812</b>	<b>1.195.548</b>	<b>20,77</b>
<b>1. Adições</b>	<b>273.303</b>	<b>267.403</b>	<b>2,21</b>
Contribuições	145.566	139.103	4,65
Portabilidade	577	79	630,80
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	127.160	128.221	(0,83)
<b>2. Destinações</b>	<b>(24.128)</b>	<b>(19.139)</b>	<b>26,07</b>
Benefícios	(12.092)	(8.728)	38,54
Resgates	(1.468)	(677)	116,81
Portabilidades	(3.630)	(2.273)	59,71
Custeio Administrativo	(6.939)	(7.461)	(7,00)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>249.175</b>	<b>248.264</b>	<b>0,37</b>
Provisões Matemáticas	242.557	237.304	2,21
Fundos Previdenciais	7.233	6.597	9,64
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(617)	4.363	(114,14)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>1.692.987</b>	<b>1.443.812</b>	<b>17,26</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>41.663</b>	<b>35.413</b>	<b>17,65</b>
Fundos Administrativos	39.589	33.707	17,45
Fundos para Garantia dos Investimentos	2.074	1.706	21,57

Fortaleza, 30 de março de 2022

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**SERGIO BRITO CLARK**  
Diretor de Administração e de Investimentos  
CPF 396.542.063-15

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
**EM 31 DE DEZEMBRO**

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior: representa o saldo do fundo administrativo do exercício anterior.</b>	<b>112.780</b>	<b>95.618</b>	<b>17,95</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>36.344</b>	<b>35.030</b>	<b>3,75</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>36.344</b>	<b>35.030</b>	<b>3,75</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	19.573	19.545	0,14
Outras Receitas	17	20	(14,86)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	16.754	15.465	8,33
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>15.248</b>	<b>16.191</b>	<b>(5,82)</b>
<b>2.1. Administração dos Planos Previdenciais</b>	<b>15.248</b>	<b>16.191</b>	<b>(5,82)</b>
Pessoal e encargos	11.156	11.585	(3,70)
Treinamentos/congressos e seminários	35	78	(55,13)
Viagens e estadias	1	9	(88,89)
Serviços de terceiros	2.015	1.753	14,95
Despesas gerais	983	1.470	(33,13)
Depreciações e amortizações	639	884	(27,71)
Tributos	419	412	1,70
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>1.792</b>	<b>1.677</b>	<b>6,86</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>19.304</b>	<b>17.162</b>	<b>12,48</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>19.304</b>	<b>17.162</b>	<b>12,48</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>132.084</b>	<b>112.780</b>	<b>17,12</b>

Fortaleza, 30 de março de 2022

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**SERGIO BRITO CLARK**  
Diretor de Administração e de Investimentos  
CPF 396.542.063-15

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>4.085.150</b>	<b>3.977.558</b>	<b>2,70</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>3.965.442</b>	<b>3.817.884</b>	<b>3,86</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>3.430.878</b>	<b>3.301.139</b>	<b>3,93</b>
Benefício Definido	3.430.878	3.301.139	3,93
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>534.564</b>	<b>516.745</b>	<b>3,45</b>
Benefício Definido	534.564	516.745	3,45
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(83.090)</b>	<b>2.024</b>	<b>(4.205,24)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(83.090)</b>	<b>2.024</b>	<b>(4.205,24)</b>
Superávit Técnico acumulado	-	2.024	(100,00)
Reserva de Contingência	-	2.024	(100,00)
( - ) Déficit Técnico acumulado	(83.090)	0	100,00
<b>3. Fundos</b>	<b>21.209</b>	<b>18.736</b>	<b>13,20</b>
<b>3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes -     Gestão Previdencial</b>	<b>21.209</b>	<b>18.736</b>	<b>13,20</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>7.673</b>	<b>6.447</b>	<b>19,02</b>
4.1. Gestão Previdencial	5.464	4.609	18,55
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.209	1.838	20,18
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>173.916</b>	<b>132.467</b>	<b>31,29</b>
5.1. Gestão Previdencial	169.100	128.241	31,86
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	4.816	4.226	13,96

Fortaleza, 30 de março de 2022

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**

Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**SERGIO BRITO CLARK**

Diretor de Administração e de Investimentos  
CPF 396.542.063-15

**CAMILLA BASTOS PAULINO**

Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO CV I EM 31 DE DEZEMBRO

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4)</b>	<b>1.695.983</b>	<b>1.445.683</b>	<b>17,31</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>1.636.741</b>	<b>1.394.183</b>	<b>17,40</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>175.467</b>	<b>160.346</b>	<b>9,43</b>
Contribuição Definida	128.763	122.096	5,46
Benefício Definido	46.704	38.250	22,10
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>1.461.274</b>	<b>1.233.837</b>	<b>18,43</b>
Contribuição Definida	1.461.274	1.233.837	18,43
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	724.029	611.387	18,42
Saldo de contas - parcela participantes	737.245	622.450	18,44
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>4.331</b>	<b>4.948</b>	<b>(12,47)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>4.331</b>	<b>4.948</b>	<b>(12,47)</b>
Superávit Técnico acumulado	4.331	4.948	(12,47)
Reserva de contingência	4.331	4.948	(12,47)
<b>3. Fundos</b>	<b>53.990</b>	<b>46.389</b>	<b>16,39</b>
<b>3.1. Fundos Previdenciais</b>	<b>51.916</b>	<b>44.683</b>	<b>16,19</b>
<b>3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes -     Gestão Previdencial</b>	<b>2.074</b>	<b>1.706</b>	<b>21,57</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>921</b>	<b>163</b>	<b>465,03</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>189</b>	<b>140</b>	<b>35,00</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>732</b>	<b>23</b>	<b>3.082,61</b>

Fortaleza, 30 de março de 2022

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**SERGIO BRITO CLARK**  
Diretor de Administração e de Investimentos  
CPF 396.542.063-15

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15



# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (EM R\$ MIL)

### 1. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), fundada em 1967, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, multipatrocinada e com multiplano, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado sob a forma de sociedade simples e pessoa jurídica de direito privado, que tem como objetivo principal assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos participantes elegíveis, funcionários e ex-funcionários dos patrocinadores Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), Patrocinador-Fundador; Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB (Camed); e a própria Capef, bem como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos beneficiários inscritos pelos participantes para tal finalidade.

### 2. PLANOS ADMINISTRADOS

A Capef administra 02 (dois) planos de benefícios e um plano de gestão administrativa, conforme apresentados abaixo:

#### 2.1) Plano de Benefício Definido – Plano BD

Plano de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.670.001-74 no CNPB – Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O Plano encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26/11/1999.

Em 31 de dezembro de 2021, o plano possuía 1.132 participantes ativos (1.174, em 2020), 3.762 participantes assistidos (3.859, em 2020) e 1.454 beneficiários de pensão (1.382, em 2020).

A avaliação atuarial do Plano BD, com data-base de 31/12/2021, utilizou as seguintes hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, com base nos resultados dos estudos de aderência e adequação elaborados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, em conformidade com a Instrução PREVIC nº 10/2018:

HIPÓTESES UTILIZADAS - PLANO BD	
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	RP-2000 proj. 2020 por sexo, suavizada em 20%.
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPC Fraca.
Tábua de Entrada em Invalidez	Hunters suavizada em 85%.
Hipótese familiar	Família observada no cadastro.
Taxa Real Anual de juros	5,0% a.a. (cinco por cento ao ano).
Entrada em Aposentadoria	Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 99 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado.

#### 2.2) Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I

Plano de Contribuição Variável I, inscrito sob o nº 20.100.014-19 no CNPB da PREVIC, iniciou suas operações em 19/05/2010 e conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de repartição de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2021, contava com 5.753 participantes ativos (5.689, em 2020), 341 participantes assistidos (328, em 2020) e 75 beneficiários de pensão (47, em 2020).

A avaliação atuarial do Plano CV I, com data-base de 31/12/2021, utilizou as seguintes hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, com base nos resultados dos estudos de aderência e adequação elaborados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, em conformidade com a Instrução PREVIC nº 10/2018:

HIPÓTESES UTILIZADAS - PLANO CV	
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	RP-2000 proj. 2020 por sexo, suavizada em 10%.
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPC Fraca.
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller suavizada em 85%
Hipótese familiar	Família padrão composta de cônjuge dois anos mais jovem que o participante, sem a existência de filhos, de acordo com a recomendação do estudo de aderência.
Taxa Real Anual de juros	5,00% a.a. (cinco por cento ao ano).
Projeção de Crescimento Real de Salário	A projeção de crescimento real de salário de cada participante do Plano CV I segue as regras contidas nos planos de cargo dos patrocinadores e em hipótese de progressão da verba de Adicional de Função em Comissão (AFC) indicadas por cada patrocinador.

### 2.3) Plano de Gestão Administrativa - PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com detalhamento das despesas administrativas e responsável pela gestão cotidiana da Entidade por meio de um regulamento específico, conferindo-lhe assim maior transparência.

## 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada na sede da Capef e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

As demonstrações contábeis estão apresentadas por plano de benefícios, consolidadas em moeda corrente e apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009; a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021; a Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018 do Conselho Monetário Nacional – CMN, a Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, com suas respectivas alterações, e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos é segregada em três atividades (Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e o Fluxo dos Investimentos), formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização dos objetivos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, de forma a proporcionar informações adequadas, confiáveis e relevantes, em conformidade com o item 63, da NBC T 19.27.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o artigo 27 da Instrução PREVIC nº. 31, de 20 de agosto de 2020. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são: "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA".

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do exercício social anterior. Os registros contábeis respeitam a autonomia dos planos de benefícios, sendo possível a identificação em separado do patrimônio dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

A preparação das demonstrações contábeis requer, nos casos das provisões para contingências judiciais e provisões matemáticas, o uso de estimativas na mensuração patrimonial, em que são consideradas expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas, e os valores de realização somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As principais práticas contábeis adotadas na CAPEF estão assim resumidas:

##### 4.1) Resultados das Operações

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência, exceto as contribuições do Plano de Contribuição Variável I que são registradas pelo regime de caixa, conforme consente o parágrafo 2º do artigo 10, da Resolução CNPC Nº 43, de 06 de agosto de 2021.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para devedores duvidosos, apresentada no quadro a seguir. Ao atingir o limite de 100% do valor, nos casos de atraso no recebimento de direitos creditórios superior a 360 dias, aplica-se o reconhecimento total da despesa de direitos creditórios, tudo em consonância com as determinações legais emanadas pela Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, em seu artigo 19, na qual se baseia o quadro demonstrado a seguir:

##### Escala de Percentual de Provisão para Devedores Duvidosos

Quantidade de Dias em Atraso	Percentual de Provisão sobre Créditos (vencidos e vincendos)
entre 31 e 60 dias	1%
entre 61 e 90 dias	5%
entre 91 e 120 dias	10%
entre 121 e 180 dias	25%
entre 181 e 240 dias	50%
entre 241 e 360 dias	75%
superior a 360 dias	100%

##### 4.2) Composição do Ativo

###### 4.2.1) Disponível

Registra as disponibilidades existentes em caixa e equivalentes de caixa, inclusive os cheques emitidos em poder da tesouraria.

###### 4.2.2) Ativo Realizável - Gestão Previdencial

Este grupo contempla, essencialmente, adiantamentos concedidos aos participantes e beneficiários assistidos, contribuições contratadas de responsabilidade de patrocinadores, participantes ativos e assistidos (aposentados) e beneficiários assistidos (pensionistas), assim como os depósitos judiciais/ recursais relativos às contingências previdenciais.

###### 4.2.3) Ativo Realizável - Gestão Administrativa

Neste grupo estão registrados os direitos a receber da Gestão Administrativa referente aos adiantamentos concedidos aos empregados, adiantamentos efetuados a terceiros para serem compensados no pagamento definitivo das obrigações, valores a receber de terceiros, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências administrativas.

#### **4.2.4) Ativo Realizável - Investimentos**

Referem-se aos recursos garantidores dos planos previdenciais e aos recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, derivativos, fundos de investimento, investimentos estruturados, investimentos no exterior, investimentos imobiliários, empréstimos e financiamentos imobiliários; em consonância com a Resolução Nº 4.661, de 25 de maio de 2018 do Conselho Monetário Nacional – CMN, alterada pela Resolução nº 4.873, de 23 de dezembro de 2020. Os títulos adquiridos pelos planos administrados pela CAPEF podem ser classificados como “destinados para negociação” ou “mantidos até o vencimento”; a parcela dos ativos que está destinada para a manutenção da liquidez é classificada como “para negociação”. Os demais títulos, que são classificados como “mantidos até o vencimento”, respeitam o estudo de Asset Liability Management – ALM da Entidade.

##### **4.2.4.1) Títulos Públicos**

Nessa conta são lançados investimentos em títulos do governo, tais como Notas do Tesouro Nacional (Séries B, C e F), Letras do Tesouro Nacional e Letra Financeira do Tesouro. Atualmente, os planos administrados pela CAPEF possuem alocações em Notas do Tesouro Nacional (Série B), que são indexadas pela variação do IPCA. Os valores desses ativos registrados na categoria “títulos para negociação” são obtidos a partir da divulgação dos Preços Unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria “mantidos até o vencimento” têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

##### **4.2.4.2. Ativos Financeiros de Crédito Privado**

Este grupo incorpora as aplicações em Letras Financeiras-LF, Debêntures e Certificado de Operações Estruturadas – COE. As LF são títulos de longo prazo emitidos por instituições financeiras. Já as Debêntures são títulos de crédito que podem ser emitidos por sociedades por ações de capital aberto. O COE é um investimento que combina Renda Fixa e Variável, presente apenas na carteira do Plano BD. Os valores desses ativos registrados na categoria “títulos para negociação” são obtidos a partir da divulgação dos preços unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria “mantidos até o vencimento” têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

##### **4.2.4.3. Renda Variável**

Nesta conta são lançados os investimentos em ações. Os ativos desse grupo são avaliados pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da B3 S.A. – BRASIL. BOLSA. BALCÃO, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465, de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25, de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

##### **4.2.4.4. Fundos de Investimentos**

###### **a) Fundo de Renda Fixa**

São classificados como renda fixa os fundos que possuem, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados aos fatores de riscos que dão nome à classe. Fazem parte desses ativos: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de

emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN; os depósitos em poupança em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação - NCE e Cédulas de Crédito à Exportação - CCE; as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; os certificados de recebíveis de emissão de companhias e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Parte dos Títulos Públicos indexados ao IPCA e LFs estão contabilizados como "títulos mantidos até o vencimento", considerando que permanecerão em carteira até o vencimento, procedimento respaldado no Relatório de Avaliação Atuarial. A Resolução CNPC Nº 43, de 06 de agosto de 2021, que revogou a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, estabelece que a Entidade poderá realizar operações de alienações títulos públicos federais, classificados como títulos mantidos até o vencimento, realizadas em até trinta dias da aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior aos dos títulos alienados, não descaracterizando a intenção da EFPC quando da classificação dos mesmos na referida categoria.

#### **b) Fundo de Ações**

Os fundos classificados como Ações devem ter como principal fator de risco a variação de preços de ações admitidas à negociação no mercado organizado. O patrimônio das carteiras dos Fundos de Ações deverá ser composto por 67%, no mínimo, dos seguintes ativos: a) ações admitidas à negociação em mercado organizado, b) bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações, c) cotas de fundos de ações e cotas dos fundos de índice de ações e, d) Brazilian Depositary Receipts classificados como nível II e III.

#### **c) Fundo de Índice Referenciado em Ações - ETF**

Nesse segmento estão classificadas as quotas dos ETF (Exchange Traded Fund) BOVV11 e SMAL11, fundos negociados em bolsa de valores. A cotação do BOVV11 acompanha a variação do índice Ibovespa e a cotação do SMAL11 acompanha a variação do Índice Small Cap. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

#### **d) Fundo de Investimentos em Participações - FIP**

Nesse segmento estão classificadas as quotas dos fundos de investimentos em participações - FIP. Este tipo de fundo é uma comunhão de recursos destinado à aplicação em companhias em fase inicial de desenvolvimento. Neste segmento de aplicação, o gestor do FIP estará presente nas companhias com poder de influência e decisão na política estratégica e gestão da entidade, fazendo parte do processo de amadurecimento da companhia para vendê-la futuramente. Os fundos que compõem o referido segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

#### **e) Fundo Multimercado**

Nesse segmento estão classificadas as quotas do Fundo Fortaleza Multimercado. O Fundo Fortaleza Multimercado possui política de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combina investimentos nos mercados de renda fixa, renda variável, câmbio, entre outros. O fundo que compõe esse segmento é contabilizado diariamente pela variação de suas quotas.

#### **f) Fundo Multimercado Estruturado**

Nesse segmento estão classificadas as quotas dos Fundos Multimercados Estruturados.

Os Fundos Multimercados Estruturados possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, renda variável câmbio, entre outros. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

**g) Fundo de Investimentos Imobiliários**

São fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, *shopping centers*, hospitais, etc.). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do fundo ou pela venda das suas cotas, que podem ser negociadas na B3 S.A – BRASIL. BOLSA. BALCÃO. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

**h) Fundo de Investimento no Exterior**

Nesse segmento estão classificadas as quotas de fundo de índice, negociadas em bolsa de valores e as quotas dos Fundos de Investimentos no Exterior.

**4.2.4.5. Derivativos**

**a) Mercado de Índice Futuro**

Nessa conta são registradas as operações com contratos de índice futuro do Ibovespa, bem como seus respectivos ajustes diários. As referidas operações têm por finalidade proteger a carteira de renda variável contra oscilações de preços de mercado.

**b) Dólar - Futuro**

Nesse segmento são registradas as operações com contratos de dólar futuro, bem como seus respectivos ajustes diários. As referidas operações têm por finalidade proteger a carteira de investimento no exterior contra oscilações de preços de mercado.

**4.2.4.6. Investimentos no Exterior**

Nessa conta são lançados os investimentos em Brazilian Depositary Receipts (BDR Nível I). BDRs são recibos que representam ações emitidas por empresas externas, negociados na bolsa brasileira. Os ativos desse grupo são avaliados pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da B3 S.A. – BRASIL. BOLSA. BALCÃO.

**4.2.4.7. Investimentos Imobiliários**

Os investimentos imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição com reavaliação anual, de acordo com as determinações do CNPC e do CMN. Ademais, ao saldo individual de cada ativo, são adicionados, eventualmente, valores de reformas realizadas, igualmente contabilizadas pelo custo de aquisição original.

Os imóveis componentes da carteira são reavaliados anualmente de acordo com a instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, Capítulo III, Seção VIII "Imóveis", artigo 17, inciso II.

Os direitos obtidos através da alienação a prazo de imóveis são registrados observando-se o valor atualizado do saldo devedor do promitente comprador à luz do respectivo contrato, deduzida a provisão para perdas, estas limitadas ao valor de mercado atribuído gerencialmente às unidades imobiliárias envolvidas na transação de venda a prazo com registro de inadimplência.

Por sua vez, os direitos decorrentes de aluguéis a receber, encargos e pagamentos a recuperar são igualmente contabilizados pelo seu valor atualizado.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para perdas com devedores duvidosos, apresentada no quadro a seguir, ficando limitado a

100% do valor, nos casos de atraso no recebimento da receita superior a 360 dias, tudo em consonância com as determinações legais emanadas pela Instrução Normativa PREVIC nº. 31, de 20 de agosto de 2020 conforme capítulo IV, artigo 19, na qual se baseia o quadro demonstrado a seguir:

Quantidade de Dias em Atraso	Percentual de Provisão sobre Créditos (vencidos e vincendos)
entre 31 e 60 dias	1%
entre 61 e 90 dias	5%
entre 91 e 120 dias	10%
entre 121 e 180 dias	25%
entre 181 e 240 dias	50%
entre 241 e 360 dias	75%
superior a 360 dias	100%

#### **4.2.4.8. Empréstimos e Financiamentos Imobiliários**

Os empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e beneficiários assistidos são registrados pelo valor contratado, acrescido dos encargos pactuados, com a inclusão ainda de encargos por eventuais atrasos.

A provisão de devedores duvidosos da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários adota escala gradativa similar à tabela do item 4.2.4.7.

A rubrica Empréstimos e Financiamentos Imobiliários está ainda retificada pelas provisões efetuadas para a cobertura de perdas decorrentes de duas naturezas: (1. da diferença entre o saldo devedor do financiamento e o limite de cobertura máximo contratado com a companhia seguradora; (2. da política de deságio, que pode decorrer do recálculo do saldo devedor do financiamento para efeito de liquidação antecipada ou refinanciamento, ao se substituir a taxa de juros contratual, de 10% a.a. ou 12% a.a., de acordo com cada contrato, pela taxa de juros de 5,50% a.a.).

#### **4.2.4.9. Depósitos Judiciais/Recursais**

Corresponde aos valores desembolsados por ordem judicial, a título de adiantamento para condução dos recursos.

#### **4.2.4.10. Outros Realizáveis**

A conta Outros Realizáveis é formada pelos direitos do Plano BD decorrentes de Impostos a Compensar (vide nota 5.3.11).

### **4.2.5. Ativo Permanente**

#### **4.2.5.1. Imobilizado**

Os bens móveis estão registrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estabelecida. O bem imóvel encontra-se registrado pelo valor de mercado, determinado por laudo de avaliação elaborado por perito independente.

#### **4.2.5.2. Intangível**

A rubrica Intangível, estabelecida pela IN PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício.



### **4.3. Composição do Passivo**

#### **4.3.1. Exigível Operacional**

Refere-se às obrigações da Entidade, conhecidas ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, representados por benefícios devidos a participantes, obrigações fiscais e outros compromissos a pagar e/ou a recolher.

#### **4.3.2. Exigível Contingencial**

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável. Aquelas contingências classificadas com chance de perda possível encontram-se divulgadas em Nota Explicativa no item 5.6.4. Processos classificados como risco possível. Não há tratamento nas Demonstrações Contábeis para as contingências classificadas com chance de perda remota, conforme estabelece a Resolução CFC Nº 1.180, de 24 de julho de 2009.

#### **4.3.3. Patrimônio Social**

O Patrimônio Social representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos planos. Compõem o Patrimônio Social: o Patrimônio de Cobertura dos Planos e Fundos. O Patrimônio de Cobertura dos Planos se subdivide em Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico.

##### **4.3.3.1. Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios**

As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

- a) Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com pensões de dependentes.
- b) Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade no patrocinador.

##### **4.3.3.2. Equilíbrio Técnico**

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura dos planos e as Provisões Matemáticas. Na ocorrência de superávit, deverá ser registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência =  $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$ .

Para fins desse cálculo, são consideradas as Provisões Matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirem característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

##### **4.3.3.3. Fundos**

Registra os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- a) Gestão Previdencial – fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica. No caso da Capef, somente o Plano CV I possui fundos previdenciais denominados de Fundo de Solvência Atuarial e Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos. O Fundo de Solvência Atuarial foi constituído segundo o regulamento do plano para possível utilização no caso de eventuais insuficiências atuariais futuras. Já o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos tem a finalidade de prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito de participantes.



- b) **Gestão Administrativa** – fundo constituído com a finalidade de garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. Os planos de benefícios transferem um percentual fixado pelo atuário responsável e aprovado pelo Conselho Deliberativo a título de Custeio Administrativo para o Plano de Gestão Administrativa com a finalidade de custear as despesas administrativas dos planos. O fundo é formado quando as despesas administrativas não excedem as receitas com custeio administrativo advindos dos planos de benefícios e pela rentabilidade do fundo aplicado.
- c) **Investimentos** – fundos destinados à quitação de empréstimos simples e de financiamentos imobiliários em caso de morte do mutuário, e de resíduos existentes após o prazo contratual no caso de financiamentos. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários e pela rentabilidade dos recursos do fundo aplicado.

#### **4.4. Gestão de Risco**

A Capef entende que, para atender seus compromissos de pagamentos de benefícios, precisa gerir seus investimentos considerando todos os riscos que as diversas classes de ativos estão expostas, em conformidade com as normas que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN Nº 4.661, de 25/05/2018, com respectivas alterações e para a Resolução CGPC Nº 13, de 01/10/2004.

Em atendimento aos normativos acima, a Capef desenhou processos, desenvolveu metodologias e elaborou sua Política de Gestão de Riscos com vistas à execução de todas as fases da gestão de riscos: identificação, avaliação, controle e monitoramento. As atribuições e responsabilidades das áreas integrantes destes processos estão definidas nos seus regimentos e as metodologias desenvolvidas estão aderentes às melhores referências de mercado. Os parâmetros, métricas e limites de risco constam das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios da Capef.

A gestão integrada dos riscos é fundamental para a segurança e solidez das operações realizadas pelos fundos de pensão. A Capef possui uma área, Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos – ASGER, que tem por objetivo identificar, gerenciar, tratar e monitorar os tipos de riscos aos quais a Entidade está exposta, a saber:

- a) **Risco de Mercado:** É o risco de que movimentos adversos no mercado (variação da taxa de juros, do preço dos ativos, etc.) possam afetar o desempenho econômico-financeiro dos planos. Para a gestão de risco de mercado a Capef utiliza-se de alguns instrumentos para mitigá-los são eles: o Value at Risk – VaR; Relatório Mensal de Investimentos contendo informações sobre o desempenho e análise das carteiras; Relatório Trimestral de Risco, que apresenta projeções de rentabilidade, indicadores de risco e retorno e o acompanhamento dos demais tipos de risco; acompanhamento diário do desempenho dos planos de benefícios da Capef, onde é listada a performance de cada segmento no dia, mês e acumulado do ano e dispõe de um Comitê de Investimento, com reuniões mensais onde são discutidas opções de investimentos.
- b) **Risco de Crédito (contraparte):** É o risco relacionado com a capacidade dos emitentes das obrigações decorrentes do ativo financeiro de honrar os compromissos, na forma e condições assumidas. O risco de crédito é mitigado por meio de utilização de um modelo próprio para aquisição de ativos, onde são levados em conta limites legais e da Política de Investimentos; análise de prazo e taxa de retorno; análise de indicadores financeiros e de fatos relevantes do emissor, o resultado desse acompanhamento é apresentado, mensalmente, ao Comitê de Investimentos. Por fim, no Relatório Trimestral de Risco é feita uma análise da carteira de crédito da Capef.
- c) **Risco de Liquidez:** É o risco relacionado com o casamento de fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos. A liquidez dos planos da Capef é monitorada por meio de modelo Asset Liability Management

– ALM; acompanhamento mensal da liquidez seguindo as regras estabelecidas em suas Políticas de Investimento, as análises feitas no Relatório Trimestral de Risco e realização anual de Teste de Stress para o Plano BD e CV I. Adicionalmente as práticas mencionadas, a Capecf utiliza como acompanhamento os indicadores de liquidez desenvolvidos pela Previc, o índice de liquidez ampla (ILA) e o índice de liquidez restrita (ILR).

- d) Risco Operacional / Legal: É o risco associado a perdas resultantes da operação do negócio e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos). O risco operacional é mitigado por meio do funcionamento de um Comitê de Controles Internos que avalia e valida os dados referentes aos erros operacionais, visando controlar e mitigar continuamente os riscos; processos mapeados e revisados constantemente. No tocante ao risco legal, a Entidade dispõe de uma Gerência Jurídica que possui processo estruturado de avaliação e provisionamento das contingências passivas decorrentes de ações judiciais, contando, inclusive, com um manual indicando todos os procedimentos relacionados à essa matéria. Trata-se de um processo dinâmico, que passa por análises contínuas, a fim de verificar a necessidade de se revisar o risco contingencial dessas ações, com a consequente constituição, minoração ou majoração de provisões. Adicionalmente, é feito ainda um acompanhamento do risco contingencial, presente no Relatório Trimestral de Risco.
- e) Risco Atuarial: É o risco que está relacionado à incapacidade dos planos de honrar os pagamentos dos benefícios devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuariais não aderentes, cadastros desatualizados ou ainda descasamento entre ativos e passivos. Para acompanhar e mitigar esses riscos atuariais a Capecf se utiliza de uma Assessoria de Estudos Atuariais.
- f) Risco Sistêmico: É o risco que afeta a economia de uma forma geral, por exemplo, um colapso no sistema financeiro ou de capitais, uma grande variação na taxa de juros ou mesmo nas taxas de câmbio. Este tipo de risco é extremamente difícil de ser mitigado pois afeta a economia como um todo. A Capecf busca mitigar o risco sistêmico diversificando a alocação dos investimentos dos planos, inclusive no exterior, bem como acompanha o comportamento dos mercados locais e internacionais. Ademais, a Assessoria de Gestão de Risco e Controles Internos utiliza os Relatórios de Estabilidade da Previdência Complementar, da PREVIC, e o Relatório de Estabilidade Financeira, do BACEN, para acompanhar o comportamento da estabilidade do segmento de previdência complementar, bem como a estabilidade financeira do Brasil; e o funcionamento do sistema de intermediação financeira entre famílias, empresas e governo. O referido acompanhamento de estabilidade do segmento de previdência e de estabilidade financeira permite perceber alterações sistêmicas que podem afetar os investimentos da Capecf.

O acompanhamento dos investimentos é realizado diariamente, reportando à Diretoria Executiva e à Gerência de Investimento as rentabilidades dos planos frente às suas metas atuariais, bem como o enquadramento dos investimentos frente aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661 e pelas Políticas de Investimentos dos planos administrados. O acompanhamento da liquidez dos planos também não sofreu alteração durante a pandemia, sendo utilizadas as mesmas métricas já estabelecidas.

## 4.5. Tributação

### 4.5.1. Imposto de Renda – IR

A Lei nº 11.053/2004 introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto em seu artigo 5º, a partir de 1º de janeiro de 2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o recolhimento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente ou quando do resgate de sua reserva de poupança.

#### 4.5.2. Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC

De acordo com a Lei nº 12.154/2009 e IN PC/PREVIC No. 3, de 10/10/2012, a CAPEF é obrigada a recolher quadrimestralmente a TAFIC, cuja finalidade é contribuir para a cobertura dos custos com o processo de fiscalização e supervisão, executados pela PREVIC, sobre as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, no que se refere aos planos de benefícios previdenciários e ao plano de gestão administrativa.

#### 4.5.3. PIS/COFINS sobre Receitas Administrativas

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade impetrou um mandado de segurança, em outubro de 2015, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre as receitas utilizadas para administração dos planos de benefício. Por meio de decisão liminar, a Entidade vem efetuando depósitos mensalmente, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação. No entanto, em julho de 2016, o Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará julgou a pretensão da CAPEF improcedente, por entender que ela não possui direito àquela isenção. Não obstante isso, o Juízo autorizou a Entidade a permanecer depositando os valores dos tributos até a resolução definitiva da lide. Contra aquela sentença, a CAPEF interpôs recurso de apelação, no entanto, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF da 5ª R.) o desproveu, razão pela qual a Entidade interpôs recursos especial e extraordinários, os quais, atualmente, encontram-se pendentes de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), respectivamente.

### 5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 5.1. REALIZÁVEL – Gestão Previdencial

Neste grupamento estão registradas, entre outros valores, os adiantamentos realizados a participantes que serão restituídos ao Plano BD (R\$ 24 mil), os depósitos que o Plano BD efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais) totalizando o montante de R\$ 11.005 mil, além de valores a serem ressarcidos principalmente de pensionistas de falecidos do Plano BD (R\$ 277 mil).

Plano BD			Plano CV		
	R\$ mil			R\$ mil	
DESCRIÇÃO	2021	2020	DESCRIÇÃO	2021	2020
Adiantamentos	24	45	Adiantamentos	0	0
Depósitos Judiciais/Recursais	11.005	11.787	Depósitos Judiciais/Recursais	0	0
Outros Realizáveis	277	221	Outros Realizáveis	18	17
<b>TOTAL</b>	<b>11.306</b>	<b>12.053</b>	<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>17</b>

#### 5.2. REALIZÁVEL – Gestão Administrativa

	R\$ mil	
DESCRIÇÃO	2021	2020
<b>Contas a Receber</b>	<b>222</b>	<b>205</b>
Contribuições para Custeio	81	56
Responsabilidade de Empregados	122	119
Responsabilidade de Terceiros	19	30
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>190</b>	<b>154</b>
Adiantamentos	108	36
Pagamentos Antecipados	66	104
Almoxarifado	16	14
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>8.285</b>	<b>6.476</b>
<b>Tributos a Compensar</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.703</b>	<b>6.841</b>

O saldo deste grupamento corresponde a:

- a) Contas a Receber: custeio a ser recebido dos planos de benefícios, referente a contribuições do mês de dezembro; adiantamento concedidos aos funcionários e valores que serão ressarcidos por terceiros.
- b) Despesas Antecipadas: adiantamentos realizados a funcionários por ocasião de férias, cartões-refeição a funcionários, além do estoque de materiais de expediente e de limpeza.
- c) Depósitos Judiciais/ Recursais: PIS/ COFINS recolhidos judicialmente. Ver nota 7.1.
- d) Tributos a Compensar: créditos de IRRF e CSLL retidos indevidamente a ser ressarcido pela Receita Federal do Brasil.

### 5.3. REALIZÁVEL - Investimentos

Os saldos consolidados dos Investimentos dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa da CAPEF, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontram-se detalhados no quadro a seguir:

	R\$ mil	
DESCRIÇÃO	2021	2020
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>5.891.240</b>	<b>5.513.804</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.035.350</b>	<b>1.239.938</b>
Títulos Públicos Federais	1.035.350	1.239.938
<b>Ativos Financeiros de Crédito Privado</b>	<b>139.376</b>	<b>97.553</b>
Títulos Emitidos por Instituições Financeiras	104.913	83.937
Debêntures	28.650	13.616
Certificados de Operações Estruturadas - COE	5.813	-
<b>Renda Variável</b>	<b>109.480</b>	<b>93.310</b>
Patrocinadores	-	20.689
Ações	109.480	72.622
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>4.214.447</b>	<b>3.712.736</b>
Fundo de Renda Fixa	3.506.009	3.127.001
Fundo de Ações	81.657	101.239
Fundo de Índice Referenciado	136.278	181.102
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	14.273	-
Fundo Multimercado	106.665	114.733
Fundo Multimercado Estruturado	70.992	59.766
Participações	-	4.825
Fundo de Investimento Imobiliário	90.277	114.126
Fundo de Investimento no Exterior	208.296	9.944
<b>Derivativos</b>	<b>3.562</b>	<b>-</b>
Dólar - Futuro	3.562	-
<b>Investimento no exterior</b>	<b>6.694</b>	<b>-</b>
<b>Investimentos em Imóveis</b>	<b>224.868</b>	<b>219.019</b>
<b>Operações com Participantes</b>	<b>156.211</b>	<b>-</b>
Empréstimos a Participantes	149.418	143.161
Financiamentos Imobiliários	6.793	6.911
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>740</b>	<b>671</b>
<b>Outros Realizáveis</b>	<b>512</b>	<b>505</b>

Os investimentos: Fundo de Ações Local e Exterior, Índice de Mercado, Fundo Multimercado Fortaleza, Imobiliário e Fundo Multimercado Investimento Exterior relativo ao exercício de 2020, foram reclassificados para fins comparativos em relação ao exercício de 2021 para Fundo de Ações, Fundo de índice Referenciado em Ações - ETF, Fundo Multimercado, Fundo de Investimento Imobiliário e Fundo de Investimento no Exterior, respectivamente, conforme nova planificação de acordo com a Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020.

### 5.3.1. Títulos Públicos

#### 5.3.1.1. Títulos Públicos Federais

Estão contabilizadas aplicações em Notas do Tesouro Nacional, Série - B, que são corrigidas pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das NTN-B variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Os títulos deste item são integrantes dos planos BD e CVI.

Segue a posição dos títulos dos planos, em de 31 de dezembro de 2021.

#### Carteira Própria - Plano BD - Títulos em 31/12/2021

R\$ MIL								
TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANTIDADE	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	3.500	15.552	14.559	14.559	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	3.000	14.270	12.410	12.410	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	5.000	23.823	20.683	20.683	MERCADO	0
<b>TOTAL</b>					<b>47.652</b>	<b>47.652</b>		<b>0</b>

**Carteira Própria - Plano CV - Títulos em 31/12/2021**

**R\$ Mil**

TIPO	EMISSION/PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.971	7.295	8.273	VENCIMENTO	978
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.000	10.014	14.543	16.546	VENCIMENTO	2.003
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.937	7.173	8.273	VENCIMENTO	1.100
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.925	7.125	8.273	VENCIMENTO	1.148
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.925	7.125	8.273	VENCIMENTO	1.148
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.959	7.173	8.273	VENCIMENTO	1.100
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.947	7.125	8.273	VENCIMENTO	1.148
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.469	10.744	12.410	VENCIMENTO	1.665
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.279	7.471	8.273	VENCIMENTO	802
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.919	11.207	12.410	VENCIMENTO	1.203
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.987	11.286	12.410	VENCIMENTO	1.124
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.240	7.410	8.273	VENCIMENTO	863
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.240	7.410	8.273	VENCIMENTO	863
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.952	11.239	12.410	VENCIMENTO	1.171
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.910	11.176	12.410	VENCIMENTO	1.233
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.259	7.420	8.273	VENCIMENTO	853
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.251	7.410	8.273	VENCIMENTO	863
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.877	11.115	12.410	VENCIMENTO	1.295
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.922	11.176	12.410	VENCIMENTO	1.233
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.562	3.611	4.137	VENCIMENTO	526

**R\$ Mil**

TIPO	EMISSION/PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.555	3.601	4.137	VENCIMENTO	536
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.545	3.587	4.137	VENCIMENTO	550
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.595	3.655	4.137	VENCIMENTO	482
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.592	3.650	4.137	VENCIMENTO	487
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.918	11.127	12.410	VENCIMENTO	1.283
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.785	6.666	8.273	VENCIMENTO	1.608
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.200	7.702	10.681	13.237	VENCIMENTO	2.556
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.861	6.729	8.273	VENCIMENTO	1.544
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.861	6.729	8.273	VENCIMENTO	1.544
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.427	3.360	4.137	VENCIMENTO	776
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.770	6.565	8.273	VENCIMENTO	1.709
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.140	9.701	12.410	VENCIMENTO	2.708
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	500	1.202	1.603	2.068	VENCIMENTO	465
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	300	721	962	1.241	VENCIMENTO	279
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.809	6.412	8.273	VENCIMENTO	1.862
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.737	7.451	8.273	VENCIMENTO	822
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.000	11.376	14.964	16.546	VENCIMENTO	1.583
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	500	1.437	1.858	2.068	VENCIMENTO	211
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.747	7.431	8.273	VENCIMENTO	843
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.923	7.154	8.273	VENCIMENTO	1.119

R\$ Mil

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIACÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.003	7.261	8.273	VENCIMENTO	1.013
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	3.444	4.140	4.137	VENCIMENTO	-4
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	3.449	4.146	4.137	VENCIMENTO	-10
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.454	38.559	41.366	VENCIMENTO	2.807
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.413	38.510	41.366	VENCIMENTO	2.856
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.560	38.664	41.366	VENCIMENTO	2.702
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.535	38.616	41.366	VENCIMENTO	2.750
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.200	13.657	16.195	17.374	VENCIMENTO	1.179
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	20.000	71.118	83.746	82.732	VENCIMENTO	-1.014
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.400	37.037	43.612	43.021	VENCIMENTO	-592
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	4.481	4.925	4.137	VENCIMENTO	-788
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	44.883	49.330	41.366	VENCIMENTO	-7.964
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	47.526	52.591	41.366	VENCIMENTO	-11.225
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	47.841	52.851	41.366	VENCIMENTO	-11.485
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	5.000	23.920	26.426	20.683	VENCIMENTO	-5.743
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	5.000	23.920	26.426	20.683	VENCIMENTO	-5.743
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	4.788	5.285	4.137	VENCIMENTO	-1.148
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	4.791	5.285	4.137	VENCIMENTO	-1.148
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	3.702	4.160	4.160	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.600	9.792	10.815	10.815	MERCADO	0

R\$ Mil

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIACÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.300	9.314	9.567	9.567	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	4.000	17.003	16.639	16.639	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	8.601	8.319	8.319	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	4.618	4.137	4.137	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	4.618	4.137	4.137	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	4.618	4.137	4.137	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.500	10.634	10.341	10.341	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	7.000	30.384	28.956	28.956	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	12.422	12.410	12.410	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	8.153	8.273	8.273	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	7.000	29.223	29.118	29.118	MERCADO	0
<b>TOTAL</b>					<b>987.698</b>	<b>999.425</b>		<b>11.728</b>

A CAPEF, em atenção ao parágrafo segundo do art. 37, da Resolução CNPC N° 43, de 06/08/2021, declara a sua intenção de manter até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

#### 5.3.1.1.1. Ajuste de Precificação

A Resolução CNPC N°. 30, de 10/10/2018 estabelece novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência



complementar a partir da apuração de superávit e déficit dos seus planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no Balanço. As sobras ou insuficiências, somente poderão ser destinadas e equacionadas, respectivamente, após a incorporação do montante de recursos que corresponde ao “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais”. O montante correspondente ao referido ajuste deverá ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constarão em nota explicativa no item 8.2.4 e podem resultar em valor positivo ou negativo, acrescendo ou deduzindo o resultado dos planos reportado no Balanço.

O “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais” de que trata a Resolução CNPC Nº. 30/2018 corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

Apresentamos, a seguir, demonstrativo posicionado em 31 de dezembro, com a composição dos Títulos Públicos da Carteira Administrada do Plano de Benefício Definido, selecionados para o cálculo do ajuste de precificação, e dos valores que correspondem à apuração do “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais”, também de acordo com a referida Resolução.

#### Plano BD – Títulos Selecionados para o Cálculo do Ajuste de Precificação

ISIN	Fração	Taxa de apropriação	Quantidade	Incluir	ISIN	Fração	Taxa de apropriação	Quantidade	Incluir
BRSTNCNTB3B8	1	0,05049009	10.000	0	BRSTNCNTB0A6	1	0,08048665	10.000	0
BRSTNCNTB3B8	1	0,05039001	20.000	0	BRSTNCNTB0A6	1	0,08068667	3.000	1
BRSTNCNTB3B8	1	0,05020006	4.000	1	BRSTNCNTB0A6	1	0,06540004	15.500	0
BRSTNCNTB3B8	1	0,05020006	3.000	1	BRSTNCNTB0A6	1	0,06460010	20.000	0
BRSTNCNTB3B8	1	0,05140014	10.000	1	BRSTNCNTB0A6	1	0,06499102	18.385	0
BRSTNCNTB3B8	1	0,05190003	6.000	1	BRSTNCNTB0A6	1	0,08000012	10.000	1
BRSTNCNTB3B8	1	0,05190003	14.000	1	BRSTNCNTB0A6	1	0,08082111	5.000	1
BRSTNCNTB3B8	1	0,05099010	10.000	1	BRSTNCNTB0A6	1	0,07309999	10.000	0
BRSTNCNTB3B8	1	0,05059004	20.000	1	BRSTNCNTB0A6	1	0,07210007	12.000	0
BRSTNCNTB3B8	1	0,05060006	22.000	1	BRSTNCNTB0A6	1	0,08068327	10.000	0
BRSTNCNTB3B8	1	0,05060000	8.000	1	BRSTNCNTB0A6	1	0,06370005	21.000	0
BRSTNCNTB007	1	0,06316711	97.090	0	BRSTNCNTB0A6	1	0,07331201	11.500	0
BRSTNCNTB007	1	0,05000003	10.000	0	BRSTNCNTB0A6	1	0,07200007	7.239	1
BRSTNCNTB007	1	0,05000003	2.500	0	BRSTNCNTB0A6	1	0,08428540	5.000	1
BRSTNCNTB007	1	0,05000003	2.500	0	BRSTNCNTB3D4	1	0,04000603	42.000	0
BRSTNCNTB007	1	0,05000003	2.500	0	BRSTNCNTB3D4	1	0,05203391	10.000	0
BRSTNCNTB007	1	0,05000003	2.500	0	BRSTNCNTB3D4	1	0,05203391	10.000	0
BRSTNCNTB007	1	0,05000003	2.500	0	BRSTNCNTB3D4	1	0,05203391	1.600	0
BRSTNCNTB007	1	0,05000003	2.500	0	BRSTNCNTB3D4	1	0,05203391	1.400	0
BRSTNCNTB007	1	0,05000004	15.000	0	BRSTNCNTB3D4	1	0,05193394	3.000	0
BRSTNCNTB007	1	0,05000004	3.000	0	BRSTNCNTB3D4	1	0,05193394	990	0
BRSTNCNTB007	1	0,05000004	2.000	0	BRSTNCNTB3D4	1	0,05193394	10	0
BRSTNCNTB007	1	0,05199000	10.000	0	BRSTNCNTB3D4	1	0,05202947	10.000	0
BRSTNCNTB007	1	0,05157333	20.000	0	BRSTNCNTB3D4	1	0,05142539	8.000	0
BRSTNCNTB0A6	1	0,08548032	5.000	0	BRSTNCNTB3D4	1	0,05132105	10.000	0
BRSTNCNTB0A6	1	0,09080009	5.000	1	BRSTNCNTB3D4	1	0,05132105	8.200	0
BRSTNCNTB0A6	1	0,09080009	5.001	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,04058860	10.000	0
BRSTNCNTB0A6	1	0,08950010	10.000	1	BRSTNCNTB4Q4	1	0,04059544	9.000	0



## Plano BD – Valor do ajuste de Precificação

Duration do Passivo:
9,0563
Análise de durations segundo art. 9º, inciso V, da IN 19 da Previc de 04/02/2015:
Duration do passivo: 9,0563. Duration do ativo: 8,9728. Atende.
Duration do Ativo:
8,9728
Ajuste:
63.821.236,00
Análise de valor presente, segundo art. 9º, incisos III e IV da IN 19 da Previc de 04/02/2015:
Número de inconsistências: 0. Atende.

O ajuste de precificação, do Plano BD, referente ao final do exercício de 2021 foi de R\$ 63.821 mil.

Para o Plano CV I, os títulos públicos da carteira selecionados para o devido cálculo do ajuste de precificação, e os valores que correspondem à apuração do “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais”, constam do quadro a seguir:

## Plano CV I – Títulos Selecionados para o Cálculo do Ajuste de Precificação

ISIN	Fração	Taxa de apropriação	Quantidade	Incluir	ISIN	Fração	Taxa de apropriação	Quantidade	Incluir
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06325199	2.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,06947199	1.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06348699	4.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,07131399	2.000	1
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06449999	2.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,07249999	3.000	1
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06499999	2.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,07319999	500	1
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06499999	2.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,07319999	300	1
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06449999	2.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,07319999	2.000	1
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06500499	2.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,06169999	2.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06460599	3.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,06139999	4.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06149999	2.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,06189999	500	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06149999	3.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,06189999	2.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06099299	3.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,06469999	2.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06209999	2.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,06359999	2.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06209999	2.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,05426595	1.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06129299	3.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,05416598	1.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06169999	3.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,05922350	10.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06199999	2.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,05931355	10.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06209999	2.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,05902933	10.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06209999	3.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,05911763	10.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06169999	3.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,05922357	4.200	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06399999	1.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,05349883	20.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06419999	1.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,05339884	10.400	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06449999	1.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,04300003	1.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06309999	1.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,04290001	10.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06319999	1.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,03900501	10.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06202399	3.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,03870996	10.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,07010999	2.000	1	BRSTNCNTB4Q4	1	0,03870996	5.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06998999	3.200	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,03870996	5.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06937199	2.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,03871244	1.000	0
BRSTNCNTB4Q4	1	0,06937199	2.000	0	BRSTNCNTB4Q4	1	0,03871496	1.000	0

### Plano CV I – Valor do ajuste de Precificação

Duration do Passivo:
19,6759
Análise de durations segundo art. 9º, inciso V, da IN 19 da Previc de 04/02/2015:
Duration do passivo: 19,6759. Duration do ativo: 15,9018. Atende.
Duration do Ativo:
15,9018
Ajuste:
11.337.558,00
Análise de valor presente, segundo art. 9º, incisos III e IV da IN 19 da Previc de 04/02/2015:
Número de inconsistências: 0. Atende.

O ajuste de precificação, do Plano CV I, referente ao final do exercício de 2021 foi de R\$ 11.338 mil.

### 5.3.2. Ativos Financeiros de Créditos Privados

#### 5.3.2.1. Títulos Emitidos por Instituições Financeiras

Estão contabilizadas aplicações em Letras Financeiras – LF pertencentes exclusivamente ao Plano CV I, os parâmetros utilizados na determinação dos valores das LF variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

#### Letras Financeiras:

#### Carteira Própria – Plano CV I

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
LF	BRADESCO	14/06/2023	14	5.292	9.401	9.401	VENCIMENTO	-
LF	BRADESCO	14/06/2023	14	5.292	9.401	9.401	VENCIMENTO	-
LF	ITAÚ	22/08/2022	7	3.294	5.981	5.981	VENCIMENTO	-
LF	ITAÚ	29/08/2022	4	1.909	3.432	3.432	VENCIMENTO	-
LF	ITAÚ	29/08/2022	10	4.787	8.582	8.582	VENCIMENTO	-
LF	BTG PACTUAL	09/03/2022	10	5.000	12.350	12.350	VENCIMENTO	-
LF	SAFRA	09/03/2022	10	5.000	12.350	12.350	VENCIMENTO	-
LF	BTG PACTUAL	01/09/2025	6	3.000	4.746	4.746	MERCADO	-
LF	BTG PACTUAL	19/09/2025	4	2.000	3.185	3.185	MERCADO	-
LF	SAFRA	20/12/2028	150	15.000	14.465	14.465	MERCADO	-
LF	SAFRA	01/09/2025	6	3.000	4.633	4.633	MERCADO	-
LF	SAFRA	01/12/2025	4	2.000	2.797	2.797	MERCADO	-
LF	BTG PACTUAL	23/01/2026	20	10.000	13.590	13.590	MERCADO	-
<b>TOTAL</b>					<b>104.913</b>	<b>104.913</b>		

Ressalte-se que as Letras Financeiras acima não são precificadas pela ANBIMA. Assim, o valor de mercado informado desses ativos encontra-se igual ao seu valor contábil.

### 5.3.2.2. Debêntures

Estão contabilizadas, nesta conta, aplicações em debêntures da Cia Energética de Minas Gerais – CEMIG, pertencentes ao Plano CV I e debêntures da Localiza Rent Car pertencentes aos Planos BD e CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das debêntures variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

#### Debêntures

##### Carteira Própria – Plano BD

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	R\$ Mil
								VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
DEBENTURE	Localiza	15/03/2031	10.000	10.000	10.334	10.334	MERCADO	0
<b>TOTAL</b>					<b>10.334</b>	<b>10.334</b>		<b>0</b>

Ressalte-se que a debênture da Localiza tem sua precificação marcada a mercado.

##### Carteira Própria – Plano CV I

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	R\$ Mil
								VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
DEBENTURE	Localiza	15/03/2031	10.000	10.000	10.334	10.334	MERCADO	0
DEBENTURE	Cia Energética de Minas Gerais	15/02/2025	1.000	998	1.698	1.698	VENCIMENTO	0
DEBENTURE	Cia Energética de Minas Gerais	15/02/2025	3.700	3.692	6.284	6.284	VENCIMENTO	0
<b>TOTAL</b>					<b>18.316</b>	<b>18.316</b>		<b>0</b>

### 5.3.2.3. Certificado de Operações Estruturadas - COE

Estão contabilizadas aplicações em Certificado de Operações estruturadas - COE pertencente ao plano BD. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores do COE varia em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

#### Certificado de Operações Estruturadas - COE:

##### Carteira Própria – Plano BD

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	R\$ Mil
								VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
COE	Banco Morgan Stanley	16/06/2025	5.000	5.000	5.813	5.813	MERCADO	0
<b>TOTAL</b>					<b>5.813</b>	<b>5.813</b>		<b>0</b>

Ressalte-se que o COE tem sua precificação marcada a mercado.

### 5.3.3. Renda Variável

#### 5.3.3.1. Ações

A Carteira é composta por ações de companhias abertas pertencentes aos Planos BD e CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO em que foram negociadas.

#### Carteira Própria - Plano BD

Plano BD		R\$ mil
ATIVOS	CUSTO CONTÁBIL	VALOR A MERCADO
AESB3	5.021	3.736
BBSE3	5.172	4.229
EGIE3	2.944	2.708
ITSA4	2.908	2.502
RAIZ4	6.105	5.321
TAE11	2.457	4.426
TRPL4	6.414	6.425
VIVT3	4.204	4.559
BNBR3	136	19.856
DIVIDENDOS/ JUROS	-	344
<b>TOTAL</b>	<b>35.361</b>	<b>54.106</b>

#### Carteira Própria - Plano CV

Plano CV I		R\$ mil
ATIVOS	CUSTO CONTÁBIL	VALOR A MERCADO
ABEV3	2.506	2.529
AESB3	2.025	1.494
B3SA3	2.554	1.430
BBAS3	2.501	2.115
BBDC4	2.502	2.124
BBSE3	2.332	1.610
CPLE6	1.503	2.454
CSAN3	2.504	2.837
EGIE3	2.360	1.986
ITSA4	2.162	1.615
JBSS3	2.098	3.442
NGRD3	834	271
PETR4	6.032	9.693
POSI3	856	1.969
PRNR3	4.880	3.431
RAIZ4	6.105	5.321
RDOR3	2.791	1.946
SQIA3	854	621
TAE11	1.318	1.709
TRPL4	2.180	2.253
VALE3	697	1.263
VIVT3	2.384	2.246
VLID3	846	804
DIVIDENDOS/ JUROS	-	211
<b>TOTAL</b>	<b>54.824</b>	<b>55.374</b>

## 5.3.4. Fundos de Investimento

### 5.3.4.1. Fundo de Renda Fixa

A carteira de Renda Fixa dos planos administrados pela Capef é composta pelo fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo, com gestão da Capef, cotas do fundo Capital Market, com gestão do Banco BTG Pactual, pertencentes à carteira própria do plano BD; cotas dos fundos Vinci FI Renda Fixa Imobiliário e Vinci FI Renda Fixa Imobiliário II, com gestão da Vinci Partners e cotas do fundo Santander FIC FI Institucional com gestão do Banco Santander Brasil, estes três últimos pertencentes às carteiras próprias dos planos BD e CVI. Já os fundos, BNB FIC Referenciado DI RF, com gestão do BNB e o fundo Caixa Referenciado DI RF, com gestão da Caixa Econômica Federal, fundo Safra Capital Referenciado DI, sob gestão do banco Safra, tem suas cotas pertencentes exclusivamente à carteira própria do Plano CV I. A seleção desses fundos é aprovada pelo Comitê de Investimentos da Entidade por meio de critérios objetivos. As taxas de administração cobradas por esses fundos estão dentro dos padrões praticados pelo mercado.

As aplicações encontram-se integralmente custodiadas junto à instituição financeira autorizada pela CVM para esta finalidade, conforme prevê a Resolução CMN Nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

Segue o detalhamento da carteira de fundos de Renda Fixa consolidada:

									R\$ Mil
TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)	
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2030	119.000	485.732	487.585	483.841	Vencimento	- 3.744	
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2035	172.090	484.866	670.495	700.370	Vencimento	29.875	
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2045	183.625	257.062	602.564	745.874	Vencimento	143.310	
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	105.200	401.584	488.371	437.603	Vencimento	- 50.768	
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2055	19.000	89.452	97.326	78.595	Vencimento	- 18.731	
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2024	11.422	21.243	44.892	44.892	Negociação	-	
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2035	12.600	19.977	51.279	51.279	Negociação	-	
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2045	76.600	110.119	311.145	311.145	Negociação	-	
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	148.000	494.997	615.639	615.639	Negociação	-	
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2055	11.500	50.508	47.571	47.571	Negociação	-	
LF	Btg Pactual	20/12/2028	200	10.000	9.524	9.524	Negociação	-	
LF	Safra	20/12/2028	100	10.000	9.651	9.651	Negociação	-	
COMPROMISSADA	Tesouro Nacional	01/01/2024	12.889	-	10.340	10.340	Negociação	-	
CONTAS PAGAR/RECEBER	-	-	-	-	-71	-71	-	-	
TESOURARIA	-	-	-	-	86	86	-	-	
<b>(A) Fundo Bco Nordeste RF Previdenciário Exclusivo</b>	-	-	-	-	<b>3.446.397</b>	<b>3.546.339</b>	-	<b>99.942</b>	
(B) Cota do fundo Vinci FI RF Imobiliário	Vinci	-	142.324	-	12.763	12.763	Negociação	-	
(C) Cota do fundo Capital Market	BTG Pactual	-	22.376	-	217	217	Negociação	-	
(D) Cotas do fundo Santander FIC Referenciado DI RF	Santander Asset	-	19.433	-	3.814	3.814	Negociação	-	
(E) Cotas do fundo BNB FIC Referenciado DI RF	BNB	-	1.013.510	-	1.684	1.684	Negociação	-	
(F) Cotas do fundo Caixa FI Referenciado DI RF	CEF	-	31.602	-	124	124	Negociação	-	
(G) Cota do fundo VINCI FI RF IMOBII	Vinci	-	245.710	-	26.467	26.467	Negociação	-	
(H) Cota do fundo Safra Caital Referenciado DI	Safra	-	70.273	-	14.532	14.532	Negociação	-	
<b>Sub-total Fundos de Renda Fixa (A+B+C+D+E+F+G+H)</b>	-	-	-	-	<b>3.505.997</b>	<b>3.605.939</b>	-	<b>99.942</b>	
<b>(-) Bloqueio Judicial</b>	-	-	-	-	<b>12</b>	-	-	<b>-</b>	
<b>Total Fundos de Renda Fixa</b>	-	-	-	-	<b>3.506.009</b>	<b>3.605.939</b>	-	<b>99.942</b>	

As cotas do Fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo são segregadas entre dois planos da Capef: BD e PGA – Plano de Gestão Administrativa. O Plano BD detém 34.284.152,5587464 cotas, enquanto o PGA é detentor de 1.238.416,6056349 cotas. Segue a segregação dos valores monetários das cotas do Fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo entre os planos de benefícios BD e PGA.

R\$ mil

	2021	2020
<b>(A) Fundo Bco do Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo</b>	<b>3.446.397</b>	<b>3.023.296</b>
Plano BD	3.326.246	2.921.898
Plano de Gestão Administrativa	120.151	101.398

Respeitando o artigo 34 da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, a Capef reclassificou, no dia 28/12/2021, parte dos títulos de renda fixa (NTN-B) marcados como “mantidos até o vencimento” para a categoria “títulos para negociação” na carteira do fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo. A reclassificação gerou um resultado positivo de R\$ 83.586 mil, refletido na cota do fundo no mês de dezembro/2021. A reclassificação visou absorver o impacto da alteração da taxa real anual de juros do Plano BD.

Segue a relação de títulos reclassificados no fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo, em conformidade com a Resolução CNPC Nº 43.

R\$ Mil

Título	Código	Taxa de Aquisição	Vencimento	Quantidade	Valor na curva em 27/12/2021	Valor de mercado em 28/12/2021	Taxa Anbima 28/12/2021	PU Anbima 28/12/2021	Resultado
NTNB	B141266	7,21001	15/05/2045	11.500	37.991	47.058	5,4147	4.091,929486	9.067
NTNB	B141270	8,07000	15/05/2045	10.000	30.064	40.919	5,4147	4.091,929486	10.855
NTNB	B141272	6,38001	15/05/2045	16.000	58.174	65.471	5,4147	4.091,929486	7.297
NTNB	B141274	6,46001	15/05/2045	10.500	37.818	42.965	5,4147	4.091,929486	5.147
NTNB	B141278	6,80960	15/05/2045	12.600	43.568	51.558	5,4147	4.091,929486	7.990
NTNB	B141279	9,04688	15/05/2045	5.000	13.587	20.460	5,4147	4.091,929486	6.873
NTNB	B141284	8,12022	15/05/2045	5.000	14.952	20.460	5,4147	4.091,929486	5.508
NTNB	B141287	8,05291	15/05/2045	6.000	18.071	24.552	5,4147	4.091,929486	6.481
NTNB	B288820	5,94334	15/08/2050	10.000	38.896	41.731	5,4201	4.173,107441	2.835
NTNB	B289770	5,79001	15/08/2050	10.000	39.861	41.731	5,4201	4.173,107441	1.870
NTNB	B289790	5,77000	15/08/2050	10.000	39.861	41.731	5,4201	4.173,107441	1.870
NTNB	B290093	5,71000	15/08/2050	30.000	120.340	125.193	5,4201	4.173,107441	4.853
NTNB	B290094	5,71000	15/08/2050	40.000	160.454	166.924	5,4201	4.173,107441	6.470
NTNB	B290095	5,71000	15/08/2050	40.000	160.454	166.924	5,4201	4.173,107441	6.470
<b>Total</b>					<b>814.091</b>	<b>897.677</b>			<b>83.586</b>

Respeitando o parágrafo primeiro do artigo 32 da Resolução CNPC Nº 43, de 06 de agosto de 2021, a Capef alongou parte da carteira do fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo.

O alongamento gerou um resultado positivo de R\$ 66.615 mil, refletido na cota do fundo. Segue a relação de títulos negociados em conformidade com a Resolução CNPC Nº 43: Detalhamento das Vendas:

R\$ Mil

Apuração do Resultado nas Vendas - Fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo						
Data	Código	Quantidade	Taxa Média de venda	Vencimento	Valor da Venda	Lucro
27/01/2021	B141298	21.875	2,13	15/08/2024	87.186	66.615
	B141300					
	B141301					
	B141303					
	B141304					
06/12/2021	B141314	60.000	5,15	15/05/2035	244.288	66.615
	B141314					
	B141314					
07/12/2021	B141314	6.000	5,15	15/05/2035	24.454	
08/12/2021	B141314	416	5,21	15/05/2035	1.687	
<b>Total</b>					<b>357.616</b>	<b>66.615</b>

Detalhamento das Compras:

R\$ mil

**Compras: Fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo**

DATA	CÓDIGO	QUANTIDADE	TAXA MÉDIA DE COMPRA	VENCIMENTO	VALOR DA COMPRA
27/01/2021	B473555	19.000	4,06	15/05/2055	89.451
	B473558				
06/12/2021	B569621	27.000	5,21	15/08/2050	115.160
	B569622				
	B569626				
	B569627				
	B569628				
07/12/2021	B570134	10.000	5,21	15/08/2050	42.673
08/12/2021	B570619	8.000	5,15	15/08/2050	34.450
09/12/2021	B571157	18.200	5,15	15/08/2050	78.538
	B571160				
<b>Total</b>					<b>360.272</b>

**5.3.4.2. Ações**

Rubrica composta por cotas de 9 (nove) fundos de ações pertencentes ao Plano CV I:

Plano CVI		R\$ Mil
FUNDOS DE AÇÕES	QUANTIDADE	VALOR
VINCI MOSAICO FIA	1.025.247	6.820
BNP ACTION FIC FIA	47	15
INDIE FIC FIA	4.884.950	15.779
NEO NAVITAS FIC FIA	6.920.097	17.227
ITAU INST A PHOENIX	552	11
CONSTANCIA FUND FIA	2.825.349	10.169
OCCAM FIC FIA	5.414.912	16.541
SUL AM SELECTION FIA	516.977	7.858
4UM MARLIM DIVI FIA	2.154.796	7.237
<b>TOTAL FUNDO</b>	-	<b>81.657</b>

#### 5.3.4.3. Fundo de Índice referenciado em ações - ETF

A rubrica Fundo de Índice referenciado em ações - ETF é composta de cotas de fundos de índices - BOVV11 e SMAL11. O fundo BOVV11 pertence aos planos BD e CV I e o SMAL11 apenas ao plano CVI. O BOVV11 acompanha a variação do IBOVESPA e o SMAL11 acompanha a variação do índice de ações Small Cap da B3. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das cotas são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 em que foram negociadas.

Plano BD		R\$ Mil
FUNDO DE ÍNDICE	QUANTIDADE	VALOR
BOVV11	714.803	75.305
<b>TOTAL</b>	-	<b>75.305</b>

Plano CV I		R\$ Mil
FUNDO DE ÍNDICE	QUANTIDADE	VALOR
BOVV11	442.398	46.607
SMAL11	126.800	14.366
<b>TOTAL</b>	-	<b>60.973</b>

#### 5.3.4.4. Fundo de Investimentos em Participações - FIP

Segmento composto por cotas de fundos de investimentos em participações - FIP pertencentes exclusivamente ao plano CV I. Os FIP's são fundos que investem seus recursos em companhias em fase inicial de desenvolvimento. Neste segmento de aplicação, o gestor



do fundo tem poder de influência e decisão na política, estratégica e gestão da empresa investida.

## Plano CVI

FUNDOS EM PARTICIPAÇÕES		QUANTIDADE	VALOR
VINCI IMP R IV FDR B		2.328	2.218
BTG ECON REAL FIP		7.435.529	8.297
SPECTRA V INST FIP		3.071.043	3.758
<b>TOTAL</b>		-	<b>14.273</b>

R\$ Mil

### 5.3.4.5. Fundo Multimercado

A rubrica Fundo Multimercado é composta pelo Fundo Fortaleza Multimercado, multimercado institucional, cujos títulos e valores mobiliários encontram-se discriminados a seguir. O patrimônio do Fortaleza Multimercado é composto por recursos exclusivamente do Plano BD.

#### Fundo Fortaleza Multimercado:

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
Fundo Imobiliário	ALZR11	-	21.738	2.505	2.474	2.474	Negociação	-
Fundo Imobiliário	GGRC11	-	21.513	2.688	2.421	2.421	Negociação	-
Fundo Imobiliário	IRD11	-	16.881	1.852	1.840	1.840	Negociação	-
Fundo Imobiliário	RBFF11	-	27.113	2.151	1.546	1.546	Negociação	-
Fundo Imobiliário	RECR11	-	16.408	1.734	1.640	1.640	Negociação	-
Fundo Imobiliário	TGAR11	-	24.183	3.358	2.931	2.931	Negociação	-
Fundo Imobiliário	XPLG11	-	41.128	5.004	4.212	4.212	Negociação	-
Ações	ABEV3	-	24.300	380	375	375	Negociação	-
Ações	B3SA3	-	18.600	381	207	207	Negociação	-
Ações	BBAS3	-	11.000	379	317	317	Negociação	-
Ações	BBDC4	-	16.500	381	317	317	Negociação	-
Ações	CSAN3	-	19.600	381	425	425	Negociação	-
Ações	EGIE3	-	4.400	214	169	169	Negociação	-
Ações	JBSS3	-	15.200	330	577	577	Negociação	-
Ações	NEOE3	-	50.000	783	810	810	Negociação	-
Ações	PETRA	-	24.300	475	691	691	Negociação	-
Ações	PRNR3	-	250.000	2.500	1.758	1.758	Negociação	-
Ações	RDOR3	-	5.600	381	251	251	Negociação	-
Ações	S BSP3	-	7.000	417	281	281	Negociação	-
Ações	TAE11	-	7.000	213	255	255	Negociação	-
Ações	VALE3	-	5.900	249	460	460	Negociação	-
Ações	VIVA3	-	20.000	480	509	509	Negociação	-
Ações	VIVT3	-	3.800	211	183	183	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	SANT FICFI INST RFDI	-	3.974	-	780	780	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	VINCI FIRF IMOB CP	-	66.205	-	5.937	5.937	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	VINCI FI RF IMOBII	-	56.702	-	6.108	6.108	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	S CAP MKT PR FIRF	-	14.617	-	3.023	3.023	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	1.000	4.417	4.160	4.160	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	2.000	8.889	8.319	8.319	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	3.000	13.334	12.479	12.479	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	2.000	8.850	8.319	8.319	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2030	8.000	32.785	32.830	32.526	Vencimento	304
Contas a pagar e a receber	-	-	-	-	10	10	-	-
Tesouraria	-	-	-	-	51	51	-	-
<b>Total do Fundo Fortaleza</b>					<b>106.665</b>	<b>106.361</b>	-	<b>304</b>

#### 5.3.4.6. Fundo Multimercado Estruturado

As cotas dos fundos de Investimentos Multimercado Estruturados são detidas exclusivamente pelo plano CV I. Os fundos classificados como Multimercado Estruturados possuem políticas de investimento que envolvem vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial.

Plano CVI		R\$ Mil
FUNDOS MULTIMERCADOS ESTRUTURADOS	QUANTIDADE	VALOR
CAPTALY ORION FICFIM	3.537.071	30.121
IBIUNA HDGSTH FICFIM	42.012	12.946
VINCI VALOREM FIM	33.123	7.870
VINCI CREDITO FIM CP	7.536.227	8.799
ABSOLUT VERTEXII FIM	5.939.701	11.256
<b>TOTAL</b>	-	<b>70.992</b>

#### 5.3.4.7. Fundo de Investimento Imobiliário - FII

Segmento composto por cotas de fundos, que investem em empreendimentos imobiliários. Os fundos pertencem aos Planos BD e CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das cotas são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 em que foram negociadas, conforme quadros a seguir:

Plano BD		R\$ Mil
FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS - FII	CUSTO	VALOR
ALZR11	3.911	3.386
GGRC11	6.347	5.653
IRDM11	2.716	2.610
RBFF11	6.528	4.279
RECR11	2.699	2.585
TGAR11	4.217	3.687
XPLG11	4.002	3.562
A RECEBER QFII	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>30.421</b>	<b>25.762</b>

**Plano CV I****R\$ Mil**

<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS - FII</b>	<b>CUSTO</b>	<b>VALOR</b>
ALZR11	9.240	8.632
GGRC11	15.114	13.379
IRDM11	6.080	6.082
RBFF11	6.650	4.669
RECR11	8.095	7.805
TGAR11	12.873	11.553
XPLG11	14.871	12.395
<b>TOTAL</b>	<b>72.923</b>	<b>64.515</b>

**5.3.4.8. Fundos de Investimentos no Exterior**

Segmento composto por cotas de fundos de Investimentos no Exterior e por cotas de Fundo de Índice - ETF Exterior. As cotas dos fundos de Investimentos no exterior são detidas pelos planos BD e CV I e as cotas de Fundo de Índice - ETF Exterior pertencem apenas ao plano CV I. Os fundos alocam seus recursos, indiretamente, em ativos negociados em mercados externos.

**Plano BD****R\$ Mil**

<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR</b>
MS GL OPP ADV FIA IE	69.533	15.047
LEGG MAS MARTIN CUR	11.855	16.791
JCHINA E D A MST FIA	137.482	14.518
MAG GLOBAL SUSTAINAB	17.585.762	22.371
ITAÚ WORLD EQ FICFIA	699.058	17.173
PIMCO INC DÓLAR FIM	8.799.995	15.127
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>101.027</b>

**Plano CVI****R\$ Mil**

<b>FUNDO DE INVESTIMENTO EM ÍNDICE - ETF EXTERIOR</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR</b>
XINA11	68.300	590
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>590</b>

Plano CV I		R\$ Mil
FUNDOS DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	QUANTIDADE	VALOR
MS GL OPP ADV FIA IE	94.098	20.364
LEGG MAS MARTIN CUR	15.867	22.475
JCHINA E D A MST FIA	138.953	14.673
MAG GLOBAL SUSTAINAB	17.298.825	22.006
ITAÚ WORLD EQ FICFIA	735.066	18.058
PIMCO INC DÓLAR FIM	5.249.856	9.024
WST MACR OPPORT FIM	34	62
Valores a receber	-	17
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>106.679</b>

### 5.3.5. Derivativos

Nessa rubrica são registrados ajustes diários das operações realizadas e não liquidadas no mercado de derivativos. Os valores são referentes a recebimento de ajustes diários pelas vendas de dólar no mercado futuro, nos planos BD e CV I.

Plano BD		R\$ Mil
DERIVATIVOS	QUANTIDADE	VALOR
DÓLAR FUTURO	-	1.767
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>1.767</b>

Plano CV I		R\$ Mil
DERIVATIVOS	QUANTIDADE	VALOR
DÓLAR FUTURO	-	1.795
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>1.795</b>

### 5.3.6. Investimentos no Exterior

Nessa conta são registrados os BDR (Brazilian Depositary Receipts) não patrocinados – Nível I, ativos pertencentes exclusivamente ao plano CV I. BDR são recibos que representam ações emitidas por empresas externas, negociados na bolsa brasileira.

Plano CV I		R\$ Mil	
BDR	CUSTO CONTÁBIL	VALOR A MERCADO	
BABA34	833	404	
DISB34	840	722	
NFLX34	832	961	
NIKE34	829	997	
NVDC34	856	1.854	
SSFO34	821	908	
WALM34	826	844	
DIVIDENDOS/ BDR	-	4	
<b>TOTAL</b>	<b>5.838</b>	<b>6.694</b>	

### 5.3.7. Investimentos em Imóveis

A carteira de investimentos imobiliários, pertencente ao Plano de Benefício Definido - BD e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, encerrou o ano de 2021 com ativos distribuídos em seis estados da federação e detendo valor total de R\$ 224.868 mil. No Plano BD R\$ 223.172 mil (R\$ 217.464, em 2020), relativo às edificações e respectivos direitos creditórios de locações e alienações. Composto o PGA temos R\$ 1.696 mil (R\$ 1.555 mil em 2020) referentes a edificações e respectivos direitos.

A tabela a seguir sintetiza a posição da carteira observada ao final de 2021 e 2020:

#### Plano BD

R\$ mil

ATIVOS	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)		VARIÇÃO (%)
	2021	2020	
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>223.172</b>	<b>217.464</b>	<b>2,62</b>
<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>222.593</b>	<b>216.338</b>	<b>2,89</b>
IMÓVEIS LOCADOS	135.335	140.104	(3,40)
IMÓVEIS DESOCUPADOS	86.900	75.903	14,49
OUTRAS (ÁREAS CEDIDAS AO CONDOMÍNIO)	358	331	8,04
<b>DIREITOS CREDITÓRIOS</b>	<b>579</b>	<b>1.126</b>	<b>(48,62)</b>
LOCAÇÕES	538	1.126	(52,24)
ALIENAÇÕES	41	0	100,00

#### Plano Gestão Administrativa

R\$ mil

ATIVOS	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)		VARIÇÃO (%)
	2021	2020	
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>1.696</b>	<b>1.555</b>	<b>9,12</b>
<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>1.696</b>	<b>1.555</b>	<b>9,12</b>
IMÓVEIS LOCADOS	51	0	-
IMÓVEIS DESOCUPADOS	1.645	1.555	5,82

### 5.3.7.1. Edificações

Ao longo do exercício de 2021, no tocante aos ativos edificados, a carteira sofreu aumentos e diminuições patrimoniais decorrentes dos imóveis reavaliados no Plano BD, com base em laudos de avaliação independente, todos elaborados pela empresa Embrap & Praxis Avaliação Patrimonial Ltda e assinados pelo Sr. Paulo Tabah de Almeida e pelo Sr. Bruno Sérgio M. Figueiredo. A reavaliação dos ativos discriminados no quadro seguinte, gerou acréscimo líquido de R\$ 12.991 mil ao valor da carteira do Plano de Benefício Definido:

Plano BD							R\$ Mil
UF	IMÓVEL	MÊS	VALORES (EM R\$ MIL)			VARIÇÃO (%)	
			CUSTO CONTÁBIL	VALOR DE AVALIAÇÃO	RESULTADO		
BA	Edifício Boulevard Financeiro	nov/21	13.720	13.200	(520)	-3,79%	
BA	Edifício Catabas Center	nov/21	16.230	16.614	384	2,37%	
CE	Edifício Atlantic Center	nov/21	441	453	12	2,72%	
CE	Edifício Beira Mar Trade Center	nov/21	7.819	8.543	724	9,26%	
CE	Edifício Fran Carvalho	nov/21	15.925	16.990	1.065	6,69%	
CE	Edifício Pedro Filomeno	nov/21	634	811	177	27,92%	
CE	Edifício Barao de Studart	nov/21	11.707	15.182	3.475	29,68%	
DF	Edifício Paulo Sarasate	nov/21	10.032	12.406	2.374	23,66%	
PE	Edifício Apolonio Sales	nov/21	62.516	77.889	15.373	24,59%	
PE	Edifício Empresarial Center	nov/21	3.071	3.124	53	1,73%	
PE	Galpão Oliveira Lima	nov/21	5.310	5.668	358	6,74%	
RJ	Edifício Gustavo Jose de Matos	nov/21	3.690	4.172	482	13,06%	
RJ	Edifício Manhattan Tower	nov/21	27.685	20.345	(7.340)	-26,51%	
RJ	Edifício Seculo de Frontin	nov/21	9.750	5.936	(3.814)	-39,12%	
SP	Edifício Pedro Biagi	nov/21	21.072	21.260	188	0,89%	
<b>TOTAL</b>			<b>209.602</b>	<b>222.593</b>	<b>12.991</b>	<b>6,20%</b>	

PGA							R\$ Mil
UF	IMÓVEL	MÊS	VALORES (EM R\$ MIL)			VARIÇÃO (%)	
			CUSTO CONTÁBIL	VALOR DE AVALIAÇÃO	RESULTADO		
CE	Edifício Paulo Aguiar Frota	dez/21	1.555	1.645	90	5,82%	
<b>TOTAL</b>			<b>1.555</b>	<b>1.645</b>	<b>90</b>	<b>5,82%</b>	

Em atendimento à Resolução CMN 4.661/18 na qual as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) estão obrigadas a alienar seus imóveis em até 12 anos a contar da publicação da resolução, ou seja, até o ano de 2030, a CAPEF vem adotando ações de venda dos imóveis. Em relação as vendas ocorridas no período, essas geraram uma receita contábil na ordem de R\$ 715 mil, desmobilizando a carteira do plano BD em R\$ 7.250 mil.

## QUADRO DE VENDAS DOS IMÓVEIS 2021

### Plano BD

UF	IMÓVEL	UNIDADES	MÊS	VALORES (EM R\$ MIL)		
				CUSTO CONTÁBIL	VALOR VENDA	RESULTADO
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	sala 907 e vaga 605	ago/21	254	265	11
CE	Galeria São Luis	Lojas 02 a 11	out/21	6.996	7.700	704
<b>TOTAL</b>				<b>7.250</b>	<b>7.965</b>	<b>715</b>

Em 2021, a conta de passivo de investimentos imobiliários do plano BD possuía um saldo de R\$ 1.257 mil, com destaque para as garantias recebidas na locação de imóveis a terceiros - caução, que detinha saldo individual de R\$ 605 mil, entre outras obrigações transitórias (aluguéis antecipados e valores/despesas a pagar).

#### 5.3.7.2. Locações

Na carteira de imóveis do Plano BD, encontram-se registrados 97 contratos de locação comercial, de onde provêm as principais receitas do segmento.

No ano de 2021, o total de direitos obtidos sobre locações e vendas encerrou o exercício com saldo líquido de R\$ 579 mil (R\$ 1.123 mil, em 2020), relativo a aluguéis vencidos e vincendos, além de encargos por atraso, pagamentos a recuperar e recebimentos por compensação, descontado as provisões para perdas com aluguéis, encargos e pagamentos a recuperar, decorrentes do não pagamento por locatários que devolveram ou abandonaram o imóvel.

As provisões para perdas são calculadas em consonância com os critérios definidos pela Instrução Normativa PREVIC nº. 31, de 20 de agosto de 2020, conforme quadro exposto no item 4.2.4.7.

#### 5.3.7.3. Alienações

O Plano BD administrado pela Entidade não possui mais saldo de devedores por compra. Em julho de 2020, foram realizadas as baixas contábeis relativas a esses valores, alusivo aos contratos vencidos e com processos judiciais em curso, em conformidade com o normativo NBC TG 25 (R2), que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

### 5.3.8. Operações com Participantes

#### 5.3.8.1 Empréstimos a Participantes

##### Plano BD

No exercício de 2021, o plano realizou 1.452 liberações de empréstimos, com portfólio ao final do ano de 8.214 contratos ativos, totalizando R\$ 73.216 mil.

Os empréstimos atualizados com base na variação do IGP-M representam 3,62% da carteira, 95,06% referem-se aos saldos de empréstimos atualizados pela variação do INPC e apenas 1,32% referem-se aos contratos atualizados pela variação do IGP-DI.

Para garantia dos empréstimos contratados, desde o ano de 2006, o plano BD conta com o Fundo para Garantia das Operações com Participantes. Esse instrumento objetiva

assegurar a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. O Fundo para Garantia das Operações com Participantes terminou 2021 com saldo de R\$ 20.131 mil (R\$ 17.769 mil em 2020), de acordo com o demonstrativo a seguir:

<b>Fundo para Garantia das Operações com Participantes - Plano BD</b>					R\$ mil
SALDO EM DEZ/2020	ENTRADAS	BAIXAS	RENTABILIDADE	SALDO EM DEZ/2021	
17.769	2.143	1.840	2.059	20.131	

O fundo foi criado após parecer atuarial como alternativa de redução do custo de seguridade para o associado e oferecimento de solvência ao então grupamento de mutuário alocado nesta modalidade de seguro na Entidade.

#### **Plano CV I**

No exercício de 2021, o Plano CV I realizou 3.981 liberações de empréstimos, apresentando ao final do período um portfólio de 13.901 contratos ativos, no valor de R\$ 76.202 mil. A carteira é atualizada pela variação do IPCA em sua totalidade.

O Plano CV I também possui Fundo para Garantia das Operações com Participantes e ao final de 2021, o saldo da rubrica importava em R\$ 2.074 mil (R\$ 1.706 mil em 2020), de acordo com o demonstrativo a seguir:

<b>Fundo para Garantia das Operações com Participantes - Plano CV I</b>					R\$ mil
SALDO EM DEZ/2020	ENTRADAS	BAIXAS	RENTABILIDADE	SALDO EM DEZ/2021	
1.706	424	209	153	2.074	

#### **5.3.8.2 Financiamento Imobiliário**

A linha de financiamento imobiliário, pertencente exclusivamente ao Plano BD, encontra-se desativada desde 1991, remanescendo ao final de 2021 somente 32 contratos ativos no valor total de R\$ 6.793 mil, saldo líquido após o desconto de todas as provisões de perdas efetuadas.

Desde 2003, o Conselho Deliberativo da Capef implementou a política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários do Plano BD, que contempla: (1) programa de deságios para quitação à vista ou refinanciamento do saldo devedor; (2) dação em pagamento do imóvel para liquidação integral da dívida existente; e (3) quitação do saldo devedor ou recontração do financiamento, tomando-se por base o valor de mercado, definido por laudo técnico de avaliação devidamente atualizado.

A política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários explica a existência de provisão para deságio ao final de 2021 de R\$ 1.942 mil, valor resultante do recálculo do contrato pela taxa equivalente a INPC + 5,5% ao ano.

A cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente é garantida por seguro prestamista, com o valor do capital segurado limitado a R\$ 547 mil para mutuários com idade inferior ou igual a 65 anos, enquanto esse limite é de R\$ 400 mil para mutuários com idade superior a 65 anos. O seguro é contratado anualmente e contempla casos de sinistro por falecimento ou por invalidez decorrente de acidente ou doença. Os saldos devedores que ultrapassam o valor fixado na apólice encontram-se provisionados em face do risco de perda.



### 5.3.9 Depósitos Judiciais/Recursais

O saldo de R\$ 740 mil em 2021 (R\$ 671 mil em 2020) depositado em juízo pelo Plano BD viabilizou a defesa da Entidade em três processos, a saber: a) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras; b) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbências incidentes sobre ações de rescisões contratuais de compra e venda de salas e vagas de garagem do Edifício Beira-Mar Trade Center, em decorrência de inadimplência; e c) ação que pleiteia a devolução de valores recolhidos à União a título de imposto de renda e a declaração de inconstitucionalidade do art. 6º, §1º e 2º, do Decreto-Lei nº 2.065/83, sob o argumento de que a Capecf goza de imunidade tributária.

### 5.3.10 Outros Realizáveis

O saldo de R\$ 512 mil (R\$ 505 mil em 2020) da conta Outros Realizáveis, pertencente ao patrimônio do Plano BD, é formado pelos créditos tributários referentes a retenções indevidas de IR, descontados do recebimento de aluguéis e de juros sobre capital próprio relativo a ações preferenciais e ordinárias do BNB. A Capecf já solicitou a restituição dos valores junto à Receita Federal do Brasil e aguarda decisão daquele órgão.

## 5.4. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2021, o Ativo Permanente da Capecf, pertencente exclusivamente ao Plano de Gestão Administrativa, apresentou saldo de R\$ 12.467 mil (R\$ 12.789 mil em 2020).

### 5.4.1. Imobilizado

A rubrica Imobilizado apresentou saldo de R\$ 11.646 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.817 mil em 2020).

RUBRICA	R\$ mil	
	2021	2020
<b>Imobilizado</b>	<b>11.646</b>	<b>11.817</b>
Bens Móveis	1.330	1.431
Bens Imóveis	10.316	10.386

O imóvel sede da Capecf, pertencente ao Plano de Gestão Administrativa, representa 88,58% do Imobilizado da Entidade. A Capecf utiliza a reavaliação trienal para o seu imóvel do PGA. A próxima ocorrerá no ano de 2022.

### 5.4.2. Intangível

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício. Em 31 de dezembro de 2021, apresentou saldo de R\$ 821 mil (R\$ 972 mil em 2020). Segue detalhamento da composição do intangível.

SISTEMAS	CUSTO TOTAL (R\$ MIL)	PRAZO DE AMORTIZAÇÃO	INÍCIO DA AMORTIZAÇÃO	% AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)
Sistema de Benefício	2.910	120 meses	mai/11	10%	2.618	292
Sistema de Gestão Atuarial	888	120 meses	mar/16	10%	518	370
Demais Softwares	2.384	60 meses			2.225	159
<b>TOTAL</b>	<b>6.182</b>				<b>5.361</b>	<b>821</b>

## 5.5. EXIGÍVEL OPERACIONAL

### 5.5.1. Previdencial

No final do exercício de 2021, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 5.654 mil (R\$ 4.750 mil em 2020). O saldo corresponde, primordialmente, a restituições e pecúlios a serem pagos aos participantes do Plano BD, bem como a retenções de Imposto de Renda sobre benefícios e resgates de contribuições a serem repassados à Receita Federal do Brasil na devida competência, além de aposentadorias e pensões de participantes não recadastrados ou que aguardam decisão judicial.

### 5.5.2. Administrativo

O saldo corresponde aos compromissos assumidos pela Capef relativo ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviços de terceiros e gastos com manutenção da CAPEF. No final do exercício de 2021, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.697 mil (R\$ 2.360 mil em 2020).

### 5.5.3. Investimentos

No final do exercício de 2021, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 2.996 mil (R\$ 1.914 mil em 2020), composto principalmente por exigibilidades do plano BD, tais como: a) derivativos (ajustes diários a pagar decorrentes de operações de venda de dólar no mercado futuro; b) cauções recebidas de locatários de imóveis; c) taxas de condomínios a pagar de imóveis vagos; d) valores a apropriar e e) prêmios de seguro de vida de financiamentos imobiliários a repassar à seguradora.

## 5.6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registram-se no exigível contingencial as ocorrências vinculadas a decisões judiciais futuras que poderão ou não gerar desembolsos aos planos administrados pela Entidade e depósitos que o plano efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais).

Em 31 de dezembro de 2021, o Exigível Contingencial, pertencente ao Plano BD e ao PGA, totalizou R\$ 183.104 mil (R\$ 139.864 mil em 2020). Segue detalhadamente a composição da rubrica:

	R\$ mil	
	2021	2020
<b>Exigível Contingencial</b>	<b>183.104</b>	<b>139.864</b>
<b>Plano BD</b>		
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>169.100</b>	<b>128.241</b>
Provisionado (Provável)	158.191	116.454
Depósito Judicial	9.869	10.735
Depósito Recursal	1.040	1.052
<b>Gestão de Investimentos</b>	<b>4.815</b>	<b>4.226</b>
Provisionado (Provável)	4.076	3.556
Depósito Judicial	717	659
Depósito Recursal	22	11
<b>PGA</b>		
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>9.189</b>	<b>7.397</b>
Provisionado (Provável)	536	457
Depósito Judicial	8.653	6.940

### 5.6.1 Gestão Previdencial - Plano BD

As contingências da Gestão Previdencial do Plano BD totalizam R\$ 169.100 mil, desse montante, R\$ 158.191 mil foram classificadas pelos pareceres técnicos da área jurídica como perda provável

distribuídas conforme quadro a seguir:

	R\$ mil	
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROVÁVEL</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>116.454</b>	<b>134.352</b>
<b>Constituição/reversão de Depósitos Judiciais/ Recursais</b>		
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	35.462	2.749
Reversão da Provisão (processos excluídos sem pagamento ou revisão de atuais)	(22.550)	(36.973)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	28.825	22.265
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	-	(5.938)
<b>Saldo Final</b>	<b>158.191</b>	<b>116.454</b>

O saldo final refere-se:

- a) a diferenças de benefícios e devolução de contribuições, calculadas conforme regras do Instrumento de Acordo, relativas aos participantes que não aderiram ao Regulamento de 2003 totalizando o valor de R\$ 7.759 mil; e
- b) a obrigações no valor de R\$ 150.432 mil decorrentes de demandas judiciais; e
- c) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais/ recursais) que totaliza o montante de R\$ 10.909 mil.

A Entidade não possui condições de estabelecer um cronograma de saída de recurso relativamente às suas demandas judiciais, haja vista que a mensuração de um prazo para tais acontecimentos envolve fatores que são impossíveis de serem avaliados, a exemplo do tema de duração do processo. Nesse sentido, visando um aprimoramento que consiga capturar parte dessa imprevisibilidade inerente ao processo de estimativa para demandas judiciais classificadas como provável perda, a Administração da Entidade implementou melhoria no sistema de gestor do tema, denominado "Sistema de Provisão Judicial (SIPROJ)", e nesse processo aproveitou para realizar uma revisão dos prognósticos de perdas classificados anteriormente, culminando em um aumento nos saldos registrados na provisão para demandas judiciais. Importante destacar que todo esse processo foi monitorado pela Auditoria Interna da Entidade de forma a trazer maior segurança aos registros contábeis. Além disso, ocorreu uma reclassificação do risco contingencial de uma ação judicial, de possível para provável.

### 5.6.2 Gestão Administrativa – PGA

Segue a composição da provisão judicial administrativa:

	R\$ mil	
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROVÁVEL</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>7.397</b>	<b>5.720</b>
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	1.712	1.628
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	80	49
<b>Saldo Final</b>	<b>9.189</b>	<b>7.397</b>

Destaca-se que, do saldo total das Contingências Administrativas, R\$ 8.653 mil correspondem a valores provisionados acerca da incidência de contribuições para o PIS e COFINS, onde a CAPEF questiona na esfera judicial o recolhimento dessas contribuições (vide nota 7.1.).

Há ainda, a provisão de um processo judicial de danos morais interposto contra a entidade, no valor de R\$ 536 mil.

Não existem demandas classificadas como possíveis no PGA.

### 5.6.3. Investimentos – Plano BD

As contingências do fluxo de investimento, pertencentes exclusivamente ao Plano BD, classificadas como perda provável, finalizaram o exercício de 2021 com um saldo de R\$ 4.816 mil (R\$ 4.226 mil em 2020).

	R\$ mil	
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROVÁVEL	2021	2020
<b>Saldo Inicial</b>	<b>4.226</b>	<b>3.166</b>
<b>Reversão de Depósitos Judiciais/ Recursais</b>	<b>0</b>	<b>-3.100</b>
Constituição de Depósitos Judiciais/ Recursais	69	3.491
Reversão da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	-17	-81
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	537	750
<b>Saldo Final</b>	<b>4.815</b>	<b>4.226</b>

O saldo final refere-se:

- a) aos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária, onde a Capef questionava o recolhimento de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras no valor de R\$ 556 mil. A Entidade desistiu da ação face adesão à MP 2.222/01;
- b) no segmento de investimentos imobiliários, as ações mais relevantes se referem aos cálculos processuais dos contratos de compra e venda a prazo no valor de R\$ 1.079 mil e da execução fiscal do IPTU de diversos imóveis do Plano BD administrado pela Capef no total de R\$ 241 mil. Esse segmento de vendas (contrato particular de compra e venda) difere-se da linha de financiamento que a CAPEF oferecia aos seus associados, cuja garantia era a hipoteca do imóvel;
- c) no segmento de empréstimos e financiamentos imobiliários, os dois processos inerentes a empréstimos, onde no primeiro está sendo pleiteado a prescrição da dívida e, no segundo, a revisão dos valores das prestações, no total de R\$ 160 mil, as ações referem-se à revisão dos contratos de financiamentos imobiliários no total de R\$ 908 mil e da execução fiscal do IPTU dos contratos de financiamentos imobiliários antigos no total de R\$ 111 mil;
- d) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais), que totaliza o montante de R\$ 740 mil.

### 5.6.4. Processos classificados com risco possível

#### Plano BD

Ressalte-se que há 205 processos judiciais no Plano BD classificados como perda possível, portanto não passíveis de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho, de 2009 que aprovou a NBC TG 25, de 24 de novembro de 2017 que trata das provisões, ativos e passivos contingentes. Esses processos têm objetos diversos como abono, anulação do acordo geral, pensões e diferenças de benefícios e são estimados em R\$ 308.549 mil.

#### Plano CV

Ressalte-se que há 2 processos judiciais no Plano CV I classificados como perda possível, portanto,

não passíveis de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho, de 2009 que aprovou a NBC TG 25, de 24 de novembro de 2017 que trata das provisões, ativos e passivos contingentes. Um processo tem como objeto resgate de contribuições e é estimado em R\$ 3 mil; o outro diz respeito a uma ação de consignação em pagamento ajuizada pela CAPEF, para viabilizar o pagamento da reserva individual de uma falecida participante aos seus herdeiros e é estimado em R\$ 7 mil.

#### **PGA**

Não existem demandas classificadas como possíveis no PGA.

## **5.7 PATRIMÔNIO SOCIAL**

### **5.7.1 Patrimônio de Cobertura do Plano**

#### **5.7.1.1. Provisões Matemáticas**

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos da Entidade relativos aos benefícios previdenciais futuros, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário independente.

##### **Plano BD**

Em 31 de dezembro de 2021, as Provisões Matemáticas do Plano BD totalizaram R\$ 3.965.441 mil (R\$ 3.817.884 mil em 2020). A variação de 3,86% decorreu, principalmente, da evolução normal das Provisões Matemáticas que cresce em função dos juros atuariais e das contribuições recebidas e decresce pelos benefícios pagos pelo plano.

<b>Rubrica</b>	<b>R\$ mil</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>3.965.441</b>	<b>3.817.884</b>
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>3.430.878</b>	<b>3.301.139</b>
Benefícios a conceder	534.564	516.745

As Provisões Matemáticas diminuíram em termos reais (a variação do INPC no período foi de 10,16%). A redução real de 7,74% ocorreu em função do estágio de maturidade do plano BD, onde o total dos benefícios pagos é superior ao recebimento das contribuições, tendo sido impactadas por mudanças de hipóteses atuariais ocorridas em 2021, em especial a redução da taxa de juros atuarial de 5,25% para 5,00% e pelo índice de reajuste dos benefícios a partir de janeiro de 2022 inferior à variação observada do INPC de 2021. A regra de reajuste do plano atrela o reajuste dos salários de contribuição e benefícios do plano ao desempenho dos investimentos do ano, que importou em aplicação reajuste de 5,97%, que representa 58,71% da variação do INPC de 2021.

##### **Plano CV I**

O saldo das Provisões Matemáticas referente ao Plano CV I, em 31 de dezembro de 2021, totalizou R\$ 1.636.741 mil (R\$ 1.394.183 mil, em 2020). O crescimento de 17,40% decorreu, principalmente, do aporte de novas contribuições e de sua capitalização. Ressalte-se que o Plano CV I iniciou suas operações em maio de 2010:

<b>Rubrica</b>	<b>R\$ mil</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>1.636.741</b>	<b>1.394.183</b>
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>175.466</b>	<b>160.345</b>
Benefícios a conceder	1.461.274	1.233.838

As Provisões Matemáticas aumentaram em termos reais (a variação do IPCA no período foi de 10,06%). O aumento real de 6,67% ocorreu em função da modalidade de contribuição definida das provisões de benefícios a conceder, onde são mensuradas pelo somatório dos saldos de contas individuais dos participantes ativos, além do estágio de acumulação do plano CV I, onde o total dos benefícios pagos é inferior ao recebimento das contribuições.

## 5.7.1.2 Equilíbrio Técnico

### 5.7.1.2.1 Resultados Realizados

#### Plano BD

O déficit de R\$ 83.090 mil apresentado no Plano BD, em 31 de dezembro de 2021, foi decorrente da variação positiva dos investimentos no valor de R\$ 428.134 mil, deduzida do incremento das obrigações do plano no valor de R\$ 471.349 mil, do pagamento de benefícios e do repasse do custeio administrativo; além da constituição de contingências de R\$ 41.899 mil, conforme detalhado no quadro a seguir:

PLANO BD	R\$ mil
<b>RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2020</b>	<b>2.024</b>
<b>Fluxo Previdencial</b>	<b>(311.157)</b>
<b>Investimentos</b>	<b>428.134</b>
Custeio administrativo	(12.634)
Provisões Atuariais	(147.558)
Contingências	(41.899)
<b>RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2021</b>	<b>(83.090)</b>

#### Plano CV I

O superávit de R\$ 4.331 mil apresentado no Plano CV I, em 31 de dezembro de 2021, foi decorrente da variação positiva dos investimentos e do fluxo de contribuições líquido do pagamento de benefícios no valor de R\$ 256.112 mil e da variação negativa no valor de R\$ 256.729 mil explicada pelo incremento das obrigações do plano, fundos previdenciais e repasse do custeio administrativo, conforme detalhado no quadro a seguir:

PLANO CV	R\$ mil
<b>RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2020</b>	<b>4.948</b>
<b>Fluxo Previdencial</b>	<b>128.953</b>
<b>Investimentos</b>	<b>127.159</b>
Custeio administrativo	(6.939)
Provisões Atuariais	(242.557)
Fundos Previdenciais	(7.233)
<b>RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2021</b>	<b>4.331</b>

## 5.7.2 Fundos

### 5.7.2.1 Plano CV I - Fundos Previdenciais

O Plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências nos portfólios previdenciais mutualistas, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir: a) dos valores auferidos mensalmente

com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras; b) do saldo da conta de patrocinador relativo a participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e c) da recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. Desde exercício de 2020, a taxa de solvência atuarial aplicada sobre as contribuições individuais dos participantes ativos do plano CV I é 0,7%.

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para Benefícios de Risco cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referente à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras vertidas ao plano.

Os fundos previdenciais do Plano CV I totalizaram R\$ 51.917 mil (R\$ 44.683 mil, em 2020), sendo distribuídos entre Fundo de Solvência Atuarial – Portfólio Mutualista (R\$ 31.732 mil) e Fundo Mutualista para Benefícios de Risco (R\$ 20.185 mil).

Não consta em 31 de dezembro de 2021, fundo de natureza previdencial no Plano BD.

#### **5.7.2.2. Fundo Administrativo**

O Fundo de Custeio Administrativo é constituído pelas receitas oriundas dos custeios administrativos recebidos dos planos de benefício, resultado dos investimentos administrativos e receitas diretas da gestão administrativa, deduzidas das despesas e contingências administrativas. O Plano BD, no ano de 2021, destinou 7,0% (em 2020 7,0%), o Plano CV I 4,5% das receitas previdenciais (em 2020 4,5%), relativas às contribuições patronais e laborais de participantes ativos e assistidos e 2,7% incidente uma única vez sobre o saldo da conta individual do participante para o Plano CV I. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 132.084 mil (R\$ 112.780 mil, em 2020).

#### **5.7.2.3. Fundos para Garantia das Operações com Participantes**

##### **5.7.2.3.1. Plano BD**

Na posição de 31 de dezembro de 2021, registraram-se fundos no Plano BD no valor de R\$ 21.209 mil, sendo R\$ 20.131 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 1.078 mil de Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário (R\$ 18.736 mil, sendo R\$ 17.769 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 967 mil de Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário em 2020).

No exercício de 2021, foi utilizado R\$ 1.840 mil do Fundo para Garantia das Operações com Participantes em razão do falecimento de mutuários (R\$ 1.671 mil, em 2020). Em contrapartida, houve a constituição de R\$ 2.143 mil decorrentes do recebimento de contribuições (R\$ 2.205 mil, em 2020) e da rentabilidade do fundo de R\$ 2.059 mil (R\$ 2.327 mil, em 2020).

##### **5.7.2.3.2 Plano CV I - Fundo para Garantia das Operações com Participantes**

Na posição de 31 de dezembro de 2021, registrou-se fundo no Plano CV I no valor de R\$ 2.074 mil. No exercício de 2021, foram constituídos R\$ 424 mil, decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos e R\$ 153 mil, em virtude de sua rentabilidade e a utilização de R\$ 209 mil razão do falecimento de mutuário no período.

## 6. FATOS RELEVANTES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A segregação do Plano de Gestão Administrativa - PGA é estabelecida por meio da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, com a finalidade de identificar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa separadamente dos planos de benefícios, assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

O Conselho Deliberativo da Entidade estabeleceu como limite anual de recursos destinados pelos planos de benefícios para o PGA em 1% incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir, conforme artigo 6º da resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre os limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar. Apesar de o limite para cobertura das despesas administrativas da CAPEF atingir o valor de R\$ 57.621 mil, as despesas administrativas efetivas totalizaram R\$ 15.248 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 16.191 mil em 2020).

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ mil	
	2021	2020
Pessoal e Encargos	11.156	11.585
Treinamentos/Congressos e Seminários	35	78
Viagens e Estadias	1	9
Serviços de Terceiros	2.015	1.753
Despesas Gerais	983	1.470
Depreciação e Amortização	639	884
Tributos	419	412
<b>Fluxo Previdencial</b>	<b>15.248</b>	<b>16.191</b>

No que diz respeito ao registro da parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo no PGA, desde 2013, a CAPEF adotou como critério de rateio a proporcionalidade ao número de participantes e ao patrimônio de cada plano, tendo em vista ser a prática mais adotada pelas EFPC.

A Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, no seu anexo A - Normas Complementares, item II - Procedimentos Operacionais, subitem 6, ao final de cada mês, estabelece que a EFPC deve registrar nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Ressalta-se que essa participação não representa, para os planos previdenciais, um direito a receber, devendo ser observado o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo na Entidade. Para essa finalidade, as despesas são segregadas proporcionalmente ao quantitativo de participantes e ao patrimônio de cada plano de benefício.

O quadro a seguir detalha a participação de cada plano de benefício previdenciário no fundo administrativo, nas posições de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2021	2020
<b>Participação no Fundo Administrativo</b>	<b>132.084</b>	<b>112.780</b>
Plano BD	92.495	79.073
Plano CV	39.589	33.707

## 7. TRIBUTOS FEDERAIS

### 7.1. PIS/COFINS cobrados sobre Recursos destinados ao Custeio Administrativo

Em junho de 2006, a CAPEF impetrou um mandado de segurança a fim de evitar a incidência de contribuições para o PIS e COFINS sobre as suas receitas, por entender que o §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98



era inconstitucional. Em decisão liminar, o Juízo autorizou o depósito dos valores correspondentes às sobreditas contribuições, até uma resolução definitiva. Em setembro de 2013, certificou-se o trânsito em julgado da sentença que proveu a pretensão da CAPEF. Diante disso, a Entidade requereu o levantamento dos depósitos que fizera e permaneceu a não recolher contribuições para o PIS e COFINS sobre suas receitas.

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade ajuizou uma ação, em outubro de 2015, por meio do mandado de segurança, tombado sob o nº 0807082-95.2015.4.05.8100, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre o patrimônio que administra.

Em meados de novembro de 2015, a CAPEF obteve decisão liminar, autorizando-a a depositar judicialmente os valores correspondentes a esses tributos, em vez de recolhê-los diretamente à União.

No entanto, em julho de 2016, o Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará julgou a pretensão da CAPEF improcedente, por entender pela incidência das contribuições para o PIS e COFINS sobre o patrimônio que a Entidade administra. Não obstante isso, o Juízo autorizou a Entidade a permanecer realizando os depósitos judiciais dos tributos até a resolução definitiva da lide. Contra aquela sentença, a CAPEF interpôs recurso de apelação, no entanto, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF da 5ª R.) o desproveu, razão pela qual a Entidade interpôs recursos especial e extraordinários, os quais, atualmente, encontram-se pendentes de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), respectivamente.

Mensalmente, a Entidade vem efetuando esses depósitos, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação. Os depósitos efetuados pela CAPEF em 31 de dezembro de 2021 acumulam R\$ 8.653 mil.

## **7.2. Créditos Tributários provenientes do RET – Regime Especial de Tributação**

A princípio, a CAPEF apresentou pedido de compensação tributária junto à Secretaria da Receita Federal – SRF, relativamente à exclusão das contribuições extraordinárias da base de cálculo do Regime Especial de Tributação – RET, alusivas ao 4º trimestre de 2003 e ao ano de 2004, no valor de R\$11.111 mil.

O crédito tributário requerido foi utilizado pela CAPEF para compensar os recolhimentos tributários da Entidade durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008. Em contrapartida, em 2012, a SRF restituiu à CAPEF o valor de R\$ 1.415 mil (valor original de R\$ 732 mil), relativos ao RET do 1º, 2º e 3º trimestres de 2004, permanecendo pendentes os tributos relativos ao 4º trimestre de 2003 no valor de R\$ 8.646 mil (valor original de R\$ 3.642 mil).

Em 2015, a SRF restituiu à CAPEF o valor de R\$ 683 mil (valor original R\$ 321 mil), relativo ao RET do 4º trimestre de 2004. Não obstante as restituições anteriores, a SRF, em 2016, indeferiu, em última instância, o pedido de compensação da CAPEF. Com o indeferimento do seu pedido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, última instância no âmbito da SRF, resolveu efetuar a reversão do saldo correspondente ao crédito tributário, provisionar o total de débitos tributários originalmente compensados, atualizando-os pela SELIC, e a reconhecer a multa de 20%, tudo isso em obediência ao princípio da prudência.

Ainda em 2016, mais especificamente em dezembro, a CAPEF recolheu R\$ 19.800 mil e ajuizou uma ação anulatória de débito fiscal, cumulada com pedido de repetição de indébito, pretendendo o reconhecimento do seu direito de compensar o crédito tributário em questão. Essa ação se processa perante a 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, sob o nº 0076130-89.2016.4.01.3400, e ainda se encontra em primeira instância, não havendo, até o momento, sentença proferida.

Em abril de 2018, o Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília determinou que a CAPEF especifique as provas que pretende produzir para instruir o processo, de maneira pormenorizada. Após esse evento, a CAPEF aguarda a manifestação do perito nomeado acerca das petições juntadas aos autos, com as questões de prova pericial.

Todos os questionamentos citados acima referem-se ao Plano BD. O Plano CV I não possui demandas fiscais.

## 8. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 8.1. Ativo Contingente – OFND

Em 23/06/1986, o Poder Executivo Federal criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND por meio do Decreto-Lei Nº 2.228/86, cujo objetivo era captar recursos junto a investidores privados. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade de as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual, aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas, atualmente denominadas “provisões matemáticas”, nas “Obrigações” desse Fundo (OFND), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional).

Posteriormente, o Decreto-Lei Nº 2.383/87 alterou o Decreto-Lei Nº 2.228/86, modificando o indexador de atualização monetária dos valores investidos e as regras para sua utilização, acarretando desvantagens aos investidores. Em razão disso, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, desde o ano de 1991, ajuizou uma ação em nome de suas associadas em face da União, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES e do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, objetivando a observância dos expurgos inflacionários incidentes sobre a remuneração das OFND. Essa pretensão da ABRAPP foi julgada procedente e em 29/11/2010 a decisão transitou em julgado, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Atualmente, o processo judicial de que trata essa ação se encontra em fase de liquidação, em que se está apurando se a CAPEF manteve o ativo até a ocorrência dos expurgos inflacionários e, em caso afirmativo, qual o valor que deve ser ressarcido ao seu Plano de Benefícios Definido.

### 8.2. TAXA DE JUROS E ajuste na precificação de ativos - IMPACTOS

#### 8.2.1. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidente sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

#### 8.2.2. Taxa de Juros parâmetro

A taxa de juros parâmetro corresponde àquela, cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios. Os pontos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros Média e correspondentes taxas de juros parâmetro, bem como limites inferior e superior, a serem aplicados na avaliação de 2021 foram divulgados por meio da Resolução CNPC No. 30, de 10 de outubro de 2018, Instrução PREVIC no. 33, de 23 de outubro de 2020, e Portaria MPS/PREVIC/DIACE nº 228, de 20 de abril de 2021.

#### 8.2.3. Cálculo da Taxa de Juros Atuarial para o exercício de 2021

Para a definição da taxa de juros atuarial foram elaborados para cada um dos planos de benefícios, Plano de Benefício Definido – BD e Plano de Contribuição Variável I – CV I, o estudo técnico de convergência entre a hipótese de taxa de juros real anual e a taxa de retorno real anual projetada, o que resultou na recomendação e adoção da alteração da taxa de juros atuariais de 5,00% a.a. para o Plano BD e na manutenção da taxa de juros atuariais de 5,00% para o Plano CV I.

Para o plano BD a taxa de juros atuarial está dentro do intervalo definido pela Portaria MPS/PREVIC/DIACE nº 228, de 20 de abril de 2021, sendo de 3,23% a.a. o limite inferior e o superior de 5,01% a.a.

Para o plano CV I a taxa de juros atuarial também ficou dentro do intervalo legal (3,43% a.a. para o limite inferior e de 5,31% a.a. o limite superior).

A Resolução CGPC No. 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do

resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário estabelece também os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios. A citada norma traz a definição da taxa de juros, além dos critérios do ajuste de precificação que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculados com a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,00% para o Plano BD e para o Plano CV I e o valor contábil desses títulos (Ver Nota 5.3.1).

#### 8.2.4. Apuração de Resultados

O resultado do exercício de 2021 do plano BD foi apurado pelo regime de competência e resultou no déficit de R\$ 83.090 mil. Por sua vez, o plano CV I encontra-se em superavitário, apresentando resultado de R\$ 4.331 mil em sua parcela característica de benefício definido.

A Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018 estabelece critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/ utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula  $(duration - 4) \times 1\% \times Provisões\ Matemáticas$ . Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pelo menor valor entre 25% das provisões matemáticas e o resultado da seguinte fórmula  $(10\% + (duration \times 1\%)) \times Provisão\ Matemática$ .

A duration do passivo do plano BD é de 9,06 anos em 31/12/2021, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 5,06% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 19,06% das Provisões Matemáticas.

A duration do passivo do plano CV I é de 19,68 anos em 31/12/2021, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 15,68% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 25% das Provisões Matemáticas.

O equilíbrio técnico ajustado dos planos BD e CV I, bem como o índice de solvência, no final do exercício de 2021 encontram-se demonstrados a seguir.

Plano BD		2021
A) Cálculo dos Limites		R\$ Mil
a) Saldo Provisões Matemáticas (P.M) (conta 2.3.1.1.00.00.00)	R\$	3.965.441
<b>b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado</b>		
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)		5,06
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((a*b1)/100)*-1$	-R\$	200.651
<b>c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado</b>		
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)		19,06
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator $(a*c1)/100$	R\$	755.813
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(a*25\%)$	R\$	991.360
c.4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)	R\$	755.813
<b>B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>		
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.03.01.02)	-R\$	83.090
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo	R\$	63.821
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado	-R\$	19.269
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência		-0,49%

Plano CV I		2021
<b>A) Cálculo dos Limites</b>		<b>R\$ Mil</b>
a) Saldo Provisões Matemáticas - benefício definido estruturado em regime de capitalização (P.M - BD) (conta 2.3.1.1.01.02)	R\$	46.704
<b>b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado</b>		
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)		15,68
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((a*b1)/100)*-1$	-R\$	7.323
<b>c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado</b>		
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)		29,68
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator $(a*c1)/100$	R\$	13.862
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(a*25\%)$	R\$	11.676
c4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)	R\$	11.676
<b>B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>		<b>R\$ Mil</b>
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.03.01.02)	R\$	4.331
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo	R\$	11.338
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$	15.668
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência		33,55%

## 9. Considerações acerca da Pandemia COVID-19

Tendo em vista o cenário ainda instável para a resolução da crise sanitária advinda do COVID-19, a CAPEF manteve algumas medidas preventivas do seu Plano de Contingência em relação ao seu corpo funcional, como a adoção do regime de teletrabalho nos meses mais críticos de contaminação, à exceção de um reduzido número de empregados, necessários ao funcionamento de central de teleatendimento; a suspensão das viagens a serviço e do atendimento presencial nos períodos de pico do índice de positividade da doença; a restrição do acesso à Entidade, especialmente de parceiros e terceiros; além de orientar as equipes nas ações a serem adotadas caso apresentassem sintomas relacionado ao COVID-19.

Cumpramos ressaltar que durante este período de contingência, os processos da Capef não sofreram problemas de continuidade, inclusive, em relação ao cumprimento dos prazos legais e todas as informações a respeito das providências adotadas por esta Entidade foram apresentadas à PREVIC.

É importante destacar que, mesmo diante da crise causada pelo surto de COVID-19, a situação de liquidez de ambos os planos (BD e CV I) é confortável, ou seja, de acordo com as métricas mencionadas de acompanhamento de liquidez dos Planos, não há necessidade de liquidez imediata que obrigue a CAPEF a negociar ativos com potenciais perdas para tratar sobre eventual falta de recursos líquidos. O Plano BD possui capacidade de pagamento de benefícios no curto e longo prazo, atestadas pelos acompanhamentos periódicos de liquidez elaborados pela Capef. Sobre o Plano CV I, no que diz respeito à liquidez, por se tratar de um plano relativamente novo, conta com grande representatividade das contribuições relativas aos seus participantes ativos no seu fluxo de recebimento, com volume de obrigações atual bem inferior ao de contribuições, o que concede boa situação de liquidez no curto e longo prazo.

Por fim, cabe informar que, até 31 de janeiro de 2022, não houve ocorrências que requerem registros com impactos na situação patrimonial da CAPEF.

Fortaleza, 30 de março de 2022

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**SERGIO BRITO CLARK**  
Diretor de Administração e de Investimentos  
CPF 396.542.063-15

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

# **PARECERES**

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES EM  
RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO**

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL**

**PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL  
DO PLANO BD**

**PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL  
DO PLANO CV I**

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS  
DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAPEF

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021

**CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL -  
CAPEF**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021**

**Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

**Balço patrimonial consolidado**

**Demonstração das mutações do patrimônio social consolidado**

**Demonstração do plano de gestão administrativa consolidado**

**Demonstração do ativo líquido**

**Demonstração das mutações do ativo líquido**

**Demonstração das provisões técnicas**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**



Tel.: + 55 85 3244 1221  
Fax: + 55 85 3244 2480  
www.bdo.com.br

Av. Desembargador Moreira, 2120,  
Sala 707/708, Aldeota, Fortaleza, CE  
Brasil 60170-001

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da  
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF  
Fortaleza - CE

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF ("CAPEF" e/ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29), em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF e individual, por plano de benefícios, em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPCC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.





### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

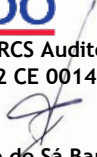
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 CE 001465/F-4

  
Tiago de Sá Barreto Bezerra  
Contador CRC 1 CE 024436/O-5

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO RELATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2021 DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAPEF**

Este Conselho, em sua 363ª Reunião realizada no dia 30 de março de 2022, em atendimento ao disposto no art. 17, inciso XI, da Resolução CNPC Nº 43, de 06/08/2021 e com base no art. 28, alínea “d” do Estatuto da Entidade, analisou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2021:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrações do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Relatórios dos Auditores Independentes; i
- i) Demonstrações Atuariais (Plano BD e Plano CV I);
- j) Pareceres Atuariais (Plano BD e Plano CV I); e
- k) Parecer do Conselho Fiscal.

Com base nos documentos citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes, Atuarh Consultoria Atuarial e Conselho Fiscal da Entidade complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Capef, o Conselho Deliberativo manifesta-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – Capef relativo ao encerramento do exercício de 2021 e determina a divulgação das referidas demonstrações, nos meios de comunicação da Entidade, em atendimento ao artigo 3º da Resolução do ME/CNPC Nº 32, de 4/12/2019 dentro do prazo estabelecido pela PREVIC, por meio do Relatório Anual de Informações da Capef, bem como a disponibilização aos participantes, beneficiários e assistidos por meio eletrônico ou encaminhados no prazo máximo de trinta dias, contados da data da formalização do pedido, conforme previsão dada pela referida resolução em seu artigo 10.

Fortaleza – Ceará, 30 de março de 2022.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2021**

Este Conselho, em sua 511ª Reunião realizada no dia 21 de março de 2022, em atendimento ao disposto no art. 17, inciso X, da Resolução CNPC Nº 43, de 06/08/2021 e em cumprimento ao art. 41 do Estatuto da Entidade, apreciou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2021:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstra es do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstra es da Muta o do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstra es das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis consolidadas;
- h) Relatórios dos Auditores Independentes;
- i) Demonstra es Atuariais (Plano BD e Plano CV I); e
- j) Pareceres Atuariais (Plano BD e Plano CV I).

Desta forma, com base nos documentos citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes e Atuarh Consultoria Atuarial, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Entidade, o Conselho Fiscal se manifesta favoravelmente   aprova o das Demonstra es Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – Capef relativo ao encerramento do exercício de 2021.

Fortaleza – Ceará, 21 de março de 2022.

**Genival Vila Nova**  
Presidente

**Leonardo da Hora Barreto**  
Vice – Presidente

**Wamberg Glaucon Chaves de Oliveira**  
Conselheiro

**Alison Ramon Santos e Silva**  
Conselheiro

D4Sign ac2c6321-b9a9-4c95-8bd3-93c1e95f73f3 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10 ,  2.



**Parecer da Avaliação Atuarial 2021 - Plano BD**  
**(CNPB nº 1967.0001-74)**

Parecer da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício  
de 2021 do Plano de Benefícios Definidos – Plano BD.

Fevereiro de 2022

atuarhconsultoria.com.br  
Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial – Edson Queiroz – 60.811-341 – Fortaleza – CE  
85 98819-0929 – contato@atuarhconsultoria.com.br

## 1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo de demonstrar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2021 do Plano de Benefícios Definidos – Plano BD, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF.

## 2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano BD encontra-se fechado para novos participantes desde 03/11/1999 e, nos termos da Resolução CNPC nº 41, de 9 de junho de 2021, é classificado na modalidade de benefício definido, uma vez que todos os benefícios do plano têm seus valores previamente estabelecidos e seu custeio determinado atuarialmente de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Na década de 1990, tendo em vista o significativo déficit atuarial apresentado pelo Plano BD, a Entidade sofreu, em 1997, processo de intervenção pelo órgão fiscalizador do sistema de previdência complementar. As medidas adotadas pelo interventor para o atingimento do equilíbrio atuarial do plano, normatizadas no regulamento do plano aprovado em 2002, foram questionadas na justiça pela maior parte dos participantes e, em conjunto com representantes do patrocinador, participantes e assistidos, a Entidade propôs novo regulamento para o Plano BD, aprovado em 30/12/2003. Tendo em vista a situação litigiosa vivenciada à época, a aplicação do novo regulamento não foi feita de forma automática, carecendo de manifestação individual de cada participante, quer mediante acordo judicial, no caso daqueles com litígio judicial com a CAPEF, quer via formalização de termo de adesão, para aqueles sem litígio judicial.

Dessa forma, no Plano BD há participantes vinculados a três regulamentos distintos, o regulamento de 1994 (BD0), de 2002 (BD1) e de 2003 (BD2), sendo que a grande maioria dos participantes está vinculada a este último regulamento, cuja última alteração ocorreu em 12/12/2013. No caso do BD0, em razão de decisões judiciais, há variantes do regulamento original sendo praticadas.

## 3. REGIMES FINANCEIROS E DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

A escolha do regime financeiro retrata a forma de financiamento utilizada para honrar os compromissos assumidos com o plano de benefícios. Cada benefício do plano deve possuir um regime financeiro específico que seja mais adequado às características de riscos associados. No Plano BD, são adotados os regimes financeiros de capitalização para o financiamento de todos os seus benefícios.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento. O método de financiamento adotado para o Plano BD é o do Prêmio Nivelado Individual para todos os benefícios.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano BD estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.



#### 4. CADASTRO

O cadastro utilizado nesta avaliação conta, na posição de **31/12/2021**, com 1.121 participantes ativos, 3.610 aposentadorias programadas, 152 aposentadorias por invalidez e 1.382 grupos de beneficiários de pensão.

A base utilizada na avaliação atuarial foi submetida a teste de validação e nenhuma inconsistência foi encontrada, não tendo sido necessário realizar qualquer ajuste nas informações recebidas. Destaque-se que, além do teste, o cálculo das provisões matemáticas é mensalmente realizado com base de dados atualizada, sendo essa base comparada com a do mês anterior.

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

#### 5. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais para a avaliação de 31/12/2021, a seguir relacionadas, foram escolhidas com base na boa prática atuarial, observando a legislação vigente sobre o tema e estão fundamentadas em Estudos de Aderência específicos.

Quadro 1 – Hipóteses atuariais adotadas na avaliação de 31/12/2020 e 31/12/2021

Hipótese	31/12/2020	31/12/2021
Tábua de Mortalidade Geral	RP-2000 Proj. 2020 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)	RP-2000 Proj. 2020 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPC FRACA	IAPC FRACA
Tábua de Entrada em Invalidez	Hunters suavizada em 85%.	Hunters suavizada em 85%.
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	Família observada	Família observada
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 90 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado	Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 99 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado
Indexador do Plano	(INPC) 3,5% a.a.	(INPC) 3,5% a.a.
Taxa Real Anual de Juros	5,25% a.a.	5,00% a.a.

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da CAPEF).

#### 6. DURATION

A metodologia de cálculo da duração (*duration*) do passivo do plano está definida na Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020. Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo previdencial do Plano BD da CAPEF, obtém-se a **duration do passivo de 9,06 anos**.

#### 7. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio, com vigência a partir de **01/01/2022**, apresenta a estimativa da estrutura de custos projetada para o exercício de 2022, de modo que seja preservada a solvência atuarial do Plano BD e detalha a forma de cálculo e o resultado percentual dos custos normais dos participantes ativos, a tabela de contribuição normal de participantes ativos (custeio) e o percentual de contribuição extraordinária dos assistidos.

3

### 7.1. CUSTO NORMAL

Para o exercício de 2022 o **Custo Normal** do plano foi quantificado em **13,72%** dos salários de contribuição, sendo **5,80%** destinado ao **custeio administrativo** do ano (o percentual de despesa administrativa de longo prazo, adotado no cálculo das provisões matemáticas, é de **4,89%**) e **11,03%** referente à **cobertura dos benefícios de risco** decorridos, a ser aplicado sobre o valor das contribuições dos participantes ativos na ocasião do resgate de contribuições.

Importa consignar que o resultado da soma da aplicação do percentual de custeio administrativo sobre os salários de contribuição, estimado para 2022, resulta inferior ao limite estabelecido no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da CAPEF, de 1,0% (um por cento) sobre os recursos garantidores, estando em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

### 7.2. CUSTEIO PARTICIPANTES ATIVOS

Considerando que o Custeio Normal dos participantes ativos do Plano BD de 15,41% revelou-se suficiente à cobertura dos custos normais futuros com despesas administrativas de 13,72%, foi recomendada, para o exercício de 2022, a manutenção da tabela de contribuições normais de participantes ativos aplicada em 2021 sobre os salários de contribuição, reproduzida no Quadro 2 adiante

Quadro 2 – Tabela de Contribuições Normais de Participantes Ativos do Plano BD para o Exercício de 2022

Salário de Contribuição	Alíquota de Contribuição <sup>(2)</sup>	Parcela a deduzir
Até 0,5 UBC <sup>(1)</sup>	2,6%	-
Acima de 0,5 UBC até 1 UBC	4,2%	0,0080 UBC
Acima de 1 UBC até 1,2 UBC	5,8%	0,0240 UBC
Acima de 1,2 UBC	12,6%	0,1056 UBC

Nota:

(1) UBC = Unidade Básica de Contribuição = R\$ 3.468,79 (R\$ 3.273,37 em 2021).

(2) Os percentuais referem-se apenas à parcela de responsabilidade dos participantes ativos, portanto não incluem as parcelas de responsabilidade dos patrocinadores.

### 7.3. CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS ASSISTIDOS

O Plano BD encerrou o exercício de 2020 com reserva de contingência de R\$ 2.024.177,27 não havendo, portanto, plano de equacionamento a ser proposto durante o ano de 2021 com efeito para o ano de 2022. Sendo assim, as contribuições extraordinárias dos aposentados e pensionistas aderentes ao Acordo de 2003 para o ano de 2023 fica mantida até o limite de 19,20%. Para os demais aposentados e pensionistas que não aderiram ao Acordo, as contribuições devem seguir os regulamentos a que estão vinculados ou de acordo com determinação judicial, quando for o caso.

Na avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2021, as provisões matemáticas do Plano BD totalizaram R\$ 3.965.441.415,66 que, comparado com o patrimônio de cobertura de R\$ 3.882.351.453,43, deixa o plano em situação deficitária de R\$ 83.089.962,23, que representa 2,10% das provisões matemáticas.

Ressalte-se que, essa situação não implica em obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento desse déficit durante o exercício de 2022, uma vez que o valor é inferior ao Limite



de Déficit Técnico Acumulado, de 5,06% das provisões matemáticas calculadas conforme estabelecido no caput do art. 59 da Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018:

Art. 29 Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

## 8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme pode ser observado no Quadro 3, as provisões matemáticas do Plano BD cresceram 1,63% em 2021 em relação ao valor contabilizado no encerramento do exercício de 2020. Descontada a variação do INPC de 10,16% observada no ano, o valor das provisões caiu 7,74%.

Quadro 3 – Resultado do Plano BD em 2020 e 2021

Rubrica	Valores em R\$			
	31/12/2020	31/12/2021	Variação Nominal	Variação Real
<b>(+) Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>3.819.907.809,00</b>	<b>3.882.351.453,43</b>	<b>1,63%</b>	<b>-7,74%</b>
<b>(-) Provisões Matemáticas</b>	<b>3.817.883.631,73</b>	<b>3.965.441.415,66</b>	<b>3,86%</b>	<b>-5,71%</b>
Benefícios Concedidos	3.301.138.661,86	3.430.877.650,78	3,93%	-5,66%
Benefícios a Conceder	516.744.969,87	534.563.764,88	3,45%	-6,09%
<b>(=) Superávit Técnico</b>	<b>2.024.177,27</b>	<b>-83.089.962,23</b>	<b>-4204,88%</b>	<b>-3826,29%</b>
Reserva de Contingência	2.024.177,27	-83.089.962,23	-4204,88%	-3826,29%

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

O Plano BD encontra-se em um estágio de maturidade, onde o total dos benefícios pagos é superior ao recebimento das contribuições, e tende a apresentar redução, em termos reais, no montante de suas obrigações atuariais. Entretanto, em 2021, ocorreram mudanças de hipóteses atuariais (redução de taxa de juros e aumento do tempo de postergação de aposentadoria) e redução da taxa de administração do plano que, em conjunto, elevaram as provisões em R\$ 53.118.402,63.

Por outro lado, a regra de reajuste do plano, que atrela o índice de reajuste do plano ao desempenho dos investimentos no exercício anterior, importou em reajuste de 5,97%, que representa 58,71% da variação do INPC de 2021, contribuindo para a redução real nas provisões de 7,74% no exercício.

## 9. EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e pela Instrução Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020, considerando a *duration* do passivo do Plano BD de 9,06 anos, para o caso de déficit técnico, o plano deve equacionar os déficits acima de 5,06% das Provisões Matemáticas e, para o caso de superávit, a distribuição deve ocorrer para os resultados acumulados acima de 19,06% das Provisões Matemáticas.

O valor do ajuste de precificação é apurado, conforme a citada resolução CNPC nº 30/2018, pela diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,00%, e o valor contábil desses títulos, tendo sido



observado, ainda, a capacidade financeira do plano em manter tais títulos até o vencimento atendendo às necessidades de liquidez do pagamento de seus benefícios futuros.

Dessa forma, o valor do ajuste de precificação do Plano BD, em 31/12/2021, resultou em R\$ 63.821.236,00. Assim, o Equilíbrio Técnico Ajustado do plano é deficitário em R\$ 19.268.726,23, que corresponde a 0,49% do total de suas provisões matemáticas.

## 10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Plano BD incorpora diversos mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais, tais como:

- i) fechado a novas adesões;
- ii) percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios não incorporados ao regulamento;
- iii) base para o cálculo do benefício e salário de contribuição desatrelados ao salário efetivo do participante ativo, sendo a evolução do salário de contribuição estabelecidos no regulamento do plano;
- iv) reajuste dos benefícios dos assistidos desvinculado do reajuste concedido pelo patrocinador;
- v) reajuste dos benefícios vinculados ao índice do plano, que é calculado com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, limitado a 100% e não inferior a 30% da variação do INPC do ano;
- vi) valores dos benefícios do plano desvinculados do valor do benefício pago pelo RGPS; e
- vii) valores dos benefícios do plano vinculados a valor de RGPS hipotético, reajustado pelo mesmo índice do plano.

Considerando esses mecanismos, os riscos atuariais associados ao Plano BD estão relacionados aos eventos biométricos de entrada em invalidez, mortalidade de inválidos e de mortalidade de válidos, grupo principal, cujas estimativas são expressas pelas tábuas atuariais, além de alteração na base cadastral, seja do grupo principal, seja de beneficiários do plano, grupo secundário. O plano também está exposto ao risco de mercado, sendo que a regra de reajuste do benefício, minimiza sobremaneira seu impacto. Além disso, o plano possui significativa parcela de seu patrimônio em títulos públicos marcados na curva com taxas superiores à taxa de juros atuariais.

Pelo exposto, os riscos atuariais existentes no Plano BD não são relevantes e estão mitigados pelos mecanismos presentes em sua arquitetura.

## 11. CERTIFICAÇÃO

No ano, o plano acumulou um déficit de R\$ 83.089.962,23, na posição de 31/12/2021, revertendo o resultado superavitário de R\$ 2.024.177,27 apresentado no encerramento do exercício anterior. O resultado negativo ocorreu, principalmente em função das mudanças de hipóteses atuariais ocorridas em 2021 (redução de taxa de juros e aumento do tempo de postergação de aposentadoria), que foi suavizada pela redução da taxa de administração do plano, cujo impacto conjunto importou em R\$ 53.118.402,63. Contribuiu ainda a para o resultado negativo do ano, o aumento das provisões contingenciais ocorridas no exercício.

Conforme já ressaltado, o desempenho dos investimentos do plano inferior à meta atuarial para o exercício não impactou diretamente no resultado deficitário do ano, uma vez que o índice de reajuste ficou atrelado à rentabilidade observada, conforme estabelecido no regulamento do plano.

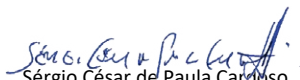


A apuração dos valores das obrigações previdenciais do plano e de seu custeio foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais adequadas às características do plano de benefícios, nas formulações contidas na Nota Técnica Atuarial do Plano e de acordo com as normas em vigor e melhores práticas atuariais, tendo sido utilizado dados cadastrais de participantes consistentes.

Em nossa opinião, as Provisões Matemáticas do Plano BD, na posição de 31/12/2021, de R\$ 3.965.441.415,66, retratam adequadamente as obrigações previdenciais do plano e a situação do plano precisa ser observada em exercícios futuros.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 1 de fevereiro de 2022.

  
Sérgio César de Paula Cardoso  
Atuário - MIBA N° 2.285



## **Parecer da Avaliação Atuarial 2021 - Plano CV I**

Parecer da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2021 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I.

Fevereiro de 2022

atuarhconsultoria.com.br  
Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial - 60.811-341 – Fortaleza – CE  
85 98819-0929 – contato@atuarhconsultoria.com.br



## 1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo apresentar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2021 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF. O Plano CV I foi aprovado em 25/03/2010 e teve suas operações iniciadas no dia 19/05/2010, quando recebeu suas primeiras contribuições.

## 2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano CV I é classificado na modalidade de contribuição variável nos termos da Resolução CNPC nº 41, de 9 de junho de 2021, uma vez que os benefícios programados do plano apresentam características de ambas as modalidades, de contribuição definida, na fase de acumulação e na fase inicial de recebimento do benefício, e de benefício definido, na fase final do recebimento do benefício. Ressalte-se que o benefício de aposentadoria programada é fruído em duas fases distintas pelo participante: na fase individual de renda certa a prazo certo (prazo determinado), com benefício mensurado em quotas, e na fase coletiva (mutualista) de renda vitalícia, com benefício expresso em moeda corrente.

## 3. REGIMES FINANCEIROS E DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

No Plano CV I, são adotados os regimes financeiros de capitalização e de repartição de capital de cobertura para o financiamento de seus benefícios.

Para o custeio dos benefícios programados, é adotado o regime financeiro de capitalização e, para os benefícios não programados, o regime de repartição de capital de cobertura. Destaque-se que parcela dos benefícios não programados é custeada pelo saldo da Conta do Participante, financiado pelo método de Capitalização Individual.

O regime de repartição de capital de cobertura caracteriza-se por constituir provisões somente na concessão dos benefícios. No Plano CV I, a cobertura da parcela dos benefícios não programados, estruturados sob esse regime, é realizada a partir da transferência de recursos do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos para a conta individual do participante na ocasião da concessão do benefício não programado.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante e, no caso do Plano CV I, de forma individual, conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano CV I estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

## 4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Nessa seção serão apresentadas as hipóteses adotadas nesta avaliação em comparação com as adotadas no exercício anterior (Quadro 1). As hipóteses foram escolhidas com base na boa prática atuarial e respeitando a legislação vigente sobre o tema e estão fundamentadas em Estudos de Aderência específicos.

Quadro 1 – Hipóteses atuariais adotadas na avaliação de 31/12/2020 e 31/12/2021

Hipótese	31/12/2020	31/12/2021
Tábua de Mortalidade Geral	RP-2000 Proj. 2020 Segmentada por sexo (Suavizada 10%)	RP-2000 Proj. 2020 Segmentada por sexo (Suavizada 10%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPC Fraca	IAPC Fraca
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (Suavizada em 85%)	Muller (Suavizada em 85%)
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	Cônjuge dois anos mais jovem	Cônjuge dois anos mais jovem
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio.	Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio.
Indexador do Plano	(IPCA) 3,5% a.a.	(IPCA) 3,5% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	Regras dos planos de cargo dos patrocinadores e hipóteses de progresso de função	Regras dos planos de cargo dos patrocinadores e hipóteses de progresso de função
Taxa Real Anual de Juros	5,00% a. a.	5,00% a. a.

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da CAPEF).

## 5. CADASTRO

A posição da base cadastral utilizada nesta avaliação é a de 31/12/2021, e considera 6.130 participantes, sendo 5.739 ativos (145 estão suspensos), 337 benefícios programados, sendo 330 aposentados e 7 grupos de pensão, e 54 benefícios não programados, sendo 10 aposentados por invalidez e 44 grupos de pensão.

A base utilizada na avaliação atuarial foi submetida a teste de validação e nenhuma inconsistência foi encontrada, não sendo necessário realizar qualquer ajuste nas informações recebidas. Os resultados detalhados dos testes encontram-se no “Relatório de Análise e Validação da Consistência dos Dados Cadastrais – Plano CV I”. Além do teste, destaque-se que a base de dados cadastrais utilizada no cálculo das provisões matemáticas de benefício concedido é mensalmente atualizada e a nova base de dados é comparada com a base de dados do mês anterior, sendo as alterações confirmadas com a Gerência de Previdência (Geprev) da CAPEF. Por fim, as provisões matemáticas de benefício a conceder são calculadas em função dos saldos individuais de cada participante (informados pela Geprev) sendo sua consistência verificada nos registros contábeis do plano.

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

## 6. DURATION DO PASSIVO

A metodologia de cálculo da duração (*duration*) do passivo do plano está definida na Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020. Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo de benefício concedido do Plano CV I da CAPEF, obtém-se a **duration do passivo de 19,68 anos**.



## 7. PLANO DE CUSTEIO

No Plano CV I, os custos dos benefícios programados e não programados (de risco) são individualmente calculados para cada Participante Ativo, por ocasião de seu ingresso no plano e em cada avaliação atuarial anual.

O custo de administração do plano é rateado entre taxa de carregamento de participante ativo (definida como taxa de administração no regulamento do plano) e taxa de administração de assistido. Para o exercício de 2022, a taxa de administração de participante, que incide sobre a contribuição individual do ativo, inclusive quando pagas com recursos portados, foi reduzida para 4,25%, sendo mantida a taxa de administração de assistido, que incide uma única vez sobre o saldo da conta individual na concessão do benefício, em 2,70%.

As taxas de custeio administrativo para o Programa de Gestão Administrativa (PGA) da CAPEF foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, em sua 351ª Reunião Ordinária, ocorrida em 27/10/2021, fundamentado em estudo de solvência do Fundo Administrativo do PGA, elaborado a partir dos fluxos projetados de contribuições e despesas administrativas até o ano de 2107. O estudo evidenciou que o fundo do PGA é solvente com as taxas aprovadas e, segundo o regulamento do PGA da CAPEF, novo estudo de solvência do PGA está previsto para ser realizado a cada dois anos.

A taxa total de contribuição do Plano CV I para o ano de 2022 foi estimada em 16,40% (para 2021, a estimativa era de 16,64%), sendo que a taxa de contribuição sobre a totalidade do salário de participação perfaz 8,21% (8,34% para 2021) para os participantes, incluindo contribuição de autopatrocinados de 0,02%, e de 8,19% (8,30% para 2021) para os patrocinadores.

Em uma perspectiva coletiva de longo prazo, com a redução gradativa das contribuições extraordinárias futuras em virtude da aposentadoria dos “participantes fundadores” do plano, a taxa de contribuição média agregada do Plano CV I convergirá para uma taxa de contribuição menor, próxima ao limite da contribuição normal de 15% (7,5% do participante e 7,5% do patrocinador).

Para tornar o processo de inscrição dos patrocinadores (BNB e Capef) mais simples e ágil, os novos participantes desses patrocinadores poderão ser admitidos no plano com a taxa de 15% (7,5% do participante e 7,5% do patrocinador). A taxa de contribuição inicial de admissão no plano terá validade até o término do exercício em que for feita a inscrição, quando ocorre a revisão de custeio anual.

## 8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme pode ser observado no Quadro 2, as provisões matemáticas do Plano CV I cresceram 17,40% em 2021 em relação ao encerramento do exercício de 2020. Descontada a variação do IPCA do período de 10,06%, o crescimento real das provisões foi de 6,67%. As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder no Plano CV I são da modalidade de contribuição definida e são mensuradas pelo somatório dos saldos das contas individuais dos participantes ativos do plano. O crescimento ocorreu, principalmente, em função das contribuições aportadas por participantes e patrocinadores em 2021 e da rentabilidade dos investimentos no período de 8,52%.

Quadro 2 – Resultado do Plano CV I em 2020 e 2021

Rubrica	Valores em R\$			
	2020	2021	Varição Nominal	Varição Real
<b>(+) Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>1.399.130.829,86</b>	<b>1.641.071.465,70</b>	<b>17,29%</b>	<b>6,57%</b>
<b>(-) Provisões Matemáticas</b>	<b>1.394.183.257,53</b>	<b>1.636.740.635,84</b>	<b>17,40%</b>	<b>6,67%</b>
<b>Contribuição Definida</b>	<b>1.355.933.742,48</b>	<b>1.590.036.912,82</b>	17,27%	6,55%
Benefícios a Conceder	1.233.837.766,26	1.461.274.256,03	18,43%	7,61%
Benefícios Concedidos	122.095.976,22	128.762.656,79	5,46%	-4,18%
<b>Benefício Definido</b>	<b>38.249.515,05</b>	<b>46.703.723,02</b>	22,10%	10,94%
Benefícios Concedidos	38.249.515,05	46.703.723,02	22,10%	10,94%
<b>(=) Resultado do Exercício</b>	<b>4.947.572,33</b>	<b>-616.742,47</b>	<b>-12,47%</b>	<b>-111,33%</b>
<b>(=) Superávit Técnico</b>	<b>4.947.572,33</b>	<b>4.330.829,86</b>	<b>-12,47%</b>	<b>-20,47%</b>
Reserva de Contingência	4.947.572,33	4.330.829,86	-12,47%	-20,47%

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Caepf).

A parcela das provisões matemáticas na modalidade de benefício definido é a única do plano exposta a desequilíbrios atuariais. Em 2021, o resultado foi deficitário de R\$ 616.742,47 e proveio, principalmente, do resultado dos investimentos de 8,52%, que ficou abaixo da meta previdenciária de 15,56%. Esse resultado do exercício deixou o plano com superávit de R\$ 4.330.829,86 na posição de 31/12/2021.

## 9. EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e pela Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020, considerando a *duration* do passivo do Plano CV I de 19,68 anos, o limite do Plano CV I para o caso de déficit técnico é de 15,68% das Provisões Matemáticas e, para o caso de superávit, de 25% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

O valor do ajuste é apurado, conforme a citada resolução CGPC nº 30/2018, pela diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,00%, e o valor contábil desses títulos.

Dessa forma, o valor do ajuste de precificação do Plano CV I, em 31/12/2021, resultou em R\$ 11.337.558,00. Assim, o Equilíbrio Técnico Ajustado do plano aumentou neste exercício para R\$ 15.668.387,86, que corresponde a 33,55% do total das provisões matemáticas de benefício definido.

## 10. FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

O Fundo de Solvência Atuarial do Plano CV, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído, segundo o Regulamento do plano, a partir dos seguintes valores:

- i) Valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano;
- ii) Valor correspondente ao saldo da conta de patrocinador relativo a Participante Ativo que, ao se desligar da patrocinadora, tenha optado pelo instituto do resgate; e



- iii) Valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do Participante Assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

Ocorrendo insuficiência atuarial concernente aos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente do Plano CV I, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano.

No Quadro 3 pode ser observado o demonstrativo da variação desse fundo em 2021. Em relação ao encerramento de 2020, o saldo do fundo cresceu 8,84% em quotas e 18,00% em reais, e representa 1,94% (1,92% em 2020) do total das provisões matemáticas do plano. Para 2022, não há previsão de utilização de recursos do Fundo de Solvência Atuarial.

Quadro 3 – Movimentação do Fundo de Solvência Atuarial em 2021

Fundo de Solvência Atuarial	Em quotas	Em R\$
<b>(+) Saldo em 31/12/2020</b>	<b>9.073.842,12</b>	26.890.621,12
(+) Recursos recebidos	802.233,93	4.841.399,58
(-) Recursos utilizados	-	-
<b>(=) Saldo em 31/12/2021</b>	<b>9.876.076,05</b>	31.732.020,70

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

O Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, tem a finalidade de prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano.

Conforme demonstrado no Quadro 4, em 2021, o saldo do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos cresceu 4,83% em quotas e 13,44% em reais. No ano, foram utilizadas 351.806,69 quotas (55,84% das quotas constituídas no ano) para o pagamento de capitais complementares referentes às concessões dos benefícios de risco. Para 2022, não há previsão de utilização de recursos desse fundo além dos aportes recebidos no ano.

Quadro 4 – Movimentação do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos em 2021

Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos	Em quotas	Em R\$
<b>(+) Saldo em 31/12/2020</b>	<b>6.003.874,79</b>	17.792.674,82
(+) Recursos recebidos	630.064,11	3.492.030,59
(-) Recursos utilizados	351.806,69	1.100.094,82
<b>(=) Saldo em 31/12/2021</b>	<b>6.282.132,21</b>	20.184.610,59

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

Na posição de 31/12/2021 o balanço patrimonial do Plano CV I registrou ainda dois fundos não previdenciais – Participação no Fundo de Gestão Administrativa e Fundos de Garantia EAP (consolidado) – com destinações específicas. A participação do Plano CV I no fundo de gestão administrativa totaliza R\$ 39.589.160,45 (R\$ 33.707.043,34 em 2020). O Fundo de Gestão Administrativa é destinado a cobrir despesas administrativas futuras da Entidade na administração dos planos. O Fundo de Garantia EAP (consolidado) conta com o saldo de R\$ 2.073.518,98





(R\$ 1.705.861,77 em 2020) destinados à cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes em caso de morte do participante durante a vigência do contrato.

## 11. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

As obrigações do Plano CV I em contas individuais são avaliadas em quotas e, por isso, apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais. Essas obrigações, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder de participantes ativos e à fase de renda certa a prazo certo dos benefícios concedidos de aposentadoria programada a participantes assistidos, totalizaram, no encerramento do exercício de 2021, R\$ 1.590.036.912,82 (R\$ 1.355.933.742,48 em 2020) e representavam 97,15% (97,26% em 2020) do total das provisões matemáticas.

Já as obrigações previdenciais relativas aos capitais complementares de morte e invalidez e aos benefícios concedidos prestados em fase de renda vitalícia são mutualistas e avaliadas em moeda corrente, podendo eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais, caso as hipóteses atuariais utilizadas no plano não se confirmem no futuro. Dessa forma, os riscos atuariais do Plano CV I estão restritos a esses portfólios.

Para mitigar os riscos atuariais, o Plano CV I conta com dois fundos previdenciais. Ocorrendo insuficiência atuarial, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, cujo saldo em 31/12/2021 totaliza R\$ 31.732.020,70 (saldo de R\$ 26.890.621,12 em 31/12/2020), com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano. O Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, cujo saldo em 31/12/2021 totaliza R\$ 20.184.610,59 (saldo de R\$ 17.792.674,82 em 31/12/2020), tem o objetivo de prover o pagamento de capitais complementares, nos casos de invalidez ou óbito do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

O Plano CV I incorpora ainda outros mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais dos portfólios mutualistas, tais como: i) a concessão de benefícios na fase de renda vitalícia com valor inicial igual ao valor do benefício previsto para pagamento no último mês da fase de renda certa a prazo certo, sendo este pagamento pautado por quotas; e ii) os índices de reajuste dos benefícios de renda certa a prazo certo utilizam o mecanismo de quota, sendo que, para os vitalícios, são calculados com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, limitada a 100% e não inferior a 30% da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no ano.

Em 31/12/2021, as provisões matemáticas dos benefícios concedidos não programados (aposentadoria por invalidez, pensão de ativo e de inválido) e programados (aposentadoria programada na fase de renda vitalícia), parcela da obrigação do plano exposta a riscos atuariais, totalizavam R\$ 46.703.723,02 (R\$ 38.249.515,05 em 31/12/2020).

Pelo exposto, os riscos atuariais existentes no Plano CV I não são relevantes e estão mitigados pelos mecanismos presentes em sua arquitetura.

## 12. CERTIFICAÇÃO

Os desequilíbrios atuariais nos planos de benefícios podem ter natureza conjuntural, quando originados de fatores sazonais ou ocasionais, que estão sujeitos à reversão no curto prazo. Quando a origem dos desequilíbrios é de fatores mais estáveis, com baixa probabilidade de reversão em curto ou médio prazo, eles são classificados como de natureza estrutural.

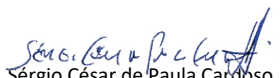


O Plano CV I encerrou o exercício com superávit acumulado de R\$ 4.330.829,86 sendo que, no exercício, o resultado foi deficitário em R\$ 616.742,47 e proveito, principalmente, do resultado dos investimentos abaixo da meta previdenciária, de 15,56%.

A apuração dos valores das obrigações previdenciais do plano e de seu custeio foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais adequadas às características do plano de benefícios, nas formulações contidas na Nota Técnica Atuarial do Plano e de acordo com as normas em vigor e melhores práticas atuariais, tendo sido utilizado dados cadastrais de participantes consistentes. Em nossa opinião, as Provisões Matemáticas do Plano CV I, na posição de 31/12/2021, de R\$ 1.636.740.635,84, retratam adequadamente as obrigações previdenciais do plano e a situação de equilíbrio aponta o estado de solvência econômica do plano.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 9 de fevereiro de 2022.

  
Sérgio César de Paula Cardoso  
Atuário - MIBA N° 2.285

# **SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

**PLANO BD**

**PLANO CV I**

**PLANO PGA**

# SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD

## PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E OS LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A Capef utiliza como base técnica para definição da alocação e limites por segmento de aplicação, as seguintes análises: i) estudo técnico de simulação de carteiras na fronteira eficiente, formulado com base nas seguintes premissas: a) projeções dos indicadores de mercado, b) volatilidade dos segmentos, c) parâmetros de risco preestabelecidos, d) restrições de alocações e, e) limites legais. O resultado do estudo apresentou sugestões de intervalos de alocação para cada segmento levando em conta a melhor relação risco x retorno para o plano; ii) Seminário de Investimentos e Benefícios para consolidação dos cenários projetados para o próximo ano.

Baseado nesses estudos técnicos e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios Definidos, concluiu-se pela **proposta de alocação dos ativos do Plano BD para os próximos 5 anos**, revisada anualmente, conforme demonstrada a seguir:

SEGMENTOS	Res. 4.661 Teto (%)	Posição atual CAPEF (BD) em 29/10/2021 (%)	Previsão de Alocação (%)	Limites por segmento de aplicação	
				Inferior %	Superior %
RENDA FIXA	100	85,58	76	68	100
RENDA VARIÁVEL	70	3,36	5	0	6
ESTRUTURADOS	20	0,16	2	0	3
IMOBILIÁRIO		6,14			
Imóveis	20	5,48	8	0	8
Fundos Imobiliários		0,66			
OP. COM PARTICIPANTES	15	2,08	3	0	5
INV. NO EXTERIOR	10	2,69	6	0	10

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 4.661, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

## RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

### a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa:

- limitar em 1,0% do patrimônio do Plano BD as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 5.8.1 desta Política, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 10,0% do total dos investimentos do Plano BD as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 5.8.1 desta Política;

- não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive por meio de fundos de investimentos (não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta);
- não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 20 maiores, definido pelo ranking do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 10 anos;
- não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da 21ª colocação no ranking do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido. Vale salientar que a alocação em ativos de crédito privado só é executada após análise interna quantitativa e qualitativa do emissor do ativo a ser investido.
- não aplicar em instituições financeiras que estejam desenquadradas com relação ao índice de Basileia..

**b. Restrições para o Segmento de Renda Variável**

- não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02)..

**c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados**

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661/2018 e suas alterações subsequentes.

Em se tratando de FIPs, deverão ser observados também:

- Não investir em veículos cujos gestores não possuam histórico de performance na gestão de ativos private equity.

**d. Restrições para o Segmento Imobiliário**

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661/2018 e suas alterações subsequentes.

**e. Restrições para o Segmento Operações com Participantes**

- As restrições referentes a este segmento estão definidas na Política de concessão de empréstimos a participantes e na Política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

**f. Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior**

**Fundos de Investimentos em Renda Fixa:**

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;
- não aplicar em fundos de renda fixa no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional no mercado internacional.

**Fundos de Investimentos em Ações:**

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial.

## META DE RENTABILIDADE POR PLANO E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Toda análise para investimento inicial deve considerar, como custo de oportunidade, a meta atuarial do plano. Ademais, a rentabilidade de cada segmento deve ser acompanhada pelos seus respectivos índices de referência ou benchmarks. Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflète a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes de até 12 meses, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta reflète a expectativa de rentabilidade de longo prazo (superior a 5 anos), dos investimentos realizados em cada um dos segmentos.

Além da meta do plano de INPC + 5,00% a.a., a entidade trabalha com índices de referência, ou benchmarks para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

### a. Renda Fixa

Seguem os critérios:

- O segmento de Renda Fixa tem como meta de rentabilidade e benchmark a Meta Atuarial do Plano.
- O fundo Fortaleza Multimercado tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark 105% da meta atuarial.

### b. Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a variação do Ibovespa + 1 pp/ano.

### c. Imobiliários

O segmento imobiliário tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a média ponderada dos benchmarks das carteiras de imóveis e fundos imobiliários, conforme descritos abaixo:

- Carteira de imóveis: tem como benchmark superar a mediana de dividend yield (calculado em relação ao valor patrimonial) dos fundos imobiliários, do segmento lajes comerciais, que compõem o índice IFIX, visto esse segmento ser o mais aderente ao perfil dos imóveis que compõem a carteira própria.
- Fundos Imobiliários: tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark superar a variação do IFIX + 0,5 pp/ano

### d. Operações com Participantes

A carteira de operações com participantes tem como meta de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das operações com os participantes são definidas na Política de empréstimo da entidade que engloba as regras para contratação dos EAPs - Empréstimos a Participantes, bem como na Política de reestruturação da carteira financiamento imobiliário.

### e. Estruturados

O segmento de estruturados tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark meta atuarial + 1pp/ano.

### f. Investimentos no Exterior

Para o segmento de investimentos no exterior a meta de rentabilidade será a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark meta atuarial + 1pp/ano.

## TAXA MÍNIMA ATUARIAL

Em 2018, o Conselho Nacional de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MF/CNPC nº 30, de 10/10/2018, revogando a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios, estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria PREVIC nº

228, de 20.04.2021), compreendido entre 3,23% e 5,01%, sendo definida em função da duration do Plano BD que é de 9,09 anos (demonstrações atuariais de 2020).

De acordo com o estudo de adequação da taxa de juros, com base nos resultados projetados das rentabilidades anuais, compreendidas entre 2021 e 2107, a taxa interna de retorno (TIR) dos investimentos do Plano BD é de 5,33% ao ano, superior à taxa de juros adotada no plano de 5,25%.

Considerando que a meta atuarial vigente de 5,25%, assim como a TIR estimada do Plano BD de 5,33% a.a. encontram-se acima do limite superior estabelecido pela PREVIC para o ano de 2021, limite este que é consistente com um cenário de redução das taxas de juros, foi recomendada a redução da hipótese da taxa anual de juros para 5,00%.

A sugestão de alteração da taxa de juros de 5,25% para 5,00% foi apreciada pelo Conselho Fiscal, que emitiu parecer favorável sobre as hipóteses do Plano BD, na 500ª reunião de 13/09/2021, e aprovada pelo Conselho Deliberativo na sua 350ª reunião ocorrida em 24/09/2021.

Para o total de ativos do Plano BD, a rentabilidade a ser alcançada para o ano de 2022, é INPC + 5,00% a.a. (Proposta de Ação Administrativa Operacional 2021/440, de 20/09/2021). O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido do plano.

#### **OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS**

A Entidade utiliza o mercado de derivativos com o objetivo de proteção do valor de uma posição ativa ou de uma posição passiva contra possíveis variações futuras de um determinado ativo ou passivo.

Para as posições direcionais sem a finalidade de hedge serão observadas as seguintes restrições:

- o depósito de margem limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações da carteira de investimentos;
- o valor total dos prêmios de opções pago será limitado a 5%, do patrimônio da carteira do plano;
- fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 3% considerando o período de um ano.

Todas as operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

#### **DIRETRIZES PARA OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA (ASG),**

A Capef vem adotando diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, tais como:

- fortalecer o trato da responsabilidade social e ambiental nos processos de planejamento, de gestão e operacionais;
- desenvolver parcerias e compartilhar experiências com outras organizações para promoção da responsabilidade social e ambiental e o fortalecimento da transparência;
- considerar os mais modernos requisitos de sustentabilidade nas suas instalações e atividades administrativas, contribuindo com a preservação do meio ambiente;
- utilizar fontes renováveis na geração própria de energia.

Ademais, a Entidade entende que os integrantes do mercado financeiro, bem como os agentes econômicos de forma geral, devem buscar métodos que minimizem impactos sociais e ambientais negativos em suas atividades. Nesse intuito, conforme especificado em seu Manual de Investimentos, a Entidade incorpora questões relacionadas às práticas ASG (Ambiental, Social e Governança), no processo de seleção de novos ativos de investimentos, em especial, na avaliação da capacidade do gestor terceirizado em integrar aspectos ASG na gestão de investimentos. Em se tratando de investimentos em FIPs, um dos critérios especificados no referido Manual de investimentos, é que nesse tipo de investimento o gestor incorpore, de alguma forma, fatores ASG na aquisição de suas empresas alvo.

## **RISCO**

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se “por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios”.

Na Capef, o risco de mercado é tratado conforme descrito na Política de Gestão de Risco, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias uteis de parâmetro:

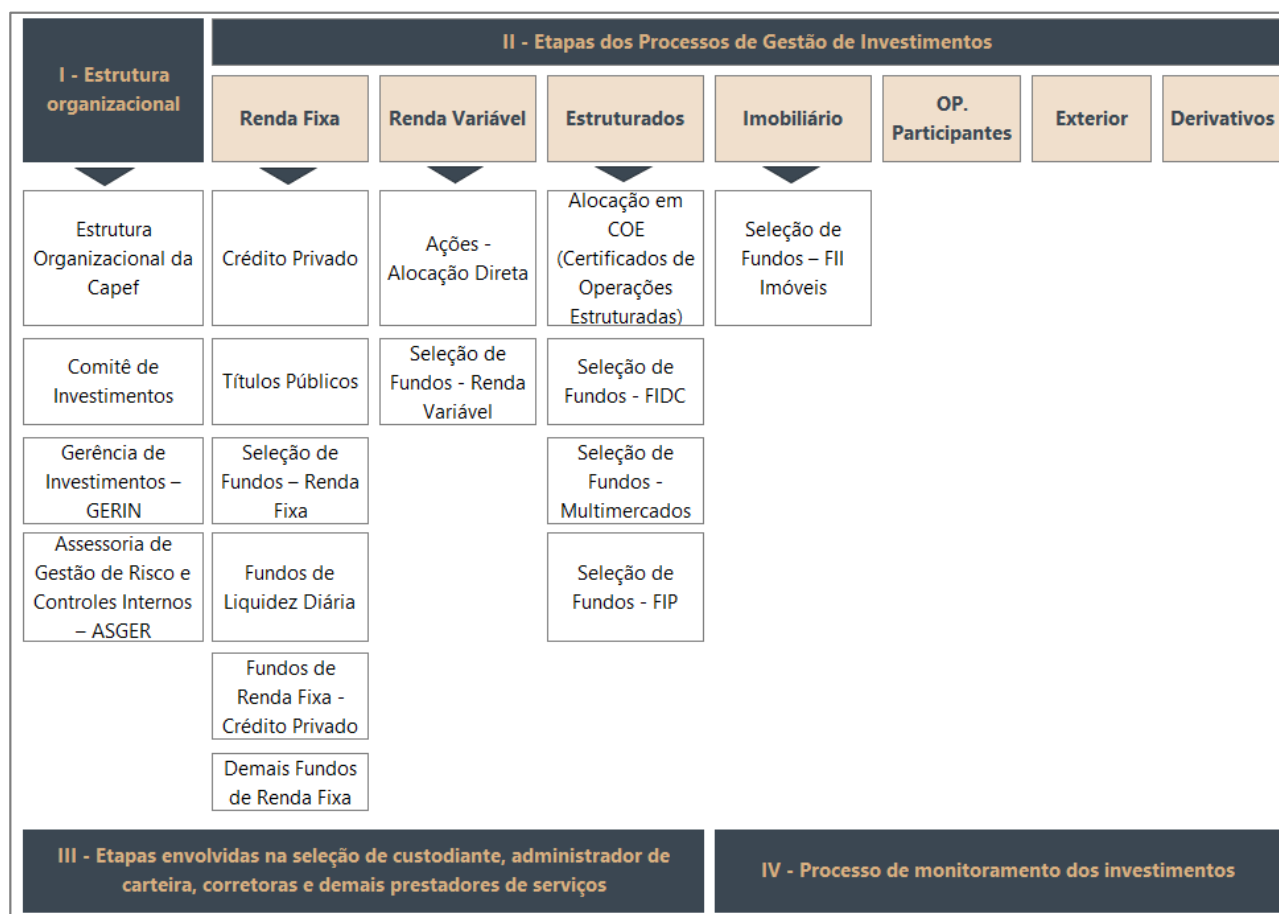
- Renda Fixa marcado na curva: não se aplica;
- Renda Fixa marcado a mercado: até 8,74%, baseado na Volatilidade média do IMA-B 5+ dos últimos 5 anos.
- Investimentos Estruturados: até 4,75% baseado na Volatilidade média do índice de Multimercados da ANBIMA - IHFA dos últimos 5 anos.
- Renda Variável: até 22,46%, baseado na Volatilidade média do Ibovespa, dos últimos 5 anos.
- Imobiliários: até 5,69% baseado na Volatilidade média do índice IFIX dos últimos 5 anos.
- Investimentos no Exterior: até 10,99%, baseado na Volatilidade média dos Índices Dow Jones e S&P 500 dos últimos 5 anos.

## **PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE FUNDO DE INVESTIMENTO**

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de ativos, gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento “Manual de Investimentos” da Entidade aprovado pelo Comitê de Investimentos.

O Manual de Investimentos compreende quatro principais temas: I - Estrutura Organizacional; II - Etapas dos Processos de Gestão de Investimentos; III - Etapas envolvidas na seleção de custodiante, administrador de carteira, corretoras e demais prestadores de serviços; e IV - Processo de monitoramento dos investimentos. Cada tema possui regras e critérios que precisam ser observados na seleção e monitoramento de ativos e prestadores de serviços. A Seguir segue quadro resumo:





## CÓDIGO DE ÉTICA

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da Capef, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da Capef foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da Capef com vistas a garantir sua transparência na gestão, dirimir situações de conflito de interesse, e consolidar a imagem ética da entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

# SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CVI

## PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E OS LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A Capef utiliza como base técnica para definição da alocação e limites por segmento de aplicação, as seguintes análises: i) estudo técnico de simulação de carteiras na fronteira eficiente, formulado com base nas seguintes premissas: a) projeções dos indicadores de mercado, b) volatilidade dos segmentos, c) parâmetros de risco preestabelecidos, d) restrições de alocações e, e) limites legais. O resultado do estudo apresentou sugestões de intervalos de alocação para cada segmento levando em conta a melhor relação risco x retorno para o plano. ii) Seminário de Investimentos e Benefícios para consolidação dos cenários projetados para o próximo ano.

Baseado nesses estudos técnicos e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios, concluiu-se **pela proposta de alocação dos ativos do Plano CV I para os próximos 5 anos**, revisada anualmente, conforme demonstrada a seguir:

### ALOCAÇÃO DE ATIVOS PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

SEGMENTOS	Res. 4.661 Teto (%)	Posição atual CAPEF (CV I) em 29/10/2021 (%)	Previsão de Alocação (%)	Limites por segmento de aplicação	
				Inferior %	Superior %
RENDA FIXA	100	67,2	51	43	100
RENDA VARIÁVEL	70	12,20	15	0	20
ESTRUTURADOS	20	4,91	11	0	11
IMOBILIÁRIO	20	3,94	6	0	6
OP. COM PARTICIPANTES	15	4,54	7	0	10
INV. NO EXTERIOR	10	7,20	10	0	10

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 4.661, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

### RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

#### a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa

- limitar em 5,0% do patrimônio do Plano, as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 5.8.1 desta Política, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 20,0% do total dos investimentos do Plano, as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 5.8.1 desta Política;

- não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive por meio de fundos de investimentos (não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta);
- não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 20 maiores, definido pelo ranking do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 10 anos;
- não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da 21ª colocação no ranking do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido. Vale salientar que a alocação em ativos de crédito privado só é executada após análise interna quantitativa e qualitativa do emissor do ativo a ser investido.
- não aplicar em instituições financeiras que estejam desenquadradas com relação ao índice de Basileia.

**b. Restrições para o Segmento de Renda Variável**

- não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02).

**c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados**

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661/2018 e suas alterações subsequentes.
- Em se tratando de FIPs, deverão ser observados também:
- Não investir em veículos cujos gestores não possuam histórico de performance na gestão de ativos private equity.

**d. Restrições para o Segmento de Imobiliários**

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661/2018 e suas alterações subsequentes.

**e. Restrições para o Segmento Operações com Participantes**

- As restrições referentes a este segmento estão definidas na Política de concessão de empréstimos a participantes aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

**f. Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior**

**Fundos de Investimentos em Renda Fixa:**

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;
- Não aplicar em fundos de renda fixa no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional no mercado internacional.

**Fundos de Investimentos em Ações:**

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial.

**META DE RENTABILIDADE POR PLANO E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO**

Toda análise para investimento inicial deve considerar, como custo de oportunidade, a meta atuarial do plano. Ademais, a rentabilidade de cada segmento deve ser acompanhada pelos seus respectivos índices de referência ou benchmarks.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflète a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes de até 12 meses, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta reflète a expectativa de rentabilidade de longo prazo (superior a 5 anos), dos investimentos realizados em cada um dos segmentos.

Além da meta do plano de IPCA + 5,00% a.a., a entidade trabalha com índices de referência, ou benchmarks para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

**a. Renda Fixa**

O segmento de Renda Fixa tem como meta de rentabilidade e benchmark a Meta Atuarial do Plano.

**b. Renda Variável**

O segmento de Renda Variável tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a variação do Ibovespa + 1 pp/ano.

**c. Imobiliário**

O segmento imobiliário tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark o índice IFIX + 0,5 pp/ano.

**d. Operações com Participantes**

A Carteira de Operações com Participantes tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das operações com os participantes são definidas na Política de empréstimo da entidade que engloba as regras para contratação dos EAPs - Empréstimos a Participantes.

**e. Estruturado**

O segmento de estruturados tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark meta atuarial + 1pp/ano.

**f. Investimentos no Exterior**

Para o segmento de investimentos no exterior a meta de rentabilidade será a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark meta atuarial + 1pp/ano.

**TAXA MÍNIMA ATUARIAL OU OS ÍNDICES DE REFERÊNCIA, OBSERVADO O REGULAMENTO DE CADA PLANO DE BENEFÍCIO**

Em 2018, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MF/CNPC nº 30, de 10/10/2018, que revogou a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria PREVIC nº 228, de 20.04.2021), compreendido entre 3,44% e 5,32%, sendo definida em função da duration do Plano CV I que é de 20,61 anos (demonstrações atuariais de 2020).

Para o total de ativos do Plano CV I a rentabilidade a ser perseguida, para o ano de 2022, é IPCA + 5,00% a.a. (Proposta de Ação Administrativa Operacional 2021/441, de 20/09/2021). O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido do plano. A definição da taxa de juros de 5% foi apreciada pelo Conselho Fiscal, que emitiu parecer favorável manifestando concordância com as hipóteses atuariais do Plano CV I, na 500ª reunião de 13/09/2021 e aprovada pelo Conselho Deliberativo na sua 350ª reunião ocorrida em 24/09/2021.

## **OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS**

A Entidade utiliza o mercado de derivativos com o objetivo de proteção do valor de uma posição ativa ou de uma posição passiva contra possíveis variações futuras de um determinado ativo ou passivo.

Para as posições direcionais sem a finalidade de hedge serão observadas as seguintes restrições:

- o depósito de margem limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações da carteira de investimentos;
- o valor total dos prêmios de opções pago será limitado a 5%, do patrimônio da carteira do plano;
- fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 3% considerando o período de um ano.

Todas as operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

## **DIRETRIZES PARA OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA (ASG)**

A Capef vem adotando diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, tais como:

- fortalecer o trato da responsabilidade social e ambiental nos processos de planejamento, de gestão e operacionais;
- desenvolver parcerias e compartilhar experiências com outras organizações para promoção da responsabilidade social e ambiental e o fortalecimento da transparência;
- considerar os mais modernos requisitos de sustentabilidade nas suas instalações e atividades administrativas, contribuindo com a preservação do meio ambiente;
- utilizar fontes renováveis na geração própria de energia.

Ademais, a Entidade entende que os integrantes do mercado financeiro, bem como os agentes econômicos de forma geral, devem buscar métodos que minimizem impactos sociais e ambientais negativos em suas atividades. Nesse intuito, conforme especificado em seu Manual de Investimentos, a Entidade incorpora questões relacionadas às práticas ASG (Ambiental, Social e Governança), no processo de seleção de novos ativos de investimentos, em especial, na avaliação da capacidade do gestor terceirizado em integrar aspectos ASG na gestão de investimentos. Em se tratando de investimentos em FIPs, um dos critérios especificados no referido Manual de investimentos, é que nesse tipo de investimento o gestor incorpore, de alguma forma, fatores ASG na aquisição de suas empresas alvo.

## **RISCO**

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se “por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios”.

### **Modelos e critérios para a gestão do risco de mercado**

Na Capef, o risco de mercado é tratado conforme descrito na Política de Gestão de Risco, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias uteis de parâmetro:

- Renda Fixa marcado na curva: não se aplica;
- Renda Fixa marcado a mercado: até 8,74%, baseado na Volatilidade média do IMA-B 5+ dos últimos 5 anos.
- Investimentos Estruturados: até 4,75% baseado na Volatilidade média do índice de Multimercados da ANBIMA - IHFA dos últimos 5 anos.
- Renda Variável: até 22,46%, baseado na Volatilidade média do Ibovespa, dos últimos 5 anos.
- Imobiliários: até 5,69% baseado na Volatilidade média do índice IFIX dos últimos 5 anos.
- Investimentos no Exterior: até 10,99%, baseado na Volatilidade média dos Índices Dow Jones e S&P 500 dos últimos 5 anos.

### PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOILIÁRIOS E DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de ativos, gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento “Manual de Investimentos” da Entidade aprovado pelo Comitê de Investimentos.

O Manual de Investimentos compreende quatro principais temas: I - Estrutura Organizacional; II - Etapas dos Processos de Gestão de Investimentos; III - Etapas envolvidas na seleção de custodiante, administrador de carteira, corretoras e demais prestadores de serviços; e IV - Processo de monitoramento dos investimentos. Cada tema possui regras e critérios que precisam ser observados na seleção e monitoramento de ativos e prestadores de serviços. A Seguir segue quadro resumo:

I - Estrutura organizacional	II - Etapas dos Processos de Gestão de Investimentos						
	Renda Fixa	Renda Variável	Estruturados	Imobiliário	OP. Participantes	Exterior	Derivativos
Estrutura Organizacional da Capef	Crédito Privado	Ações - Alocação Direta	Alocação em COE (Certificados de Operações Estruturadas)	Seleção de Fundos - FII Imóveis			
Comitê de Investimentos	Títulos Públicos	Seleção de Fundos - Renda Variável	Seleção de Fundos - FIDC				
Gerência de Investimentos – GERIN	Seleção de Fundos – Renda Fixa		Seleção de Fundos - Multimercados				
Assessoria de Gestão de Risco e Controles Internos – ASGER	Fundos de Liquidez Diária		Seleção de Fundos - FIP				
	Fundos de Renda Fixa - Crédito Privado						
	Demais Fundos de Renda Fixa						
III - Etapas envolvidas na seleção de custodiante, administrador de carteira, corretoras e demais prestadores de serviços				IV - Processo de monitoramento dos investimentos			

## CÓDIGO DE ÉTICA

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da Capecf, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da Capecf foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da Capecf com vistas a garantir sua transparência na gestão, dirimir situações de conflito de interesse, e consolidar a imagem ética da entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

# SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO PGA

## PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E OS LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A Capef direcionará em 2022 a totalidade dos recursos do Plano de Gestão Administrativa para o segmento de Renda Fixa e Imobiliário.

Segue abaixo a tabela contendo a proposta de alocação e os limites de aplicação para o Plano:

### ALOCAÇÃO DE ATIVOS PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

SEGMENTOS	Res. 4.661 Teto (%)	Posição atual CAPEF (PGA) em 29/10/2021 (%)	Previsão de Alocação (%)	Limites por segmento de aplicação	
				Inferior %	Superior %
RENDA FIXA	100	98,58	98	92	100
IMOBILIÁRIO	20	1,42	2	0	8

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 4.661/18, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

### RESTRICÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

#### a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa:

- limitar em 1,0% do patrimônio do Plano as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 5.8.1 desta Política, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 10,0% do total dos investimentos do Plano as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 5.8.1 desta Política;
- não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive por meio de fundos de investimentos;
- não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 20 maiores, definido pelo ranking do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 10 anos;
- não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da 21ª colocação no ranking do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido. Vale salientar que a alocação em ativos de crédito privado só é executada após análise interna quantitativa e qualitativa do emissor do ativo a ser investido.
- não aplicar em instituições financeiras que estejam desequilibradas com relação ao índice de Basileia.



**b. Restrições para o Segmento de Imobiliários**

Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661/18. O estoque da carteira de imóveis será composta, exclusivamente, pela loja do térreo do Edifício Paulo Aguiar Frota, sede da Capef, Fortaleza-CE

**META DE RENTABILIDADE POR PLANO E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO**

Para o total de ativos do PGA, a rentabilidade a ser perseguida será equivalente a INPC + 5,00% a.a.

Além da meta do plano de INPC+5,00%, a entidade trabalha com metas para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

**a. Renda Fixa**

A Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial.

**b. Imobiliários**

O segmento imobiliário tem como meta de rentabilidade a variação do INPC + 5,00% a.a.

**OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS**

Todas as operações no mercado de derivativos são negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

O Plano PGA usa os instrumentos de derivativos exclusivamente para hedge.

**DIRETRIZES PARA OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA (ASG)**

A Capef vem adotando diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, tais como:

- fortalecer o trato da responsabilidade social e ambiental nos processos de planejamento, de gestão e operacionais;
- desenvolver parcerias e compartilhar experiências com outras organizações para promoção da responsabilidade social e ambiental e o fortalecimento da transparência;
- considerar os mais modernos requisitos de sustentabilidade nas suas instalações e atividades administrativas, contribuindo com a preservação do meio ambiente;
- utilizar fontes renováveis na geração própria de energia.

Ademais, a Entidade entende que os integrantes do mercado financeiro, bem como os agentes econômicos de forma geral, devem buscar métodos que minimizem impactos sociais e ambientais negativos em suas atividades. Nesse intuito, conforme especificado em seu Manual de Investimentos, a Entidade incorpora questões relacionadas às práticas ASG (Ambiental, Social e Governança), no processo de seleção de novos ativos de investimentos, em especial, na avaliação da capacidade do gestor terceirizado em integrar aspectos ASG na gestão de investimentos. Em se tratando de investimentos em FIP,s, um dos critérios especificados no referido Manual de investimentos, é que nesse tipo de investimento o gestor incorpore, de alguma forma, fatores ASG na aquisição de suas empresas alvo.

**RISCO**

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se “por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios”.

Na Capef, o risco de mercado é tratado conforme descrito na Política de Gestão de Risco, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias uteis de parâmetro:

- Renda Fixa marcado na curva: não se aplica;
- Renda Fixa marcado a mercado: até 8,74%, baseado na Volatilidade média do IMA-B 5+ dos últimos 5 anos .
- Imobiliários: até 5,69% baseado na Volatilidade média do índice IFIX dos últimos 5 anos.

### PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE FUNDO DE INVESTIMENTO

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de ativos, gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento “Manual de Investimentos” da Entidade aprovado pelo Comitê de Investimentos.

O Manual de Investimentos compreende quatro principais temas: I - Estrutura Organizacional; II - Etapas dos Processos de Gestão de Investimentos; III - Etapas envolvidas na seleção de custodiante, administrador de carteira, corretoras e demais prestadores de serviços; e IV - Processo de monitoramento dos investimentos. Cada tema possui regras e critérios que precisam ser observados na seleção e monitoramento de ativos e prestadores de serviços. A Seguir segue quadro resumo:

I - Estrutura organizacional	II - Etapas dos Processos de Gestão de Investimentos						
	Renda Fixa	Renda Variável	Estruturados	Imobiliário	OP. Participantes	Exterior	Derivativos
Estrutura Organizacional da Capef	Crédito Privado	Ações - Alocação Direta	Alocação em COE (Certificados de Operações Estruturadas)	Seleção de Fundos – FII Imóveis			
Comitê de Investimentos	Títulos Públicos	Seleção de Fundos - Renda Variável	Seleção de Fundos - FIDC				
Gerência de Investimentos – GERIN	Seleção de Fundos – Renda Fixa		Seleção de Fundos - Multimercados				
Assessoria de Gestão de Risco e Controles Internos – ASGER	Fundos de Liquidez Diária		Seleção de Fundos - FIP				
	Fundos de Renda Fixa - Crédito Privado						
	Demais Fundos de Renda Fixa						
III - Etapas envolvidas na seleção de custodiante, administrador de carteira, corretoras e demais prestadores de serviços				IV - Processo de monitoramento dos investimentos			

## CÓDIGO DE ÉTICA

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da Capecf, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da Capecf foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da Capecf com vistas a garantir sua transparência na gestão, dirimir situações de conflito de interesse, e consolidar a imagem ética da entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.



# **RELATÓRIO ANUAL 2021**

**WWW.CAPEF.COM.BR**

 /capefnaweb

 /tvcapef